

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Ivan José Machado da Costa

CULTURA DO TRABALHO:
histórico de lutas e a atuação de agentes de combate a endemias no município de Mesquita-RJ

Rio de Janeiro
2018

Ivan José Machado da Costa

CULTURA DO TRABALHO:

histórico de lutas e a atuação de agentes de combate a endemias no município de Mesquita-RJ

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola
Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como
requisito parcial para a obtenção do título de
mestre em Educação Profissional em Saúde

Orientador: Marco Antônio Carvalho Santos

Rio de Janeiro

2018

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

C838c Costa, Ivan José Machado da
Cultura do trabalho: histórico de lutas e a
atuação de agentes de combate a endemias no
município de Mesquita-RJ / Ivan José Machado da
Costa. - Rio de Janeiro, 2018.
120 f.

Orientadora: Marco Antônio Carvalho Santos

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, 2018.

1. Formação Profissional. 2. Competência Cultural.
3. Autonomia. 4. Saúde. I. Santos, Marco Antônio
Carvalho. II. Título.

CDD 370.113

Ivan José Machado da Costa

CULTURA DO TRABALHO:

histórico de lutas e a atuação de agentes de combate a endemias no município de Mesquita-RJ

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola
Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como
requisito parcial para a obtenção do título de
mestre em Educação Profissional em Saúde

Aprovado em 23/03/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marco Atonio Carvalho Santos - FIOCRUZ / EPSJV (Orientador)

Prof^a. Carla Macedo Martins - FIOCRUZ / EPSJV

Prof. Luiz Antônio Saléh Amado – UERJ

Prof^a. Marcela Alejandra Pronko - FIOCRUZ / EPSJV (Suplente)

Prof. Gustavo Correa Matta – ENSP/ENSP

*Dedico esse trabalho aos intelectuais
da Baixada Fluminense que, em sua maioria,
trabalham enquanto se capacitam,
e militam enquanto pesquisam.*

AGRADECIMENTOS

À Dona Zezé (minha mãe), e sua célebre frase: “Escuta esse moço falando bonito. Vai lá, filho. Conversa com ele!” que, de onde quer que esteja, continua me recomendando boas relações;

Ao meu amigo Genáldio Pereira e sua eterna busca pelo caminho do meio, entre prática e teoria;

Ao sábio Sérgio Amaral, um verdadeiro dicionário de ditados populares, didaticamente úteis;

Ao Professor, orientador e desvendador de olhos, Marco Antonio, por me ensinar a afinar a escrita, até chegar no tom correto;

À Virgínia Fontes, que me ensinou como ler a Direita, escrevendo sempre com a Esquerda;

Os professores Carla Macedo e Luiz Saléh, que compuseram as bancas examinadoras de qualificação e dissertação, que me possibilitaram um novo olhar, em cada ponto nessa jornada;

Aos professores da EPSJV que, nessa rica diversidade de ideias, me possibilitaram subir os degraus necessários para ter uma melhor visão do meu ambiente;

Às valiosas meninas da Secretaria: Michelli de Abreu, Erica Bagattini e Patrícia Moço, que dignificam o serviço público. À vocês, meu especial carinho;

Aos colegas de turma, que trouxeram tantas vivências e lutas à esse espaço de conhecimento. Saibam que cresci muito com essa relação afetuosa solidária;

Aos colegas da equipe de Mobilização Social de Saúde em Mesquita, Domingão, Marco, Cloir, Patrícia e Gisele, que em nenhum momento correram da luta e dos desafios que surgiam a cada dia;

Às colegas Selma e Rosana, que deram o toque de arte ao nosso trabalho, sempre com muita música, dança e felicidade;

Aos amigos Gildo e Katia, Delmer e Arlene que vivem Saúde e que me ensinaram o caminho das pedras, entre tantos manuais, leis e periódicos a serem consultados.

RESUMO

Esta dissertação discute o conceito de cultura do trabalho, na atual conjuntura social, política e econômica brasileira, considerando a experiência de lutas trabalhistas dos Agentes de Combate a Endemias – ACEs que compõem a equipe IEC (Informação, Educação e comunicação) no Município de Mesquita – RJ. A partir dos dados documentais e informações apresentados, será analisada a influência do modelo econômico e neoliberal sobre a classe trabalhadora. A pesquisa se efetivou através de levantamento bibliográfica e documental, considerando o texto final do relatório da 10^a. Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1996, ratificado no Plano Nacional de Controle a Dengue (2002), que apresenta apontamentos de ações educativas e de Mobilização Social em Saúde. Nesse contexto, será apresentado meu relato de experiências enquanto músico e arte-educador, junto aos ACEs. A presente dissertação busca contribuir no debate sobre em que medida a formação e experiência dessa categoria de trabalhadores concorre para o estabelecimento de uma nova cultura do trabalho.

Palavras-chave: Cultura do Trabalho. Formação Profissional. Autonomia. Saúde.

ABSTRACT

This dissertation discusses the concept of work culture in the current social, political and economic situation in Brazil, considering the experience of labor struggles of the Agents to Combat Endemics - ACEs that compose the IEC (Information, Education and Communication) team in the Municipality of Mesquita - RJ. From the documentary data and information presented, the influence of the economic and neoliberal model on the working class will be analyzed. A bibliographical and documentary research was done, considering the final text of the report of the 10th. National Health Conference (CNS), held in 1996, ratified in the National Dengue Control Plan (2002), which presents notes on educational actions and Social Mobilization in Health. In this context, my experience will be presented as a musician and art with the ACEs. This dissertation seeks to contribute to the debate about the extent to which the training and experience of this category of workers contributes to the establishment of a new work culture.

Keywords: Work Culture. Professional Training. Autonomy. Health.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ABM | Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti |
| ACE | Agente de Combate as Endemias |
| ACS | Agente Comunitário de Saúde |
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| CNC | Conferência Nacional de Cultura |
| CNS | Conferência Nacional de Saúde |
| COOTRAB | Cooperativa Central de Trabalho |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CVAS | Coordenação de Vigilância Ambiental em Saúde |
| FAFERJ | Federação das Favelas do Rio de Janeiro |
| FAMERJ | Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro |
| FASE | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| FIRJAN | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, |
| FUNASA | Fundação Nacional de Saúde |
| IEC | Informação Educação e Comunicação |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| MAB | Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu |
| MEI | Micro Empreendedor Individual |
| MinC | Ministério da Cultura |
| MTE | Ministério do trabalho e Emprego |
| MUB | Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias |
| MULTIPROF | Cooperativa Multiprofissional de Serviços |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PEC | Proposta de Emenda constitucional |
| PCV | Programa Cultura Viva |
| PNC | Plano Nacional de Cultura |
| PNCDD | Programa Nacional de Controle da Dengue |
| PNE | Projeto Nordeste |

| | |
|-------------|--|
| RJU | Regime Jurídico Único |
| SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| SEMUS | Secretaria Municipal de Saúde |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| SNC | Sistema Nacional de Cultura |
| SINDSPREV | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Trabalho e Previdência Social |
| SINPAS | Sistema Nacional de Previdência Social |
| SINTSAUDERJ | Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado do Rio de Janeiro |
| SVS | Secretaria de Vigilância em Saúde |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 MEMORIAL - por onde andei | 10 |
| 1.2 APRESENTAÇÃO DO TEXTO | 15 |
| 2 A CULTURA DO TRABALHO E OS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS | 18 |
| 2.1 CULTURA E TRABALHO | 19 |
| 2.2 CULTURA E DIREITOS HUMANOS | 30 |
| 2.3 CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL | 34 |
| 2.4 TRABALHO E A CULTURA DO TRABALHO | 41 |
| 3 O ACE: DO PRECARIADO A CONDIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO | 57 |
| 3.1 A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA E O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL DOS ANOS 80 | 59 |
| 3.2 A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E O ACE NO MUNICÍPIO DE MESQUITA-RJ | 80 |
| 3.3 IEC E OS DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE | 88 |
| 4 AS ARTES E O NOVO OLHAR SOBRE O “TRABALHO DE CAMPO” | 96 |
| 4.1 DO MOVIMENTO CULTURAL ÀS PRÁTICAS DA SAÚDE PÚBLICA | 97 |
| 4.2 AS ARTES, ALIADAS ÀS PRÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE | 100 |
| 4.3 O “COMITÊ DA DENGUE”: UM EXERCÍCIO AMPLIADO DE MOBILIZAÇÃO | 103 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 108 |
| REFERÊNCIAS | 112 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 MEMORIAL - por onde andei

*O que acontece quando se solta uma mola comprimida?
Quando se liberta um pássaro?
Quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...*

Gilberto Gil

Fui uma criança que cresceu em um local onde era possível viver entre iguais, sem a necessidade de compreender outros códigos sociais, pois tudo do mundo que precisava compreender era possível aprender ali. Fui um menino como todos os outros na Chatuba, bairro do então 5º Distrito de Nova Iguaçu. O mundo só mudou de forma aos quatorze anos, quando fui trabalhar como jornalista na Casa do Menor Trabalhador, na rua Senador Pompeu, 200 - Central do Brasil pois, partir de então, minha volta para casa nunca mais foi a mesma. Me lembro claramente do impacto de ver pessoas andarem pelas ruas com calçados sem nenhum resíduo de lama, além da quantidade enorme de pessoas brancas, algo comum apenas nos filmes e novelas de TV. A partir daquele ano de 1981, passei a questionar os motivos de nunca ter lido o Jornal do Brasil - JB, enquanto, entre todos os meus conhecidos mais velhos, era comum as rodas de conversa sobre matérias do Última Hora e o “rosinha”, como era chamado o Jornal dos Esportes.

Circular entre os corredores da Mesbla na rua do Passeio e ver o Jair tocando seu saxofone na estação Carioca do Metrô, me parecem ter sido o “clic” do querer mais. A partir de então, meus quereres eram voltados ao consumo. Larguei o pequeno bloco de carnaval Flor do Avaí, que organizei com outros colegas e passei a namorar os instrumentos da centenária loja “A Guitarra de Prata”, na Carioca. Fui aos poucos desmistificando a imagem de meu irmão mais velho, figura querida por seus passos fabulosos nos bailes da região. Ao descobrir o contrabaixo como instrumento através do qual faria fluir minha paixão pela música, percebi que me faltava um lugar de aceitação do “meu som”. Foi então que a igreja Batista poderia me possibilitar esse lugar de protagonismo e assim fiz, durante mais de uma década.

Em síntese, tenho metade de minha vida dividida basicamente em dois momentos que posso considerar bem distintos. O primeiro tem a ver com o relato feito anteriormente e a partir de 1993, quando trabalhei no Projeto Barracão da Cultura de Antonio Pitanga e convivi com o Teatro Legislativo de Augusto Boal, ambos vereadores do PT na cidade do Rio de Janeiro à época. Entrei definitivamente para o mundo da música na década 80, quando o rock nacional viria a contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma nova linguagem entre jovens, nos primeiros anos da Abertura Política. Foi, no entanto, com o Plano Collor, que em seu pacote bloqueou todas as contas bancárias durante seis meses no ano de 1990, que me atentei para o fato que algo realmente significativo estaria por vir. Vivenciei uma vertiginosa queda no número de shows em casas noturnas na região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde atuei como instrumentista, desde meus dezessete anos, passando agora a buscar entender os motivos de tamanha queda na renda dos que frequentavam “a noite”. Ou seja, após a retração de um mercado de trabalho que me foi bastante rentável durante uma década, foi possível olhar claramente o Brasil no qual estive inserido, mesmo cerca de cinco anos após aprender a cantar nos bares da vida a música “Que País é Esse”.

Durante minha busca por alternativas, sobretudo pela manutenção do nível de renda familiar, também preocupado em não perder a proximidade com a prática instrumental, percebo uma alternativa que se transforma em uma verdadeira revolução pessoal, em dois momentos iniciais. Primeiro, durante o curso técnico em música, na escola de Música Villa-Lobos entre os anos 1991 e 1993, durante o segundo governo de Leonel Brizola governador do Estado do Rio de Janeiro, onde acalorados debates entre professores petistas e pedetistas contaminavam as salas de aula daquele estabelecimento de ensino. Ainda em 1993 sou convidado pelo amigo ator e cantor José Araujo a integrar a equipe de arte-educadores do “Barracão da Cultura”, iniciativa do ator e, naquele momento, vereador eleito pelo PT - Partido dos Trabalhadores, Antônio Pitanga. No primeiro momento atuei como oficinairo de musicalização infantil em bairros do subúrbio do Rio, como Guadalupe e Riocentro, este último tido como prioritário pelo mandato do vereador, considerando o rápido crescimento populacional periférico na Cidade do Rio de Janeiro, alvo de preocupações do mandato, inclusive no tocante à saúde pública (KAWA & SABROZA, 2002).

Pitanga, eleito vereador em 1993, que se auto-intitulava um “ator mambembe”, partilhou sua atuação legislativa com uma de minhas maiores descobertas, que foi Augusto Boal, também eleito vereador naquele ano e pelo mesmo partido. O chamado “Teatro Legislativo” de Boal, que se tornou naquele momento uma vertente do “Teatro do Oprimido” (GOLDSCHMIDT, 2011), tinha como importante diferencial em relação ao mandato de Pitanga o registro de suas práticas e a sistematização de metodologias para cada segmento de atuação parlamentar, dos quais senti a necessidade de me apropriar, para desenvolver o discurso necessário à minha atuação nas comunidades.

Em 1994 surge minha primeira grande oportunidade de avanço, no que se refere a um discurso em relação à sociedade, o que, a partir de então, ocorreria em paralelo com meu processo de qualificação profissional, tanto como músico quanto em minha atuação como arte-educador. A partir daquele ano me tornaria também um educador popular, que aprenderia a partir de uma práxis. Foi o que ocorreu a partir de minha atuação na “Fábrica de Esperança”, no Bairro Acari/fazenda Botafogo, literalmente dividido pela Linha 2 do metrô, ainda em construção à época. Com recursos captados junto à Fundação Ayrton Senna, a instituição que tinha como sede a antiga fábrica da Formiplac, promovia eventos de cultura e lazer, além de reuniões comunitárias, visando possibilitar a consciência quanto à necessidade de uma ocupação comunitariamente articulada do entorno. Pude então realizar ali, sob a direção do ator Aroldo de Oliveira, o musical “A Fábrica de Brinquedos”, cujo roteiro discutia a reabertura de uma fábrica falida, agora, sob a direção de seus trabalhadores, por conta da falta de dinheiro do antigo patrão, para pagar os direitos trabalhistas de seus empregados.

Com o fim do primeiro mandato de Pitanga e Boal em 1996, optei por voltar a atuar na Baixada Fluminense, agora com uma nova visão sociopolítica sobre minha região de origem. Em 1997 é eleito vereador pelo PT, no então município de Nova Iguaçu, o jovem artista plástico Flávio Nakan, que aliava o discurso do direito à cidade, tanto através da ocupação dos espaços públicos pela classe artística, quanto através de discussões relacionadas à acessibilidade urbana e cultural. Por ser um tetraplégico e pintor, com poucos espaços para exposição, tanto de suas obras quanto de outros artistas, entendi que poderia compor uma importante parceria para desenvolver ações de protagonismo cultural na Região. A “Campanha Contra Fome Cultural”, bandeira de lutas levantada desde os dois anos anteriores

à eleição de Nakan, passa a ter um ponto de convergência de discussões políticas, que é o “Galpão da Cidadania”, criado ainda no ano de 1997, onde foi possível desenvolver uma série de discussões relacionadas ao direito à cidade.

Em 2000, após a emancipação política do município de Mesquita-RJ, antigo 5º distrito de Nova Iguaçu, abro mão do vínculo com o mandato parlamentar de Nakan e passo a atuar como Arte-educador na ONG ambientalista Onda Verde em Tinguá (Nova Iguaçu), o que me capacitou para, em 2002, assumir o cargo de Coordenador de Educação Ambiental do Programa Nova Baixada no Município de Mesquita, durante a gestão de Benedita da Silva à frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Utilizando recursos financeiros voltados à Educação Ambiental, foi possível firmar parceria com artistas locais, que protagonizaram ações de sensibilização no bairro da Chatuba, onde passei minha infância e adolescência.

Em fevereiro de 2003 fui convidado por Jorge Florêncio, importante liderança social de minha região, para ajudar a organizar o programa de arte-educação da ONG Casa da Cultura, no Município de São João de Meriti, onde são, ainda hoje, realizadas diversas atividades de mobilização e integração social, tendo as artes como veículo de sensibilização. Por intermédio de Florêncio pude conhecer Dom Mauro Morelli, idealizador do Programa Fome Zero, que demonstrava particular preocupação com a instalação do programa na Baixada Fluminense, por conta de sua atuação como Bispo da Diocese de Caxias, onde atuou entre os anos de 1981, ano de criação da Diocese, até 2005. Desde antes de minha chegada, a instituição Casa da Cultura já apresentava importante inserção social e política na cidade, o que se refletia na participação de representantes da instituição em praticamente todos os conselhos municipais da cidade, fruto do intenso trabalho de formação política realizado desde 1983 pela Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti - ABM. Sob influência de Dom Mauro, instituições como a MUB - Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias e o MAB Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, além da ABM, tiveram importante papel na formação de novos protagonistas nas políticas públicas na região da Baixada Fluminense, entre os quais tive o prazer de me inserir.

No ano de 2006 tive o privilégio de desenvolver duas atividades em paralelo. O primeiro foi o encontro denominado “Café Filosófico”, que acontecia mensalmente em um

bar, de onde surgiu o projeto Cultura e Cidade que, em parceria com a ONG FASE, conseguiu captar recursos com a Fundação Rosa de Luxemburgo (Alemanha). Nesse encontro, que envolveu jovens da região para discutir a ocupação dos espaços públicos, sob a viés da cultura, foram discutidas estratégias para estabelecer espaços exclusivos de gestão nos municípios da Baixada Fluminense. Foram também ampliados para São João de Meriti e Nova Iguaçu os encontros do Café Filosófico, que se desdobraram em mais de uma dezena de encontros do gênero, nos anos seguintes.

Naquele mesmo ano de 2006 fui contratado, via cooperativa, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Mesquita-RJ como designer gráfico, com a finalidade de dar uma identidade visual às ações de combate ao *Aedes Aegypti* no município. Aquela foi uma experiência extremamente rica, no sentido de possibilitar minha aproximação a uma categoria de trabalhadores da Saúde que criava as próprias estratégias locais de enfrentamento a uma doença acompanhada de forte apelo midiático que era a Dengue. Com o convívio, entendi que a liberdade de atuação que aqueles trabalhadores desenvolveram não era algo que surgiu ao acaso. Ao me aprofundar no entendimento das motivações desses trabalhadores quanto ao protagonismo de suas ações de campo, desenvolvi imediata empatia, haja vista que muito de minha caminhada pessoal tinha paralelo com aqueles trabalhadores. Ou seja, no meu entendimento, aquela era uma categoria de trabalhadores da Saúde que desenvolveu tanto a qualificação profissional quanto a formação política através da troca. Entendi que o discurso daqueles trabalhadores foi desenvolvido através de suas particularidades quanto ao desenvolvimento de um conjunto de símbolos, valores e práticas.

Após décadas observando as contradições da sociedade, foi no convívio com os “Mata Mosquitos” que entendi ser possível apresentar à sociedade uma nova cultura do trabalho. Na atual condição de militante no campo da cultura no Estado do Rio de Janeiro e trabalhador na área de educação em saúde, vejo que trabalho e formação humana são indissociáveis, considerando uma cultura do trabalho, para a qual fui formado durante boa parte e sua vida.

1.2 APRESENTAÇÃO DO TEXTO

Esta dissertação visa discutir a cultura do trabalho, a partir das práticas dos Agentes de Combate a Endemias - ACEs atuantes no município de Mesquita-RJ, a partir da trajetória de um grupo específico desses trabalhadores. Discorrendo sobre práticas que transcendem o ambiente do trabalho, será feita uma abordagem quanto aos os espaços de atuação que contribuíram para formação intelectual e política desses ACEs, bem como as motivações que os levaram a estabelecer uma nova cultura do trabalho. Será então feita uma apresentação que buscará esclarecer como é possível a uma categoria de trabalhadores desenvolver um protagonismo político, em meio a uma sociedade onde o Estado está a serviço das classes dominantes, reafirmando a condição de hegemonia dessas classes diante da classe trabalhadora.

No capítulo dois será discutido o conceito de cultura do trabalho, com seus condicionantes políticos, sociais e econômicos, bem como os conflitos decorrentes do modelo hegemônico imposto às relações capital-trabalho. Nesse sentido será feita uma discussão quanto a historicidade dos conceitos de cultura e de trabalho, no contexto internacional, bem como na realidade brasileira no século XX. Sob uma perspectiva antropológica, os conceitos de cultura e de trabalho serão apresentados, considerando seu contexto nas relações de classe.

Será apresentado o conceito de cultura no leque de direitos sociais discutidos na sociedade nos séculos XX e XXI. O texto apresenta um histórico do estabelecimento dos direitos e seus marcos legais, passando pelas primeiras discussões internacionais no contexto dos Direitos Humanos, políticos e sociais, sendo esses últimos, o espaço de discussão quanto ao direito à cultura. No que se refere ao Brasil, será apresentado o processo que regulamenta a cultura como direito, estabelecido através da promulgação da Lei nº 12.343/2010. Nesse sentido, será discutido o fomento à fruição de bens culturais de forma ampliada, em relação ao tradicional conceito de cultura estabelecido pelas classes dominantes.

Em seguida será feita uma abordagem histórica sobre o conceito de trabalho até o atual modelo fetichizado, no contexto da cultura do trabalho. Serão discutidos mecanismos que dão legalidade às práticas da camada social detentora do poder econômico, tendo o Estado como facilitador. Serão discutidas também algumas das formas de precarização do

trabalho na atualidade, além dos investimentos feitos pela classe dominante, no sentido de consolidar o individualismo como característica do empreendedorismo.

O capítulo três traz uma discussão sobre o processo histórico de uma categoria de ACEs no Estado do Rio de Janeiro, em seu processo de lutas pela manutenção de seus postos de trabalho. É a partir do processo de lutas desses trabalhadores que se desenvolve a discussão sobre a possibilidade de que se estabeleça uma nova cultura do trabalho, dentro do atual modelo de Estado. De modo que seja possível compreender o contexto de lutas daqueles ACEs, abordaremos a trajetória de lutas que levaram à criação do SUS e o decorrente processo de descentralização da atenção à Saúde. Abordagem que contribuirá para o entendimento de todo processo de luta dos chamados “Mata Mosquitos”. Processo esse que se inicia na condição de trabalhador precarizado, passando pelo período de mobilização dos trabalhadores demitidos até a reintegração e a passagem da condição de empregados públicos até a inserção dos mesmos no Regime Jurídico Único - RJU.

Será também descrito o princípio de Informação, Educação e Comunicação - IEC, ao qual o Plano Nacional de Controle da Dengue - PNCD adere, com vista à mobilização da sociedade ao combate ao *Aedes Aegypti*, iniciativa que surge a partir de discussões e deliberações oriundas da Conferência Nacional de Saúde. Essa última, uma instância democrática de controle social, apresentada aqui, também como espaço de formação política.

Por fim, o capítulo quatro é destinado ao relato de minha experiência pessoal no campo da Saúde, em especial entre os “Mata Mosquitos”. Será feito um relato em relação às condições que possibilitaram estabelecer um novo olhar sobre a ação de campo dos ACEs no Município de Mesquita, tendo um músico e arte-educador à frente de uma equipe de Mobilização Social em Saúde. Será feita uma abordagem sobre a inserção de linguagens artísticas como estratégia de IEC, além de outras contribuições, a partir de experiências e saberes adquiridos por cada agente de endemias.

Será apresentado, nesse contexto, o processo que culminou na Portaria 373/2008, que estabeleceu o Comitê Municipal de Mobilização, Assessoramento e Acompanhamento do Controle da Dengue. Uma estratégia que propõe mobilizar inicialmente o poder público local

e, por conseguinte, a sociedade civil, visando estabelecer uma instância permanente de controle da Dengue e de mobilização da sociedade ao tema.

2 A CULTURA DO TRABALHO E OS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS

Nesse capítulo vamos abordar a questão da cultura do trabalho, discutindo diversos conflitos que enfrentam os trabalhadores no Brasil, bem como novas formas de organizar o trabalho, impostas pelo capital. Exatamente por isso é que o tema torna-se instigante e ao mesmo tempo complexo, haja vista que, segundo Hobsbawm (1987), existem diversos “mundos do trabalho”, tanto ao longo do tempo quanto ao redor do planeta, elucidando ou mesmo levantando muitas questões quanto à direção para onde seguem as classes trabalhadoras no mundo.

Sabemos que a democracia brasileira sofre constantes oscilações ao longo do tempo, desde que a República foi estabelecida. Nesse sentido, autonomia e liberdade sempre foram palavras caras ao nosso povo, sendo agregada a palavra “direito” ao nosso repertório cotidiano e, a partir da Constituição de 1988, esse é um termo incorporado também à nossa cultura política.

O contraditório inicial se encontra exatamente nesse momento histórico, quando capital internacional impõe uma visão, uma cultura segundo a qual cada trabalhador deve prover a própria sustentabilidade. Como características dessa nova cultura, temos valores que se apoiam no individualismo, no empreendedorismo, e em conceitos como empregabilidade e competitividade.

Analisando o papel da cultura dominante, Chauí (2006) afirma que:

O lugar da cultura dominante é muito claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora (CHAUÍ, 2006, p.58).

Nesse sentido discutiremos formas pelas quais os trabalhadores desenvolvem práticas e discursos que criam resistências ao modelo dominante que hegemonicamente se estabelece na sociedade.

Em contraponto, um momento de horizontalização de direitos, como a criação do Sistema Único de Saúde - SUS se estabelece, possibilitando à classe trabalhadora interferir

nas decisões políticas do país, através das instâncias de controle social e representação de classe, o que dá à classe trabalhadora o acesso a uma modalidade diferenciada de espaço de formação profissional, possibilitando um enfrentamento às estruturas hegemônicas que impõem uma cultura do trabalho opressora. Tendo então como horizonte os fatores sociais e econômicos através dos quais os Agentes de Combate a Endemias - ACEs, estabeleceram seu processo de busca por garantias de manutenção de seu espaço de trabalho, bem como o grande contingente de trabalhadores precarizados ligados ao SUS, pretendo aqui discutir a cultura do trabalho de forma o mais ampla possível, entendendo que:

A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, base e líderes, os níveis socioeconômicos, político, cultural, ideológico, histórico – tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado, quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas. Não podemos abstrair um ou mais níveis dos demais (exceto com o propósito de conveniência temporária), nem praticar excessivo reducionismo (HOBBSAWM, 1987, p.30).

A discussão que então levantaremos quanto à cultura do trabalho passará pela análise da atuação de uma categoria de ACEs. Serão consideradas as diversas formas de atuação e seus contextos históricos, considerando suas dimensões sociais e políticas.

2.1 CULTURA E TRABALHO

Cultura e Trabalho são conceitos centrais para esta dissertação, daí a necessidade de explicitar as referências que embasam aqui a sua abordagem. Os autores que constituirão as principais referências neste trabalho são Williams, Eagleton e Gramsci em relação à questão da cultura e Marx, Lukács e Lessa em relação ao trabalho. No que se refere à cultura, serão levados em conta fatores históricos e sociais que, segundo Raymond Williams (2007), são “cultivados” na sociedade. Com foco nesse autor, serão observados condicionantes culturais perceptíveis no seio da classe trabalhadora, além de levantar ponderações quanto à relevância de uma discussão sobre o binômio Cultura e Trabalho, no contexto da luta de classes.

Na abordagem relacionada ao Trabalho, esse texto adota a perspectiva marxista de

Lukács como base teórica, sobretudo no que diz respeito ao trabalho como elemento formador do homem. Serão observados aspectos antropológicos contidos tanto em relação à cultura quanto ao trabalho, visando uma maior aproximação das discussões em torno dos dois temas. No que diz respeito aos aspectos estéticos, a abordagem de Terry Eagleton possibilitará uma comparação com o conceito antropológico de cultura, considerando que a cultura, sob o ponto de vista da classe dominante, apresenta uma característica excludente e hegemônica (EAGLETON, 1990, p.07), em relação a uma visão antropológica desse conceito.

No que se refere ao conceito de cultura, o ponto de partida desse capítulo será a abordagem feita por Raymond Williams, no que diz respeito à Cultura enquanto modo de vida. Williams considera então que “embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo, de tais práticas, também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas” (WILLIAMS, 2011, p. 50). A abordagem do autor passa pela ideia de Cultura enquanto “comunidade de sensibilidade” e “comunidade de processo”, que se refere à reação popular à produção cultural (WILLIAMS, 2015, p.50).

A História, no entanto, nos possibilita uma compreensão quanto ao conceito de cultura, através de uma discussão voltada à gênese da palavra que, segundo Williams, tem sua origem linguística no latim, ligado ao uso do arado. Nesse sentido o autor nos apresenta o seguinte, em relação às adaptações ao uso do termo ao longo do tempo:

A partir do princípio do S16 [século XVI], o cuidado com o crescimento natural ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano, e esse, ao lado do significado original relativa a lavoura, foi o sentido principal até o final do S18 e início do S19 (WILLIAMS, 2007, p.118).

É, a partir de então, que o sentido de cultura, tanto na Inglaterra quanto na Alemanha se adere à ideia de modo elevado de vida, de saber, de civilização, como um modelo a ser “cultivado” na busca por uma natureza “superior” (WILLIAMS, 2007, p.120).

Referindo-se ao mesmo momento histórico o autor apresenta o surgimento da ideia romântica de “culturas” no sentido global, adotado na França, que relaciona à ideia de processo civilizatório:

O substantivo independente *civilização* também surgiu em meados do S18; a partir de então, sua relação com cultura é muito complicada. Havia nessa época um desenvolvimento importante em alemão: a palavra foi emprestada do francês, primeiro grafada *cultur* e, a partir do S19 [século XIX], *Kultur*. Seu principal uso era ainda como sinônimo de civilização: primeiro, no sentido abstrato de um processo geral de tornar-se “civilizado” ou cultivado; segundo, no sentido que já fora estabelecido para *civilização* pelos historiadores do Iluminismo, na popular forma setecentista das histórias universais, como uma descrição do processo secular de desenvolvimento humano (WILLIAMS, 2007, p.119).

Do mesmo modo como ocorre sob os aspectos históricos abordados por Williams, no que diz respeito a seu sentido antropológico, o conceito de Cultura no Brasil pode também ser definido como “uma rede de significados”, considerando o nível de complexidade na qual determinado grupo social está inserido (VELHO, 1987, p.8). Torna-se também importante observar que, em relação à Cultura na qual grupos sociais são suscetíveis a interferências externas ou globalizadas, o modo de vida de tais grupos é passível de variações, o que, segundo o autor, deve ser alvo de cuidados, no que se refere à pesquisa relacionada à análise de pequenos grupos e suas relações e influência:

O primeiro e grave risco metodológico é, ao isolar, por motivos de estratégia de pesquisa, segmentos ou grupos da sociedade, passar a encará-los como unidades realmente independentes e autocontidas. Sem dúvidas, efetuar cortes dentro de um vasto e complexo universo articulado, pelo menos em certas áreas e domínios, é um movimento intelectual marcadamente diferente de analisar unidades mais óbvias como tribos isoladas. É evidente que depois de décadas de pesquisa etnológicas vários autores já demonstram como essa “naturalidade” do isolamento pode ser ilusória e como grupos aparentemente isolados podem fazer parte, de várias maneiras, de um sistema mais amplo em termos econômicos, políticos e culturais (VELHO, 1987, p.13).

Velho faz uma abordagem que leva em consideração a complexidade com a qual é formada a sociedade, mesmo considerando a existência de pequenos grupos sociais, os quais o autor chama de “não complexos”. Analisando os limites e simbolismos de um grupo social aparentemente homogêneo, esse autor escreve sobre a heterogeneidade da classe média:

Trata-se de diferenças de motivação vinculadas a trajetórias e leituras específicas do sistema simbólico que constitui a cultura de que participam. Essas diferenças estão associadas a variações da escala de valores mais ampla e da própria construção social da realidade. O objetivo seria demonstrar que, dentro de um universo que segundo critérios socioeconômicos como renda e ocupação poderia ser visto como homogêneo, encontram-se fortes descontinuidades em termos de ethos e visão de mundo (VELHO, 1987, p.41).

Para Cuche, “a noção de cultura, compreendida em seu sentido vasto, que remete aos modos de vida e de pensamento, é hoje bastante aceita, apesar da existência de algumas ambiguidades” (COCHE, 1999, p.11). Ao apresentar o conceito de “encontro das culturas”, Cuche nos mostra que uma cultura deve ser analisada em comparação com outra, considerando uma diversidade de fatores proveniente de tal análise. De igual modo, ainda que a sociedade seja hierarquizada, isso não significa que as camadas menos inferiorizadas sejam incapazes de produzir algum nível de resistência:

O encontro das culturas não se produz somente entre sociedades globais, mas também entre grupos sociais pertencentes a uma mesma sociedade complexa. Como estes grupos são hierarquizados entre si, percebe-se que as hierarquias sociais determinam as hierarquias culturais, o que não significa que a cultura do grupo dominante determine o caráter das culturas dos grupos sociais dominados. As culturas das classes populares não são desprovidas de autonomia nem de capacidade de resistência (COCHE, 1999, p.14)

Cuche conclui afirmando não ser possível esgotar as discussões quanto ao leque de abordagens relacionadas a cultura, seja no campo das ciências humanas, sociais ou da filosofia (CUCHE, 1999, p.15).

Restringir-se a um discurso voltado unicamente às formas estéticas da Cultura é abrir mão de uma abordagem polissêmica, mas também é uma forma de contribuir para a naturalização ou horizontalização de um modo de vida da classe dominante. Eagleton tece uma crítica ao discurso contido na estética, no sentido de extrair da arte sua característica de linguagem acessível à todas as camadas sociais, de forma democrática e participativa um nível de formulação intelectual acessível a poucos:

Quando se trata de questões científicas ou sociológicas, só os especialistas são habilitados a falar, mas quando a questão é a arte, cada um de nós espera contribuir com o mínimo que seja. E o que há de peculiar no discurso estético, em oposição às linguagens artísticas em si, é que, embora mantenha um pé na realidade cotidiana, também eleva a expressão supostamente natural e espontânea a um nível de elaborada disciplina intelectual. (EAGLETON, 1990, p.8)

O autor concorda que a estética é um conceito burguês forjado pelo iluminismo. No entanto, há que se ter o cuidado com radicalismos políticos, que não analisam de forma dialética o uso da estética como mecanismo de afirmação da identidade burguesa:

Somente um pensamento dialético, como o que utilizamos, é capaz de delimitar o caráter contraditório da estética. A emergência da estética como categoria teórica acha-se intimamente articulada ao processo material pelo qual a produção cultural, num estágio inicial da sociedade burguesa, ganhou “autonomia” — autonomia, queremos dizer, em relação às várias funções sociais a que ela servia tradicionalmente. Uma vez que os objetos se tornam bens de consumo no mercado, existindo para nada e para ninguém em particular, eles podem ser racionalizados — falando-se ideologicamente — como existindo inteiramente e gloriosamente para si-mesmos. É esta a noção de autonomia e autorreferência que o novo discurso da estética está interessado em elaborar (EAGLETON, 1990, p.12)

Esse contraditório encontra-se então na ideia de que cultura, nesse contexto, é parte da construção de uma ideologia que transforma a arte, enquanto produção cultural, em reflexo do modo de vida ideal à burguesia. Como reflexo disso, tal modo de vida torna-se referência também à camada social que busca ascensão, considerando que, cultura no âmbito da estética, é parte integrante de um processo civilizatório, que ainda integra o conjunto de permanências do modelo global de dominação desde o Século XIX (WILLIAMS, 2007, p.119).

Em 2016 fui eleito representante da Região da Baixada Fluminense para compor o Conselho Estadual de Política Cultural. Considerando essa experiência, pude compreender a analogia feita por Williams, ao comparar uma estrutura de controle social, enquanto um “braço” da sociedade civil, em relação a sua atribuição de opinar e deliberar sobre questões relacionadas ao “corpo” do Estado. Passei a partir daquele a perceber que, no tocante à

implementação de uma regulação que possibilite o estabelecimento de um novo conceito de Cultura, há uma série de contradições quanto ao que o autor chama de “alcance do braço”. Nessa metáfora o autor pondera que: “essa é uma imagem infeliz: com certa pertinência involuntária, descreve uma visão fraca da intermediação. Pois é costume do corpo dirigir o seu braço, e tudo que ganhamos pelo comprimento do braço e certa noção de remoção de um controle diretamente circunscrito” (WILLIAMS, 2015, p.65).

A alternativa que grupos organizados da sociedade civil vem buscando apresentar, no sentido de dar novo significado ao conceito de cultura, é fomentar a maior participação das camadas menos favorecidas da sociedade, aos espaços de discussão. No entanto, o máximo que os mecanismos de controle externo de políticas públicas vem avançando, tem sido em relação ao estabelecimento de uma regulação que garanta acesso à fontes de financiamento e acesso a bens culturais, de cunho material e imaterial.

O trabalho é o fator que possibilita ao homem avançar para além das questões instintivas e biológicas, tornando-se vetor de humanização, também sob o aspecto antropológico, o que podemos perceber nas teorias de Marx e de Lukács (OLIVEIRA, 2010). O trabalho é assim a forma pela qual o homem constrói sua teia de sentidos, ao passo que é através dele que o mesmo materializa sua consciência, como vemos em Lukács:

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1978, p.5).

Mantendo a analogia entre cultura e trabalho, teóricos da antropologia contemporânea nos levam a ponderar as dificuldades existentes em teorizar sobre uma sociedade complexa, como vemos na abordagem de Velho, ao ponderar que:

Sem querer inventar nada de novo ou original gostaria que ficasse claro, quando me referir neste artigo a sociedade complexa que tenho em mente, a noção de uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais,

estratos, castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a ideia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência harmônica ou não de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, éticas, religiosas etc. (VELHO, 1987, p.14).

Para o autor, a condição fundamental para uma discussão relacionada ao trabalho e sua divisão social, pressupõe uma discussão centrada na “heterogeneidade cultural” (VELHO, 1987, p.14), ponto de vista que se distingue do modelo ideal, apresentado por Lukács. Ou seja, Lukács nos apresenta uma abordagem que busca uma definição exata do que seja trabalho. Para o autor, não existe possibilidade de um avanço do homem, enquanto ser social sem que o trabalho esteja no centro da vida social.

Lessa, por sua vez, pondera que a mutualidade do homem em relação com a natureza, pressupõe uma relação também mútua com outros membros da sociedade. Assim, trabalho também pressupõe uma vida de múltiplas relações:

A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si (LESSA, 2012, p.25).

O autor nos mostra que tais necessidades movem a sociedade de uma forma orquestrada pelo capital, fazendo com que o trabalho se torne cada vez mais impessoal, de modo que o trabalho seja então visto como produto, em uma diversificada teia social (idem). Tais vínculos nos possibilitam encarar o trabalho também como uma expressão de dominação e despotismo, se considerarmos seu caráter definido sob uma perspectiva econômica, quando o trabalhador não se beneficia da riqueza produzida por sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2010, p.74). Segundo Oliveira, o trabalho transcende os vínculos sociais nos quais originalmente se fundamenta:

O trabalho estranhado, no entanto, traz em si o momento da universalidade. Os objetos produzidos no capitalismo, as mercadorias,

para usar uma expressão do Marx da maturidade, não perdem seu valor de uso. O trabalho, mesmo determinado pela propriedade privada, produz riqueza útil. O estranhamento se origina quando esta riqueza é expropriada dos seus verdadeiros produtores, os trabalhadores, e a ela é atribuído um valor de troca em detrimento do valor de uso (OLIVEIRA, 2010, p.74).

A dupla definição marxiana de trabalho no capitalismo tem então relação direta com essa condição de estranhamento da classe trabalhadora. Para Marx, a relação capital-trabalho gerida exclusivamente pelo capital extrai do trabalho seu potencial de humanização, excluindo do trabalhador o benefício direto de sua produção, subordinando-o ao salário, ao que Marx dá a definição de “trabalho abstrato”:

Ou seja, para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe (LESSA, 2012, p.26).

Um fator que tem consolidado o estranhamento na sociedade é o fato de o trabalho ser colocado no conjunto global estratégias de manutenção de hegemonia, em detrimento da manutenção de valores locais. O dinamismo no qual vive a sociedade, coloca o trabalho em um dinâmico conjunto de subjetividades, levando a sociedade a inserir o trabalho no conjunto de fatores transitórios com os quais deve conviver e assimilar, dando sentido de liberdade a esse constante estado de mutação:

Deve-se compreender que o homem possui a capacidade potencial de realizar-se como ser livre e universal, ao efetivar-se, no curso histórico, e, ao mesmo tempo, dar novos rumos à sua existência. Isso quer dizer que o homem está em um constante processo de auto-construção, tanto em sua dimensão subjetiva quanto intersubjetiva, possibilitada por sua atividade essencial, o trabalho (...) Ademais, ele modifica a realidade natural que o circunda e, ao modificá-la, cria uma nova realidade, da qual os demais homens usufruem, engendrando assim um feixe de relações sociais. É nessa relação com a natureza e os demais homens, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói sociedades, reconfigura a história e, simultaneamente, molda a sua essência (OLIVEIRA, 2010, p.75).

Em seu caráter formador, o trabalho, enquanto fenômeno social em uma sociedade global e capitalista, molda o homem, de modo que esse absorve determinada realidade social como parte de sua natureza, até que esse entenda ser possível contribuir com a mudança de seu status quo, a partir da condição de ser criador. É possível assim definir trabalho a partir de uma perspectiva emancipatória, mesmo em meio à luta de classes e ao despotismo com o qual o capitalismo pressiona a classe trabalhadora.

Se o trabalho, segundo Marx, é o fator que nos dá sentido de humanidade através daquilo que criamos ou transformamos, é justo entender que as constantes dinâmicas sociais possibilitem à classe trabalhadora transformar o trabalho em mecanismo estratégico no processo emancipatório. Duayer e Medeiros atribuem a condição de estranhamento do homem em relação ao trabalho à chamada “reprodução ampliada” de Lukács, ao que Marx chama de “dinâmica objetiva”. Esses dois conceitos descrevem a condição na qual, à medida que se aumenta a riqueza, também aumenta o estranhamento. Esse estranhamento, por conseguinte, produz questionamentos por parte da classe trabalhadora:

Analisando, portanto, as estruturas da sociedade do capital, Marx descobre esta dinâmica objetiva, cuja lógica imanente não se dissolve por si mesma, não se auto-supera. Pelo contrário, ela arrasta suas contradições para adiante, sempre em grau mais elevado. Expresso em poucas palavras, este é o tema marxiano do estranhamento e da emancipação humana. Emancipação em que sentido? Emancipação da subordinação dos sujeitos à lógica destrutiva, humana e ecologicamente, do seu objeto deles próprios autonomizado. Emancipação de determinações estruturais objetivas, mas históricas, que constroem, oprimem e frustram as aspirações de um mundo mais digno do ser humano, o que inclui uma relação humanizada com a natureza sem a qual um mundo social humanizado é inconcebível, como se torna cada vez mais evidente (DUAYER, M. & MEDEIROS, 2008, p. 156)

Marx mostra que o estranhamento produzido pelo trabalho sob o viés do capital, pode também levar o trabalhador a produzir significados distintos dentro da própria sociedade e é exatamente aí que vemos o ponto de convergência entre cultura e trabalho.

E é justamente neste particular que se pode compreender a magnitude da realização de Marx. Em sua obra, e em *O Capital* especificamente, o que está sendo construído é outro

espaço de significação. Tão próprio da sociedade do capital como as concepções que dela emergem espontaneamente e a ela se conformam. No entanto, com uma diferença substantiva: trata-se de um espaço de significação por meio do qual os sujeitos das relações sociais postas pelo capital tornam-se capazes de compreender a natureza histórica e, portanto, relativa, das próprias relações que eles produzem e reproduzem com suas práticas. Em suma, podem conceber a sociedade como produto seu. Como coisa sua. E podem conferir sentido, assim, às práticas e as ideias que, devidas às próprias contradições presentes em suas relações sociais, remetem para além dessas próprias relações, dessa própria sociedade (DUAYER, M. & MEDEIROS, 2008, p. 159).

Outra obra que elucida questões quanto ao trabalho enquanto sinônimo de libertação é a *Ontologia do Ser Social* de Lukács. Em sua obra o autor discute que o sentido libertador do trabalho passa pelo domínio do trabalhador sobre si, sob um ponto de vista teleológico, onde o trabalho possibilita uma visão de longo alcance, desenvolvido partir de relações sociais que produzem no homem uma auto-crítica, avançando da existência meramente biológica.

não se deve buscar aqui uma linha de continuidade entre a natureza e o mundo dos homens. Argumenta Lukács que no contexto de uma vida apenas em-si, apenas animal, por mais desenvolvida que seja a forma de consciência a ela associada, a ausência de uma efetiva interação consciência/mundo objetivo impossibilita, do ponto de vista ontológico, a presença da categoria da liberdade. No contexto de uma existência que se limite a reagir aos estímulos do meio ambiente para continuar a reprodução biológica da espécie, falar em liberdade é, segundo Lukács, um absoluto contrassenso. Tão-somente em uma existência na qual as representações do mundo possam se elevar a conceitos pode a busca pela razão das coisas exercer um papel ontológico relevante. E apenas então a questão da liberdade pode ser colocada (LESSA, 2012, p.164).

Apenas então é possível entender o homem olhando para o trabalho como elemento formador de sua humanidade. Por outro lado, um olhar ontológico sobre o homem pressupõe uma análise sobre a forma como o homem cria a si e a seu meio, incluindo aí um olhar sobre seu nível de consciência sobre o mundo que o cerca (OLIVEIRA, 2010, p.75). Assim, o sentido teleológico de Lukács e a ideia de objetividade de Marx apontam para a possibilidade

de um rompimento com os determinismos existentes na sociedade, produzindo uma nova consciência, como pondera Oliveira, referindo-se a Marx:

Marx ainda admite que o trabalho humano é distinto da atividade produtiva dos demais seres vivos porque ele envolve consciência, volição e um determinado comportamento próprio de seu gênero. Nesta perspectiva, ao trabalhar, o homem não realiza uma mera atividade animal, instintiva, para satisfazer suas necessidades imediatas. Certamente que, como ser objetivo, natural, biológico, essas necessidades irão interferir e estimular sua atividade produtiva. Contudo, tal atividade não se restringe a essa determinação. O homem também produz racionalmente, isto é, pensa, planeja e imprime sentido a tudo o que faz, o que denominamos de capacidade (OLIVEIRA, 2010, p.75)

Concluindo, é através do trabalho que o homem se humaniza, indo além do mero existir. É também em uma sociedade heterogênea que o trabalho tem seus novos significados, levando esse homem humanizado a criar sua consciência. Esse ambiente de diversidade através da qual o homem se reproduz através no mundo trabalho, é cultural. Assim, apropriando-se de sua natureza capaz de produzir transformações sociais e ambientais, é possível ao homem suplantar as estruturas sociais que o pressionam, como apresenta Oliveira:

Nessa orientação, o homem é resultado de seu próprio trabalho. Aqui Marx introduz no seu conceito de objetividade humana um elemento novo. O homem é um ser objetivo, porém um ser objetivo humano, ou seja, ele não é um mero contemplador do mundo, um mero ser-aí natural, mas age sobre este mundo, modifica-o, constrói novas realidades, produz cultura, engendra relações, cria a realidade sócio-histórica (OLIVEIRA, 2010, p.83).

Os conceitos cultura e trabalho são diversos e estão diretamente ligados à construção de identidades, sob o aspecto coletivo. Nesse sentido, os conceitos marxianos de liberdade ou emancipação, necessários à classe trabalhadora, nos dão o entendimento de que a sociedade não é feita exclusivamente de conceitos hegemônicos de uma camada da sociedade mas, da transversalidade contida nas relações sociais. Torna-se então fundamental que fatores políticos, psicológicos e de consciência estejam claros no âmbito da classe trabalhadora, de modo a possibilitar-lhe o retorno ao sentido humano da relação entre o homem e a natureza, onde a consciência é o elemento ontológico que possibilita o avanço da condição de mero existir à condição de *ser*.

2.2 CULTURA E DIREITOS HUMANOS

Aqui será analisado o papel de instâncias governamentais e de controle social na discussão dos direitos humanos, o que possibilitará traçar um panorama que dê respostas a questões levantadas no conjunto dessa dissertação. Os debates acerca do direito à cultura vêm se ampliando no Brasil, com base no Art. 215, do Decreto N° 591, de 6 de julho 1992 segundo o qual, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Com a implementação da Emenda Constitucional 48, de 10 de agosto de 2005 foram criados mecanismos de controle social, no sentido de inserir o conceito de cultura no conjunto de direitos humanos no Brasil.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial teve início uma série de discussões relacionadas à controvertida ideia de Direitos Humanos, tema que vem sendo exaustivamente discutido desde a Assembleia Nacional Francesa em 1789. Um importante referencial para consolidação de novos paradigmas no que se refere aos Direitos Humanos foi a criação da ONU - Organização das Nações Unidas, em 1945. Para Ribeiro, há um avanço após a criação da ONU, como descreve o autor:

Mas é, sem dúvida, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, que se tornou o grande documento sobre a questão. A difusão dos direitos humanos enquanto ideopanorama também deve em muito à atuação de organizações da sociedade civil internacional como a Amnesty International, uma organização, fundada em 1961, em Londres, que conta hoje com mais de um milhão de membros e apoiadores, operando em mais de 140 países (RIBEIRO, 2003, p.8).

O autor acrescenta uma observação, no sentido de alertar para o fato de que termos como *direito, liberdade, democracia*, têm origem no pensamento ocidental e que muitas estruturas de poder despótico justificam suas ações sobre outros territórios com a justificativa de defesa dos Direitos Humanos (idem).

Dentre os conceitos citados acima, o direito tem sido foco de análise e de importantes debates teóricos. Uma discussão que avança a partir do final do século XIX como desdobramentos das discussões voltadas aos direitos humanos no século XX, decorre da

abordagem de Marshall, ao conceituar cidadania (MOURA, 2009). Para o autor, a cidadania se caracteriza por sentidos distintos, que são os *direitos civis*, *direitos políticos* e *direitos sociais*, compreendendo então três gerações de direitos, ao que o autor acrescenta uma tendência emergente aos chamados direitos de solidariedade “que visem não apenas ao indivíduo, mas aos grupos humanos” (MOURA, 2009, p. 22).

Moura alerta para os cuidados com a abordagem marshalliana, tendo em vista uma obra inglesa, escrita no final da década de quarenta, deve ser observada com os devidos cuidados, quando em comparação com uma abordagem sobre a realidade brasileira. Ainda assim, a autora se apoia em Carvalho para afirmar que “entre nós o social precedeu os outros” (MOURA, 2009, p. 23).

Os direitos sociais, cujas discussões se desenvolveram na segunda metade do século passado, tiveram sua história envolvida pela luta por melhores condições de vida na sociedade europeia, convergindo para o que conhecemos como estado de bem estar social:

os direitos sociais, surgidos no século XX, seriam aqueles capazes de conferir um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar na herança social, bem como de acesso aos serviços educacionais e sociais. Importante, neste ponto, ressaltar que os direitos sociais mínimos foram desligados do status da cidadania e, por conseguinte, aquele que se beneficiasse, por exemplo, da chamada Poor Law, espécie de auxílio financeiro garantido as família menos favorecidas, teria a condição de cidadão usurpada (MOURA, 2009, p. 24).

Para Marshall a ideia de direitos sociais oportunizados através do Estado extrai da cidadania sua essência, por excluir de seu contexto as lutas sociais. No Brasil, por outro lado, o processo histórico exclui da construção da cidadania a etapa dos direitos políticos, sendo garantida à sociedade o pacote de direitos sociais que melhor interesse ao Estado, em seu status de bem feitor, através de uma regulação que lhe melhor convenha:

No mesmo norte, não haveria como admitir que esse seja um conceito construído paulatinamente, sem conflitos aparentes, pois a sociedade não é harmoniosa como insiste o liberalismo nem pode ser vista como dádiva. Dessa forma, a cidadania é algo que se conquista através da luta (...) Com efeito, observa-se que no Brasil, a doação dos direitos sociais, em vez da conquista dos mesmos, fez com que estes fossem

compreendidos pela população como um favor, colocando os cidadãos em posição de dependência perante seus líderes (MOURA, 2009, p. 25).

A teoria de Marshall não desenvolve discussão quanto aos direitos de quarta geração, por um tema em voga durante a produção de sua obra “Cidadania, Classe social e status”, publicada em 1949. No entanto, outros autores se encarregaram de fazê-lo. Os chamados *direitos de solidariedade* se desenvolvem a partir do princípio que a cidadania é um valor individual, construído coletivamente, além de não ser um conquista alcançada *contra* o Estado mas, *sobre* o Estado (MOURA, 2009, p. 25), colocando a sociedade como usufrutuária de direitos conquistados, sobretudo, através do exercício dos direitos políticos. Cidadania é então uma construção social desenvolvida em um processo histórico, que se dá pela via da luta política ou através de mediações:

O fenômeno da cidadania, portanto, é um processo histórico, marcado pelas potencialidades ambíguas da cidadania, quais sejam: o sentido autoritário (de legitimação) e o sentido democrático (de contestação). O primeiro defende o discurso único da cidadania, aprisionando seu significado, neutraliza seus componentes políticos e sua natureza de processo social contraditório. Já o segundo se materializa quando enunciado pelos sujeitos sociais e políticos, visando inseri-los em um espaço político reivindicatório de direitos. E, diante dessa dupla potencialidade, a cidadania acaba por se definir conforme a sociedade e a matriz político-ideológica que a constitui e enunciada em um dado momento histórico (MOURA, 2009, p. 30)

No que se refere a suas contribuições no debate contemporâneo no campo das ciências sociais em nossos dias (NETTO, 2008, p.1), Boaventura Santos nos oferece uma noção do atual contexto da cidadania cultural. Com um discurso que contempla parte da esquerda brasileira, há consenso quanto a sua abordagem, no que diz respeito a ideia de que, “do movimento do capitalismo entregue a si mesmo, só pode derivar mais capitalismo” (NETTO, 2008, p. 5).

O fato a ser debatido aqui, está no entorno da ideia de que o estado de consciência quanto ao direito à cultura, pressupõe enfrentamento aos demais fenômenos sociais globalizados, no sentido que “a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou

entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, no fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição ou entidade rival” (SANTOS, 1997, p.108). Ou seja, segundo o autor, não há uma globalização genuína, haja vista que a hegemonia se estabelece a partir de um localismo bem sucedido em relação aos demais localismos no globo, não preocupados com algum tipo de dominação com base em seu “enraizamento local” (idem).

Em Gramsci vemos importante discussão relacionada ao pensar coletivamente, entre camadas sociais distintas, inseridas no mesmo universo cultural, como o exemplo do que ocorre entre clérigos e camponeses. As camadas tradicionalmente hegemônicas determinam então os critérios de ocupação dos espaços de poder e, conseqüentemente, definindo também as formas de inserção naquela casta de intelectuais, causando, nas camadas desprovidas de acesso aos mesmos direitos, certa ambigüidade de sentimentos quanto à ocupação de tais espaços:

A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e, em geral, do funcionário público, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, nem dos germes e fermentos de desenvolvimento nela existentes, se não se leva em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende (GRAMSCI, 2001, p.23).

No que se refere ao Brasil, as políticas globais de Direitos Humanos trazem desdobramentos históricos locais, no que se refere ao entendimento do que sejam direitos e em especial, em relação a formulação e implementação de políticas públicas, na busca por uma interferência direta no olhar tanto do Estado quanto da sociedade civil sobre o que deva ser a cultura nacional.

2.3 CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O olhar do Estado sobre a cultura no Brasil apresenta um histórico importante no que se refere à construção de identidades. Tal importância é notada pelo fato de que os primeiros movimentos nessa direção buscaram horizontalizar uma identidade na diversidade existente no país, o que pode ser considerado uma ponta de lança para o conjunto de marcos legais para reivindicação dos direitos pois, ainda como afirma Boaventura Santos “a política de Direitos Humanos é basicamente uma política Cultural” (SANTOS, 1997, p.107).

Observando nosso passado recente, vemos que o discurso dos intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX ainda reproduzia uma ideia antropológica de cultura contida em um processo civilizatório, de um mundo dividido entre sociedades evoluídas e não evoluídas. O ponto partida, no que se refere a um lampejo de mudança, ao menos no discurso que propõe questionamentos quanto a preponderância de povos evoluídos e “cultos” em relação a povos bárbaros e selvagens (AZEVEDO, 1944), pode ser a chamada Era Vargas, em especial a partir da criação do MES – Ministério da Educação e Saúde, em 1930. A chefia da pasta foi delegada a Francisco Campos até 1934, quando assume Gustavo Capanema, que em sua longa gestão à frente daquele ministério (1934-1945) compõe um colegiado de notáveis, entre os quais podemos citar Heitor Villa-Lobos, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e o sociólogo Fernando de Azevedo que, citando o antropólogo norte-americano Clark Wissler, descreve em sua obra “A cultura Brasileira” (1944) as distinções e analogias existentes entre cultura e civilização, à época:

O conceito de cultura, no sentido anglo-americano, ampliou-se como o de civilização em francês, passando a abranger não só os elementos espirituais, mas todos os modos de vida e, portanto, também as características imateriais da vida e da organização dos diferentes povos. Se nessa acepção, mais larga se compreendem, sob o mesmo termo, tanto os produtos da atividade mental, moral, artística e científica, como as bases materiais da evolução social, todos os povos, desde as sociedades primitivas, de organização embrionária, até às sociedades mais altamente evoluídas, possuem certamente uma cultura na concepção antropológica adotada por Wissler e outros antropólogos e etnólogos norte-americanos (AZEVEDO, 1944, p2).

Azevedo faz ponderações em sua obra, no que se refere às permanências do pensamento europeu e norte-americano refletidos em Wisler, no sentido que as questões

relacionadas à cultura devem estar além do olhar imaterial, trazendo o autor à roda o conceito sociológico de Durkheim do “homo duplex”, onde o mesmo homem é social e psico-social. O avanço que se percebe então, nesse período pós revolução de 30, segue no entendimento que:

não se pode contestar a existência de relações entre a cultura propriamente dita com as bases materiais da sociedade e as suas técnicas, nem o interesse que apresenta a investigação sobre o comportamento material, técnico e econômico, das sociedades e as bases materiais desse comportamento (AZEVEDO, 1944, p.2)

Antonio Cândido, por sua vez, chama de “fermento de transformação”, quando grupos culturais resistentes criavam mecanismos e estruturas que lhes possibilitava superar as barreiras ideológicas tanto da sociedade quanto do Estado, mantendo-se então socialmente ativos e influentes, como apresenta o autor:

Com efeito, os fermentos de transformação estavam claros nos anos 20, quando muitos deles se definiram e manifestaram. Mas como fenômenos isolados, parecendo arbitrários e sem necessidade real, vistos pela maioria da opinião com desconfiança e mesmo ânimo agressivo. Depois de 1930 eles se tornaram até certo ponto "normais", como fatos de cultura com os quais a sociedade aprende a conviver e, em muitos casos, passa a aceitar e apreciar. Pode-se dizer, portanto, que sofreram um processo de "rotinização", mais ou menos no sentido em que Max Weber usou esta palavra para estudar as transformações do carisma. Não se pode, é claro, falar em socialização ou coletivização da cultura artística e intelectual, porque no Brasil as suas manifestações em nível erudito são tão restritas quantitativamente, que vão pouco além da pequena minoria que as pode fruir. Mas levando em conta esta contingência, devida ao desnível de uma sociedade terrivelmente espoliadora, não há dúvida que depois de 1930 houve alargamento de participação dentro do âmbito existente, que por sua vez se ampliou (CÂNDIDO, 1984, p.27).

O que Cândido apresenta em seu artigo é o fato que o que se vê é uma proposta de desenvolvimento normatizado, com um protagonismo que gradativamente cria capilaridade na sociedade. Protagonismo esse alcançado através de vínculos ideológicos fortalecidos, aliados à persistência de tais grupos, como no Modernismo na década de 20.

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a

valorização e a difusão das manifestações culturais. (Art. 215 da Constituição Brasileira)

Considerando avanços e retrocessos nas políticas de Estado no Brasil nesses trinta anos desde de a promulgação de nossa última Carta Magna, discutimos aqui eventos ocorridos em um momento importante no estabelecimento de uma regulação que possibilite a todo brasileiro ter acesso à sua cidadania cultural, nos termos da Constituição Brasileira. Devemos considerar também que a própria Constituição inaugura um momento de efetiva participação popular já em seu processo e elaboração, haja vista que o dispositivo de “emendas populares” pode ter sido considerado o primeiro grande ato de mobilização nacional de ação direta da população, tendo em vista que:

Garantia-se a possibilidade de qualquer eleitor apresentar emendas ao projeto de Constituição, contanto que subscritas por 30 mil cidadãos brasileiros e referendadas por três entidades da sociedade civil. Cada indivíduo podia assinar no máximo três propostas de emenda constitucional. Durante o processo constituinte, seriam contabilizadas em torno de 12 milhões de assinaturas subscrevendo 122 emendas populares (...) a institucionalização das emendas populares teve grande impacto no crescimento da participação da sociedade na Constituinte. Um elevado grau de mobilização para recolhimento de assinaturas envolveu universidades, sindicatos, órgãos do poder público, associações de mães, aldeias indígenas, religiosos, organizações de vítimas, estudantes, idosos, pessoas com deficiência e muitos outros (VERSIANI, 2010, p. 244).

Ainda sob os efeitos da Campanha das Diretas Já, de ampla cobertura jornalística que contou com a participação de milhares de brasileiros no pós ditadura, nos anos de 1984 e 1985, vemos agora um momento em que a população encontra na política um motivo que une brasileiros de diversas origens e camadas sociais, como apresenta Versani:

Como identidade comum, subjacente a grande parte das demandas sociais, estava a ideia de que todos os brasileiros, indistintamente, eram sujeitos ativos participantes do processo constituinte. Nos debates e na mídia, nas campanhas e movimentos sociais, nas cartas pessoais enviadas aos governantes, fazia-se presente e alcançava grande “espalhamento” social o reconhecimento do direito de todos à participação política (VERSIANI, 2010, p. 247)

Vemos assim que os movimentos sociais cumprem importante papel na sistematização de ações de mobilização da sociedade. Se observarmos o momento anterior, quando a ditadura

impunha sua força repressora, veremos que ainda assim eram os movimentos sociais os principais pontos de referência, no que diz respeito à sistematização de ideias e ações de mobilização social, em alternativa ao que lhes era imposto. Exatamente por isso são comuns ações governamentais de esvaziamento de iniciativas que têm como base o enfrentamento a forças hegemônicas, desde antes da efetivação da abertura política no Brasil.

A chamada Era Lula foi o período no qual buscou o Governo Brasileiro investir no conceito de Cidadania Cultural. As características ideológicas do Governo Lula se refletia através das ações do Ministério da Cultura- MinC, que se desdobravam em três eixos, que desdobram na “cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia” (BRASIL, 2005). O Programa Cultura Viva é tomado como principal mecanismo de sensibilização e fomento de uma transformação da visão do Brasil sobre si, criando redes de criação e gestão. Como mecanismo irradiador de diálogos bilaterais, o MinC desenvolve mecanismos de troca, nos diversos pontos do país, através do chamados Pontos de Cultura, onde se pretende desenvolver de forma consciente vínculos, como consta do texto inicial apresentado à sociedade:

O efeito desejado é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, criando uma mágica motivadora na qual os cidadãos sentem-se, cada vez mais, estimulados a criar e participar. O programa incentiva o processo de reinterpretação cultural, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo (BRASIL, 2005, p. 18).

O *Cultura Viva* não propunha um ruptura com o modelo social e econômico vigente. No entanto, a ideia central do PCV é que, através dos Pontos de Cultura, seja possível ao cidadão ampliar o olhar sobre si e sobre o outro, possibilitando assim o dialogo e a troca, como forma de enriquecimento coletivo. O Programa visava também, através da destinação de recursos materiais e financeiros, que os fazeres artísticos sejam tomados como forma expositiva da cultura local. Entre os objetivos mais preponderantes desse Programa, podemos descrever a proposta de garantir e ampliar ações de fruição cultural, a identificação de parceiros governamentais e não governamentais, visando a viabilidade de ações sustentáveis a nível local, garantir a ampliação do uso de linguagens e símbolos nacionais e locais, na produção artística, além de buscar uma *horizontalização* de influências, visando

“transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos” (idem). No que se refere o público alvo, as ações e estratégias do “Cultura Viva” se destinam às populações de baixa renda, dentro e fora de grandes concentrações urbanas, sobretudo em se tratando de *“adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social”*, além de municípios e/ou populações de maior relevância para a preservação cultural, histórica ou ambiental.

As movimentações na direção da promulgação da Lei do PNC foram motivadas a partir de uma série de encontros ocorridos por diversas regiões e Estados brasileiros no ano de 2004, considerados como fóruns de discussão preparatórios para a I Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 13 de dezembro de 2005. Estavam lançadas aí as bases que deram legitimidade a um movimento que o então Ministro da Cultura Gilberto Gil chamou em seu discurso de posse em 02 de janeiro de 2003 de *“do-in”* antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país”. A partir dos três eixos temáticos discutidos na I CNC (dimensão, simbólica, dimensão, cidadã e dimensão econômica), norteadores das políticas culturais construídas na chamada Era Lula que vamos pensar cultura como direito no Brasil e até que ponto tais políticas “tocam” e mobilizam os cidadãos.

É em consideração à definição dada por Raymond Williams de que cultura é um “processo” cujo foco é o “cuidado com algo” (WILLIAMS, 2007, p.117), que a discussão voltada à cultura enquanto alvo de políticas públicas, também é abordada nessa dissertação. Segundo o autor, “um Ministério da Cultura refere-se a essas atividades específicas [as artes], algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber acadêmico, da história” (WILLIAMS, 2007, p.121).

Na mesma linha na qual seguiam militantes que reivindicavam o “cumpra-se” no âmbito do SUS, ocorriam diversos fóruns de discussão no campo da cultura, no sentido de garantir a constitucionalidade do reconhecimento da fruição e acesso à cultura como direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Ou seja, o que se buscava enquanto reivindicação da militância nas diversas camadas sociais, ainda nas últimas décadas do século XX era a garantia da chamada cidadania cultural.

Após audiências públicas, encontros setoriais e propostas de fóruns regionais por todo país, foi apresentada no dia 29 de novembro de 2000 a PEC - Proposta de Emenda Constitucional 306, cujo texto traz uma síntese dos futuros desdobramentos que se consolidaram uma década depois, como vemos em trecho do item “Justificação”:

Pioneiramente, a Constituição Federal de 1988 representou um significativo avanço no tocante ao reconhecimento do princípio da Cidadania Cultural, ao estabelecer, em seu art. 215, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, bem como apoiar, incentivar e valorizar as múltiplas manifestações culturais, representativas dos diferentes segmentos étnicos formadores da nação brasileira. Assim, os direitos culturais foram elevados à categoria de direitos fundamentais, ao lado de direitos já consagrados no ordenamento jurídico nacional, a exemplo dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos (BRASIL, 2000, p.86).

Com as diretrizes gerais já elaboradas a partir da edição da PEC 306 no Congresso, caberia então ao novo governo receber o acúmulo de demandas da cadeia produtiva da cultura nacional. agora, com a responsabilidade de oferecer ouvidos aos clamores de sua base eleitoral, o que importaria ao mandato do candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva a responsabilidade de promover avanços aguardados após décadas de lutas sociais no campo da Cultura. Após a vitória de Lula em 2002, Gilberto Gil é convidado a assumir a pasta da Cultura, com a proposta de inverter o eixo das políticas públicas de cultura, em apoio a produções descentralizadas, no que se refere a grandes centros urbanos.

Propondo uma imersão na alma do país, O Ministro Gilberto Gil dá sua definição de cultura, que passa a ser perseguida como referência não somente de gestão pública, mas também com características de palavra de ordem, no que diz respeito à cidadania cultural por parte de artistas, produtores e agentes culturais:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a

discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que - não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa - é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" - o que existe é cultura (ALMEIDA, 2013, p.91).

Gil se refere aos fazeres do povo brasileiro como algo que supere os limites do técnico e do econômico, onde o olhar antropológico não observe o exótico, mas sim o traço de personalidade contido em cada grupo social. Gil entende então que “O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil.” Gil alerta assim que, sem um olhar atento para as peculiaridades de cada estado e município, não é possível “tecer o fio que os unem”, na finalidade de diminuir as desigualdades.

Como objetivo de sua gestão, Gil entende que caminhos devem ser trilhados, tendo como meta uma convivência saudável entre tradição e Inovação. Para tanto, deixa claro que o processo de reconhecimento dos fazeres, formulação de políticas públicas e aporte de recursos deve cumprir a um papel central, que é lançar luz sobre aspectos fundantes da diversidade cultural brasileira:

no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta (ALMEIDA, 2013, p.92).

Após discorrer sobre a importância de criar relações saudáveis com outras culturas, no que se refere a países parceiros, encerra seu discurso colocando o MinC como “espaço de experimentação de rumos novos”, deixando clara a necessidade de construir para o Brasil um ambiente de “Cultura Viva”, nome dado ao programa criado através da Portaria nº 156, de 6

de julho de 2004, que nortearia a gestão da pasta no primeiro e no segundo mandato de Lula. Primeiro com Gil e posteriormente tendo Juca Ferreira como ministro, esse que foi chefe de gabinete de Gil e seu principal técnico formulador de projetos e programas.

Com a finalidade de agilizar o aprofundamento dos impactos esperados, no que se refere às políticas culturais do MinC, foi proposta então a criação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, apelidado de “CPF da Cultura”. Integrariam assim o CNC, o Conselho, o Plano e o Fundo Nacionais de Cultura, no processo de realização da I Conferência Nacional de Cultura, realizada durante o segundo semestre de 2005, que contou com cerca de sessenta mil participantes, entre as pré-conferências e o evento de culminância ocorrido entre 13 e 16 de dezembro de 2005.

2.4 TRABALHO E A CULTURA DO TRABALHO

Serão abordadas aqui as mudanças nas relações de trabalho no Brasil, além de lançar um olhar sobre seus desdobramentos, que estabelecem o que chamamos de cultura do trabalho. Ainda considerando o recorte temporal entre a promulgação das Constituição de 1988 e os dias atuais, como referência, buscaremos descrever como o trabalhador tem absorvido o conjunto de valores e significados vigente. Nesse contexto, buscaremos descrever de que maneira uma categoria específica de trabalhadores consegue superar uma série de fatores limitantes em relação à luta de classes, desenvolvendo uma estrutura que lhes possibilitou viabilizar uma nova cultura do trabalho em meio a uma conjuntura desfavorável.

Ao discutir a cultura do trabalho como tema central dessa dissertação, pretendo considerar questões que não estão necessariamente ligadas à produção material ou intelectual efetivamente, mas apresentar um conjunto de articulações de uma categoria de trabalhadores, capazes de transformar o trabalho em um patrimônio coletivamente protegido. Será então feita aqui uma discussão na direção do que Thompson (1987) chama de “fazer-se”, em que os indivíduos em determinado grupo social se identificam e se mobilizam mutuamente, em determinado modelo de sociedade e grupo societário, em particular entre os que vivem no meio urbano. Assim, discutiremos o conceito de “classe”, considerando sua forma fluida, exatamente por ser um fator histórico além de “uma relação e não uma coisa” (THOMPSON, 1987, v.1, p11).

De modo a constituir aspectos culturais dessa relação, discutiremos então o entendimento de Thompson sobre “consciência de classe”. Pois, segundo o autor, a classe existe quando um grupo de indivíduos se identifica e se articula pela identidade de seus interesses, em enfrentamento a indivíduos que apresentam interesses opostos:

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A Consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, v.1,p. 10).

Devemos então considerar se é ou não o fato de um determinado agrupamento de trabalhadores apresentar características parecidas a determinados grupos o que determina o nível de consciência de classe. De igual modo, cabe analisar em que medida fatores como nível de estabilidade no vínculo empregatício e a existência ou não de representatividade de classe, interferem no mundo do trabalho, bem como no olhar dos trabalhadores sobre o trabalho.

Como forma de analisar os conflitos vividos pela classe trabalhadora, com seus retrocessos e avanços no campo do trabalho, vamos acompanhar a abordagem de Ricardo Antunes (2010) sobre o conceito de trabalho, em seu caráter fetichizado. O autor parte das ideias de Max, no que se refere aos conceitos de “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”, contextualizando as relações capital-trabalho no universo do trabalho fetichizado, de modo a ilustrar como se configura o conjunto de códigos sociais que envolve a sociedade contemporânea:

se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição,

subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital. (ANTUNES, 2010, p.10)

Entender o trabalho como fator de formação e transformação passa pelo olhar de Thompson sobre a classe trabalhadora. Segundo o autor, a classe é algo vivido pelos indivíduos, enquanto constroem a historicidade de suas práticas. Ou seja, o “fazer-se” torna-se fundamentalmente algo coletivo:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classe, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e. no final, essa é a única definição (THOMPSON, 1987, p. 12).

Partindo do raciocínio proposto pelo autor, não basta apenas que existam vínculos coletivos firmados por imposição da necessidade de geração de renda, ou por conta da conveniência geográfica, mas pelo entendimento das razões que levam esses trabalhadores a ter interesses que convergem social e culturalmente.

Faz-se necessária também ter uma compreensão de que trabalhador é esse e em que contexto social e econômico está inserido. É de igual importância entender também com que profundidade o indivíduo pode ver e compreender uma configuração cultural do trabalho para o qual seja intelectualmente preparado ao longo de sua formação humana. Em Gramsci vemos que “Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 1982, p.7)

Um ponto de vista, através do qual podemos analisar sob quais condições se estabelece uma cultura do trabalho, pode ser o que Claudio Dedecca (2009) nos apresenta, ao descrever as noções de “mercado de trabalho” e “mercado de bens e serviços” tanto em países tidos como desenvolvidos no Ocidente, bem como no Brasil. O autor considera que “a

centralidade do trabalho é uma característica da sociedade moderna” (DEDECA, 2009, p.123), no sentido que meios de sobrevivência e reconhecimento são fatores surgidos através do trabalho. No caso da classe trabalhadores tal reconhecimento se dá através da venda da força de trabalho, por sua falta de “ativos econômicos”, o que lhe força a entrar em conformidade com a conjuntura que lhe é imposta, como no período da primeira revolução industrial:

Nos países de industrialização originária, o mercado de trabalho regulava e definia as suas regras e normas. Empresas e trabalhadores, individualmente, estabeleciam o contrato de trabalho. A venda individualizada do trabalho e a necessidade que atrelava os trabalhadores à obtenção do dinheiro com vistas à sobrevivência reduziam seu poder e barganha, permitindo condições de contratação totalmente vantajosa às empresas. Desse modo, elas tinham condições de estabelecer contratos fundados no baixo salário e na exploração extensiva da força de trabalho, não encontrando resistência à apropriação dos ganhos propiciados pelo aumento da produtividade de trabalho (DEDECA, 2009, p.124).

Segundo Dedeca, o que nos caracteriza como seres humanos, é o trabalho. Todavia, o trabalho é encarado de forma peculiar em uma sociedade capitalista, considerando que a forma individualizada com a qual o trabalhador é levado a ocupar seu espaço no mercado de trabalho, reduz seu poder de negociação e de reivindicação.

O regime despótico expressa, assim, uma situação de clara desigualdade na relação capital-trabalho e, portanto, de apropriação dos resultados auferidos pela maior eficiência do trabalho. Nessas condições, observa-se ampla flexibilidade, favorável ao capital, na compra da força de trabalho; e ampla rigidez nas condições da sua venda pelos trabalhadores. As regras e normas que ordenam o contrato de trabalho são, nesse regime, totalmente determinadas pelas empresas, cabendo aos trabalhadores a submissão completa a elas (DEDECA, 2009, p.125).

Associar a ideia de despotismo às relações de poder na atualidade, vai de encontro à matriz europeia do termo, no sentido que associa o sistema despótico de poder à monarquia,

com sua forma centralizada de dominação, a partir do olhar direcionado à França do século XIX. Francisco Alves (2017), ao discutir a questão da corrupção na política republicana francesa, toma como base a ideia de despotismo, extraída de Rousseau, ao descrever que “a Monarquia é o regime no qual apenas um governa, mas se orienta por leis estabelecidas; ao passo que no Despotismo um único - sem leis e normas – manda e desmanda conforme sua vontade arbitrária”. Da natureza que caracteriza cada regime, se originam as leis fundamentais ou, precisamente, a constituição política (ALVES, 2017, p.38).

O autor acompanha o raciocínio de Rousseau, por conta da diversidade com a qual o despotismo se apresenta, sobretudo ao abordar o que Cícero, já no 40 a.C, chamou de *res publica*, ou “coisa pública”:

O autor também utiliza a expressão ‘poder de uma facção’ para apontar os modelos corrompidos da aristocracia ou oligarquia e identifica dois exemplos para clarificar o seu apontamento: o comando dos trinta tiranos em Atenas e o governo do terceiro ano dos decênviros em Roma. No regime democrático existe corrupção quando o governo se torna injusto, isto é, aplica penalidades indiscriminadamente, se apropria do bem comum, apodera-se do que é público, esbanja poder e riqueza a seu bel-prazer (ALVES, 2017, p.38).

Referindo-se agora à Montesquieu, Alves nos apresenta a ideia que a corrupção é o maior adversário diante dos que buscam equidade no âmbito da república, considerando que o poder de uma parcela da sociedade se sobrepõe às demais:

Assim, o governo corrompido é aquele no qual os princípios são metamorfoseados, isto é, quando os governos republicanos e monárquicos se corrompem, eles perdem seus princípios originais – respectivamente a virtude e a honra - e adotam o princípio do governo despótico, que é o medo. Logo, na corrupção há o predomínio do princípio que move o despotismo. A República democrática se corrompe quando os homens passam a agir em nome dos interesses particulares em oposição à virtude política. Quando cada cidadão repele a autoridade legítima da República e passa a empregar suas ações somente em conveniência com suas convicções e interesses pessoais, desconsiderando a igualdade (ALVES, 2017, p.82).

Associada à ideia apresentada por Alves, quanto a associação direta entre despotismo e corrupção governamental, a intelectualidade, sobretudo aquela focada na política partidários, se presta ao papel de criar justificativas que reafirmem o lugar hegemônico da camada social detentora do poder econômico e, por sua vez, daquela parcela da sociedade que domina os meios de produção. Nesse sentido, os espaços de influência associados à regulação, tornam-se mecanismos fundamentais de manutenção de hegemonia e do controle da sociedade, limitando a possibilidade de recursos por parte da classe trabalhadora, envolvida em normas que beneficiam amplamente as forças sociais detentoras tanto do capital financeiro quando dos meios de produção e geração de renda.

“Nessas condições, observa-se ampla flexibilidade, favorável ao capital, na compra da força de trabalho; e ampla rigidez nas condições da sua venda pelos trabalhadores. As regras e normas que ordenam o contrato de trabalho são, nesse regime, totalmente determinadas pelas empresas, cabendo aos trabalhadores a submissão completa a elas.”
(DEDECA, 2009, p.124)

Posso então dizer que o mercado de trabalho é um ambiente imaterial, onde a capacidade intelectual do trabalhador não lhe garante elevação de status, onde poder de consumo se limita à sua força de trabalho, e onde o investimento no individualismo e protagonismo pessoal tornam-se condições prévias à ocupação de lugares privilegiados. Acrescenta-se a isso a ideia de que na atual cultura do trabalho o trabalhador não tem noção clara da cadeia produtiva na qual está inserido. O salário torna-se então uma forma de enredar tanto o trabalhador quanto a sociedade em uma teia de fetiches que mascaram o despotismo e lhe dá ares de normalidade.

A cultura do trabalho pode então ser definida como um conjunto de códigos e símbolos que definem como o trabalho deve ser encarado pela sociedade ou uma parte específica dela.

Após a Segunda Guerra Mundial, em especial entre as décadas de 50 e 70, Europa e EUA viveram um período de regulação estatal que lhes garantia hegemonia, diante das

pressões do mercado financeiro e dos que dominavam os meios de produção, sobretudo na indústria. Nesse período, mecanismos de controle e regulação se estabeleceram em pleno acordo com os meios de produção. No que se refere às empresas não alinhadas com a macro política internacional, era possível acreditar em um período de perda, em relação ao controle da classe trabalhadora. Aquelas três décadas se notabilizaram como um período no qual as influências do capital ofereciam concessões à regulação do trabalho. Tal conjuntura redundava em fortalecimento da regulação pública, além de possibilitar fortalecimento das representações sindicais a nível global inclusive:

A regulação econômica de Bretton Woods, em um contexto de democratização das políticas públicas e de reconhecimento da representação sindical, não conflitava com a progressiva regulação do contrato de trabalho, que se expressava na maior legitimidade da Organização Internacional do Trabalho e de suas convenções e recomendações internacionais. Era inegável a perda de poder das empresas em estabelecerem autonomamente o contrato de trabalho nos países desenvolvidos. Esse menor poder das empresas se traduzia em fortalecimento da esfera pública, do Estado e dos sindicatos, produzindo melhoras significativas nas condições de trabalho e na distribuição de renda. Entretanto, esse contexto favorável para a regulação pública começou a se desarticular a partir da segunda metade dos anos 1960. (DEDECA, 2009, p.129).

O movimento sindical de 1968 buscava democratizar as discussões relacionadas ao trabalho em seu cotidiano, na busca por uma aproximação ao modelo alemão de gestão empresarial, que aliava a gestão do trabalho à gestão da produção. dentre as principais reivindicações o autor cita: remuneração mínima, redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, restrição ao trabalho da mulher, maior representação de classe, além de luta por direitos extra fábrica, como direito à saúde, acesso à educação, previdência e seguro desemprego (DEDECA, 2009, p.130).

A crise internacional do petróleo em 1971 leva os países ocidentais economicamente protagonistas a desenvolver uma defesa à “necessidade” de flexibilizar direitos, como forma de garantir o equilíbrio do Estado através de uma “arquitetura mutável das políticas” (BALL, 2004, p. 1106). O fim de um período de três décadas de controle da economia e de um estado

de bem estar social não poderia então impactar a sociedade frontalmente, sem o desenvolvimento de uma nova linguagem, além de uma série de justificativas às novas condições impostas à classe trabalhadora, agora bem estruturada e internacionalmente articulada:

a mudança, no que tange às instituições do setor público, rumo a um quadro de novas possibilidades éticas, de novos papéis e relações de trabalho – uma nova economia moral. A instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva que envolve uma combinação de descentralização, alvos e incentivos para produzir novos perfis institucionais. Esse processo de transformação se inspira tanto em teorias econômicas recentes como em diversas práticas industriais (...) e finalmente, a mudança, que diz respeito aos cidadãos, de uma posição de dependência com relação ao Estado do Bem-Estar para um papel de consumidor ativo (BALL, 2004, p. 1107)

No Brasil, a partir da Abertura Política, vem a inflação, seguida de uma série de justificativas governamentais para esvaziamento de direitos adquiridos. Sindicatos, forçados a limitar-se à defesa do emprego e dos salários. A partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso no entanto, se acentuaram as interferências do mercado financeiro na gestão pública, no sentido que, a partir desse período, a rotatividade na ocupação de postos de trabalho contribuiu para controle dos salários. O neoliberalismo agora foca nos contratos informais de trabalho e desemprego, enquanto o mercado internacional força a maior flexibilização das relações de trabalho, ao passo que o Governo culpa a regulação pela falta de maior retorno social do conjunto de medidas implementadas (DEDECA, 2009, p.137).

Com efeito, os governos recentes foram além da flexibilização da regulação pública do contrato de trabalho, ao criar a figura do trabalhador como pessoa jurídica, equiparando-o à empresa e, portanto, retirando toda proteção social ao seu trabalho. estabelecia-se assim, nova forma de contrato de trabalho sem pretensão social específica, mas totalmente enquadrada nas determinações legais (...) Pode-se afirmar que a experiência brasileira de flexibilização da regulação pública sobre o contrato de trabalho seja um caso particular na experiência internacional. Isso porque, adotando a tipologia de Buravoy, o país transitou de uma regime de natureza despótica para outro de natureza despótico-hegemônica (DEDECA, 2009, p.138).

O entendimento de Buravoy quanto a uma gestão pública que une o uso da força e do autoritarismo, aliados à uma regulação que coloca o Estado em uma posição de controle, em favor da camada social à qual tradicionalmente beneficia, revela então o modelo de gestão de natureza despótico-hegemônica a qual o autor se refere. Sindicatos se dobram diante do alto índice de desemprego, concordando com a flexibilização de direitos, que impõe a necessidade de trabalho aos domingos, flexibilização da jornada de trabalho, contratações temporárias, redução de salários, sempre sob a justificativa patronal de condição fundamental para a manutenção da empregabilidade do trabalhador.

Cultura do trabalho entre novos trabalhadores urbanos

Nesse ambiente que estabelece uma cultura do trabalho, os jovens chegam ao mercado de trabalho cientes de que estão entrando em uma arena de disputas individuais, sob a fachada de liberdade de escolhas. Ambiente esse, onde os indivíduos são levados a ignorar a relação histórica entre homem e natureza, no que se refere ao trabalho. Os vínculos contratuais impostos, através de uma regulação que normatiza a relação capital-trabalho, levam então esse jovem trabalhador a viver em um estado de permanente estranhamento nessas relações, como algo integrante de seu processo de formação para o trabalho, conforme descreve Saviani:

A noção de liberdade, como princípio do modo de organização da sociedade moderna, que está caracterizada na ideologia do liberalismo, significa que cada um é livre para dispor de sua propriedade. É importante considerar que a liberdade está estreitamente vinculada à propriedade. É uma sociedade de proprietários livres. Considera-se o trabalhador como proprietário da força de trabalho e que vende essa força de trabalho mediante contrato celebrado com o capitalista. Isto rompe com o caráter servil da Idade Média. A sociedade moderna arranca o trabalhador do vínculo com a terra e o despoja de todos os seus meios de existência. Ele fica exclusivamente com sua força de trabalho, obrigado, portanto, a operá-la com meios de produção que são alheios SAVIANI in FERRETTI, 1994, p.4).

É o que vemos com a promulgação da Lei Complementar nº 128/2008, que por sua vez, altera a Lei Complementar nº 123/2006, que cria o MEI - Micro Empreendedor Individual, que entrou em vigor em julho de 2009, durante o governo Lula. Segundo os objetivos do governo,

A LC no 128/2008 criou a figura do MEI com a finalidade de trazer para a formalidade negócios de porte e faturamento menores do que o de uma ME [Micro Empresa]. O objetivo do dispositivo legal é promover a inclusão empresarial e reduzir a informalidade. (...) O processo de formalização é realizado no Portal do Empreendedor,³ desenvolvido com uma metodologia simplificada e adaptada às necessidades e características do MEI. Além do procedimento de formalização simplificado, ao MEI são assegurados diversos benefícios, concebidos com o objetivo de atrair aqueles que se encontravam na informalidade (IPEA, 2013, p.51-52).

Dentre os novos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho, duas atividades profissionais em particular dão conta de elucidar o perfil profissional do qual se lança mão hoje, dentre os quais podemos citar os promotores de eventos e os desenvolvedores de tecnologias.

Também conhecidos como produtores culturais, promotores de eventos atuam informalmente no Brasil desde 1978, com seu registro junto ao ministério do trabalho e emprego apenas em 2013 (PEDROSO, 2014, p. 167). a UFF - Universidade Federal Fluminense, desde 1995 vem buscando sistematizar conteúdos para a qualificação profissional desses trabalhadores:

No passado, uma grande diversidade de profissionais já gravitava em torno da Produção Cultural. Entretanto, não existia nenhum curso superior que busca-se sistematizar o conhecimento a respeito da criação, planejamento, organização, difusão e crítica nesta área. Em 1995, o Departamento de Arte da UFF criou o primeiro Curso de Graduação em Produção Cultural, idealizado pelo Prof. Gilberto Gouma e pela Prof^a. Piedade Carvalho. Até aquele momento, o aprendizado ocorria de maneira empírica e aleatória, acarretando numa formação deficiente. O nosso curso veio preencher esta lacuna, formando profissionais qualificados, capazes de atuar no campo

cultural de modo consciente, compreendendo a Cultura como uma construção coletiva, sabendo que, ao lidarem com a produção cultural, estão criando os paradigmas da percepção social (SILVA, 2010)

Ainda que consciência e coletividade sejam palavras que fazem parte da formação dos agentes culturais, intelectualmente preparados para ocupar um espaço de liderança nas produção cultural brasileira, os vínculos precários de trabalho fazem, de igual modo, parte da relação capital-trabalho desses profissionais. A reivindicação em voga hoje entre produtores culturais, desde a regulamentação de sua profissão junto no MTE - Ministério do trabalho e Emprego, com registro número 2621-05 no CBO - Cadastro Brasileiro de Ocupações em 2013, é exatamente “ascender” à condição de MEI:

O MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como empresário. Porém com a seguinte condição: podem se legalizar aqueles que exercem atividades de comércio, indústria e serviços de natureza não intelectual/sem regulamentação legal, a saber, pessoas que exerçam a função como ambulante, camelô, artesão, costureira, lava-jato, reparação, encanadores, borracheiros etc. Ou seja, pela simples razão do Produtor Cultural ter regulamentação legal e ser de natureza intelectual, fica impedido de ser um MEI ou EI (PEDROSO, 2014, p. 170)

As instituições que mais investem na consolidação do MEI como mecanismo de contratação de mão de obra são aquelas ligadas ao chamado Sistema “S”, que integra nove instituições que agregam categorias profissionais que, através da FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, à quem estão diretamente ligadas, realizam periódicos levantamentos nacionais e internacionais, quanto ao nível de formalização de empresas no Brasil, em comparação com outros países (IPEA, 2013, p.49). Essa entidade patronal reafirma reiteradamente a necessidade da “inclusão empresarial” na vida do empreendedor brasileiro. No entanto, o SESC, integrado ao sistema FIRJAN, vem adotando a prática do *pejotismo*, como é chamada disseminação da PJ - Pessoa Jurídica - na contratação de trabalhadores (Bridi et Braunert, 2015,p.204).

Na área de tecnologia vemos também um nicho de geração de renda cercado de contradições. Se por um lado o setor de informática se apresenta como ambiente formado por

profissionais qualificados sob o ponto de vista do pensar, onde se compartilham as vanguardistas concepções de “trabalho imaterial” e “capitalismo cognitivo”, vemos por outro lado uma tendência à uma subversão que corrobora o atual modelo de dominação capitalista:

a produção de bens imateriais, desenvolvida no cerne do que eles chamam de “capitalismo cognitivo”, seria dotada de um potencial de transformação política, econômica e social, de natureza emancipatória e subversiva. O trabalho ancorado no conhecimento seria, para eles, um trabalho emancipado, de natureza criativa e cooperativa, e impulsionaria a transição da sociedade capitalista para uma outra, de tipo comunista (BRIDI et BRAURNET, 2015,p.200)

O Estado então, para bem de sua estrutura, viabilizar à essa geração de jovens trabalhadores, sob o ponto de vista regulatório, a materialização do ilusório sonho de tornar-se o próprio patrão, sobretudo aos trabalhadores que exercem outras atividades profissionais, em ambientes que exigem nível elevado de autonomia, agilidade e capacidade técnica.

Encontramos essa modalidade de contratação da força de trabalho em praticamente todas as empresas por nós estudadas; além disso, percebe-se que um expressivo número de profissionais que já trabalhou como celetista, hoje possui vínculo como pessoa jurídica com a empresa para a qual presta serviço. O pejetismo, ademais, é um fenômeno que independe da função que o trabalhador exerce na empresa, pois encontramos tanto programadores quando analistas e arquitetos de software trabalhando sob essa modalidade contratual (BRIDI et BRAURNET, 2015, p.205).

Algumas formas de burlar a legislação há algum tempo também são tidas como rotineiras entre trabalhadores, tomando maior amplitude nos últimos anos, quando se discute reformas na legislação trabalhista. Categorias distorcidas de vínculos, como cooperativas, além a chamada “CLT flex”, quando o trabalhador tem registrada em carteira profissional valor abaixo do que recebe, demonstram o quanto a prática da precarização está integrada à cultura do trabalho no Brasil. Segundo Bridi e Baurnet, “o que nos chamou a atenção é a naturalidade com que trabalhadores e empresários da indústria de software se referem a essa prática, o que nos leva a considerar que se trata de algo recorrente e institucionalizado no setor” (idem).

O enorme desafio a ser enfrentado ao analisar a cultura do trabalho no qual essa jovem classe trabalhadora está envolvida é exatamente o dinamismo contido na regulação imposta pelo Estado. Na condição de base social forjada e submetida à uma superestrutura despótico-hegemônica, podemos então entender os motivos da precária capacidade de mobilização de uma camada social cuja média tem acesso à uma formação intelectual mais elevada que a de seus pais. No entanto, vivem a cada dia apartado mais e mais dos direitos adquiridos durante o século XX. Segundo Williams:

Temos de avaliar a superestrutura em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especialmente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar a base, afastando a noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011, p.47)

Nesse sentido a cultura do trabalho pode também ser definida pela forma como se constroem os valores de um conjunto de trabalhadores diante da sociedade. Valores esses que os indivíduos aprendem então a criar e reproduzir, a partir de uma realidade que lhes é oferecida, interferindo em seu meio a partir da mesma lógica de criação e reprodução.

Para compreender como foi construído o atual ambiente de silêncio e despotismo nas relações de trabalho no Brasil, é possível tomar como exemplo a forma como tais vínculos foram estabelecidos na região da Baixada Fluminense.

Levantaremos a seguir, questões sobre o sistema de cooperativas, um mecanismo tido como de vanguarda para coletivos de trabalhadores em áreas afins, porém amplamente manipulável quando se refere à utilização de mão de obra barata por parte do poder público. O sistema de cooperativas, que se propõe ser um mecanismo de associativismo de produção e cooperação entre trabalhadores que atuam nas mesmas atividades (ALCÂNTARA, 2014), vem se revelando, em particular no município de Mesquita-RJ, como um mecanismo eficaz, não como forma coletiva e alternativa dos trabalhadores, de geração de renda pura e simplesmente, mas visando gerar mais-valia por parte dos mandatários no município. As cooperativas acabam servindo, muitas vezes, em lugar de defender melhores condições para o

trabalhador, como justificativa para burlar a legislação concernente à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000), que define teto financeiro para gastos públicos com pessoal, nas três esferas de poder.

Nesse sentido, naturaliza-se a exploração em nome de uma modernidade que naturaliza para o trabalhador o estado de precarização no qual se encontra. A utilização de cooperativas no serviço público então, produz efeito lesivo aos recursos públicos, além de ter como agravante o uso do que pode se tornar um mecanismo de vínculo empregatício precário, como descreve Alcântara:

Portanto, enquanto a Teoria Cooperativista empenha-se em desvendar e estimular práticas cooperativas, o Direito do Trabalho busca entender esse processo para impedir que empreendimentos de natureza diversa usem esse arranjo institucional para criar danos ou retrocessos aos trabalhadores (ALCÂNTARA, p.182, 2014).

Na prática, o empreendedorismo foi não apenas estimulado, mas também institucionalizado, através da Lei 10.683, de 18 de maio de 2003, que cria a Secretaria e o Conselho Nacional de Economia Solidária, com uma estrutura administrativa apoiada no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, através do qual o Presidente Lula cria 2.449 cargos em comissão (ANEXO II) para atuar junto às Delegacias Regionais do Trabalho, com a justificativa de ser uma demanda oriunda da sociedade civil organizada. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA,

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária. (IPEA, 2004, p3)

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES então surge em um momento em que o próprio governo entende os riscos pelos quais passam os trabalhadores, no que se refere à defesa de seus direitos trabalhistas, o que, segundo o próprio governo, se faz necessário reconhecer, fiscalizar e buscar alternativas não visando enfrentamento a tais

condições de risco. Mas, na busca por alternativas menos lesivas ao conjunto de direitos trabalhistas, como afirma o Secretário, referindo-se ao sistema de cooperativas:

A precarização das relações de trabalho não é culpa das cooperativas mas do desemprego em massa, que leva suas vítimas ao desespero, deixando-as dispostas a aceitar trabalho em quase quaisquer condições de remuneração direta e indireta. A degradação do trabalho não cessa de se agravar e no extremo toma a forma de trabalho infantil e trabalho escravo. A economia solidária, aliada aos sindicatos e aos fiscais do MTE, luta pela preservação dos direitos sociais e sua ampliação. Diversos países já adotaram legislação que obriga as cooperativas de trabalho e de produção a garantir aos membros o gozo de todos os seus direitos legais, tendo em vista precisamente evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação de trabalhadores.” (IPEA, 2004, p4).

Tomando então como fonte de análise um conjunto de decisões judiciais, entendemos ser possível ter uma noção do aprofundamento da precariedade nas relações de trabalho, a qual se submetem os trabalhadores no município de Mesquita-RJ, bem como compreender quanto às motivações que levam um membro do executivo municipal a criar uma rotina despótica, no que se refere ao uso indevido da força de trabalho, configurando um modelo particular de “exército de reserva”.

Em 01 de janeiro de 2017 é iniciada mais uma gestão no município de Mesquita, RJ, após a eleição de Jorge Miranda (PSDB). Ainda no primeiro trimestre desse ano, no que diz respeito ao modelo de contratação de serviços de terceiros, são firmados quatro contratos de prestação de serviços, via cooperativa (Cooperativa Central de Trabalho - COOTRAB), já atuante em outros municípios do Estado Rio de Janeiro, com sede no município de Saquarema. No entanto, essa a prática de contratar serviços de cooperativa de trabalhadores como mecanismo de prestação de serviço público, se confunde com a história da organização administrativa do município, emancipado em 1999, com início da primeira gestão em janeiro de 2000. O contrato de prestação desse tipo de serviço precário ocorre desde fevereiro de 2001, junto a Coopsaúde - Cooperativa de Atividade na Área de Saúde, seguindo critérios de licença de licitação, ato esse entendido pelo Poder Judiciário não como justificativa plausível com o devido apoio jurídico, “mas para ‘livrar-se’ de responsabilidade pelo pagamento do

que fosse devido ao reclamante, o Ente Público pretende refugiar-se no art. 71, § 1º, da mesma Lei de Licitações"¹. Já no ano seguinte, 2002, foi firmado contrato similar com a MULTIPROF - COOPERATIVA MULTIPROFISSIONAL DE SERVIÇOS², cooperativa de serviços, contratada para exercer múltiplas funções, de caráter administrativo e de serviços gerais, no município de Mesquita. Agora, ampliando para as demais áreas de serviço da administração municipal, mantendo as mesmas alegações quanto à emergência dos serviços a serem prestados.

Focados no alto índice de infestação em áreas de baixa renda no município, os agentes de combate à endemias, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde do município realizaram uma série de reuniões com secretarias e coordenadorias, visando produzir ações de enfrentamento à Dengue, tendo em vista a chegada do verão. Assim, em articulação conjunta entre governo e sociedade civil, foi possível viabilizar a publicação da Portaria 373/2008, que cria o Comitê Municipal de “Mobilização, Assessoramento e Acompanhamento do Controle da Dengue”, publicada no Diário Oficial do Município, em 20 de novembro de 2008.

Com uma população de 168,376 (IBGE, 2010) e 20 Unidades de Saúde, dentre as quais, sete são voltadas à Estratégia Saúde da família, estratégia governamental essa também alinhada ao combate à endemias, a gestão municipal entendeu haver necessidade de contratar em caráter emergencial, um número maior de trabalhadores para atuar tanto nas ações estratégicas de combate à Dengue, de caráter educativo, quanto no apoio à ações de campo, ação posteriormente contestada judicialmente. Através do Processo nº: 0002214-79.2011.4.02.5110, o MPF - Ministério Público Federal entrou com uma Ação Civil Pública, alegando:

que os réus [prefeito e Secretária Municipal de Saúde] praticaram atos de improbidade administrativa consistentes, na contratação, pela Secretaria Municipal de Saúde de Mesquita, sem licitação e qualquer contrato escrito, das Cooperativas MULTIPROF e COOPSAÚDE para prestarem serviços de saúde, nos meses de maio a outubro de 2008, com efetivação de pagamentos sem prévio empenho e utilização

¹ Trecho do recurso Processo 0091500-70.2007.5.01.0222 – RO, junto ao TRT, 1ª Região, impetrado junto ao TST – Tribunal Superior do Trabalho, recurso esse tido como improcedente por aquela corte

² CNPJ atualmente considerada inativo, segundo o site da Receita Federal:

http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp - consulta realizada em 01 de agosto de 2017 às 21:04:59.

de recursos do SUS, em desacordo com a lei nº 4.320/64, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei nº 8.666/93 (TRF-2. 2008. Processo n. 2011.51.10.002214-1)

O que vemos a partir da denúncia do MPF à 6ª Vara Federal de São João de Meriti, é uma deturpação do princípio da descentralização (tema que abordaremos posteriormente). Ocorre que, até a data conclusão dessa dissertação, o uso de cooperativas como forma de contratação de trabalhadores, ainda ocorre no município de Mesquita-RJ.

3 O ACE: DO PRECARIADO A CONDIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO

Nesse capítulo será apresentada a trajetória dos Agentes de Combate Endemias, em especial aqueles entraram para o serviço público a partir da década de 90, desde a admissão dos mesmos em condições precárias de vínculo empregatício, até a efetivação desses trabalhadores como servidores públicos de carreira. Para além desse olhar sobre seus vínculos, procuraremos também entender que trabalhadores são esses, no que diz respeito à suas origens, analisando os fatores que lhes possibilitaram uma consciência de classe. Serão também levantadas ponderações relacionadas ao nível de influência dessa consciência em suas práticas sociais, laborais e políticas.

Também discutiremos o envolvimento desses trabalhadores em partidos políticos e entidades de representação de classe e em que medida tal envolvimento lhes auxilia no processo emancipatório. No que se refere à representação de classe, será apresentado aqui o processo histórico, no qual mais de cinco mil trabalhadores demitidos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, se vinculam a sindicatos, buscando construir uma estrutura de poder que os represente.

Será feita também uma abordagem relacionada aos que chamaremos de mecanismos alternativos de formação dos ACEs, e o quanto essa formação contribui para o desenvolvimento de um discurso de caráter coletivo, desenvolvido a partir da participação desses trabalhadores em atividades como Conferências de Saúde, congressos e assembleias.

Cabe também acrescentar a importância até mesmo das contradições e divergências entre as entidades sindicais nas quais esses trabalhadores se filiam, no sentido que a produção

textual, o debate e até mesmo o confronto judicial entre entidades sindicais contribuem significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico daqueles que a mídia chama à época de “Mata-mosquitos”.

No que se refere aos sindicatos, será feita uma análise histórica, apontando para o perfil dos movimentos sindicais hoje, em especial o SINDSPREV e SINTSAUDERJ, os quais tiveram atuação direta na consolidação da Lei 11.350/06 que muda os guardas de endemias da condição contratados à empregados públicos. Será apresentado um perfil dessas entidades, bem como um panorama das adaptações feitas por ambas, tanto para atuar em favor dos trabalhadores a eles filiados, quanto para a manutenção de sua existência enquanto instituição.

Com relação às constantes ações do Estado sobre as entidades de representação de classe, discutiremos também a importância dos trabalhadores de combate a endemias para a sobrevivência desses sindicatos, considerando as estratégias de ação em prol da retomada dos postos de trabalho, no sentido que as lutas da categoria garantiram ampla visibilidade de parte à parte, além de uma demonstração de relevância tanto de trabalhadores quanto das entidades sindicais, diante da sociedade.

Em relação à ocupação de postos de trabalho, tanto em relação aos antigos guardas de endemias, quanto nos ACEs, cuja função é regulamentada a partir da lei 11.350/06, será apresentado um quadro geral tanto da legislação vigente quanto dos conflitos decorrentes dos marcos legais. Será também possível compreender a complexidade da luta jurídica que leva um grupo de trabalhadores precarizados e de baixa escolaridade à condição de servidores públicos federais ligados ao Ministério da Saúde, mesmo sob uma legislação que cria impeditivos para conceder acesso de trabalhadores ao RJU – Regime Jurídico Único, regulação que normatiza o vínculo estatutário de servidores federais.

Pretendemos então abordar nesse capítulo os conflitos existentes na relação entre uma categoria específica de trabalhadores e o Estado, considerando a grande responsabilidade desses profissionais, levando em conta que os mesmos são, em muitos casos, oriundos de lugares onde atuam ou de comunidades com características sociais e geográficas similares. Como forma de delimitar um recorte temporal, o que possibilitará uma análise mais focada e criteriosa dos dados e fontes nessa temática, vamos nos ater às lutas da classe trabalhadora a

partir da década de 80, passando pelo caso específico de uma categoria de ACEs a partir da segunda metade da década de 90, por entendermos que as características econômicas, sociais e culturais convergem para os pontos a serem abordados.

3.1 A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA E O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL DOS ANOS 80

Para compreendermos melhor os conflitos vividos por trabalhadores no combate a endemias, vemos a necessidade de um breve olhar sobre as motivações que produziram as primeiras ações de saúde pública no século XX no Brasil, em especial no antigo Estado da Guanabara, região a qual chamamos hoje de Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A necessidade do combate a endemias no Brasil, sobretudo em capitais e demais regiões de grandes concentrações urbanas como no Rio de Janeiro, sempre foi um grande entrave para o avanço do desenvolvimento, sobretudo o econômico. Não é gratuito o título de “túmulo dos estrangeiros” atribuído ao país, referindo-se à grande mortandade de imigrantes que para cá vieram em busca de novas oportunidades de trabalho, por conta do perfil agrário exportador do país, além do déficit de mão de obra, em decorrência do fim do regime escravista (PONTE, 2010). Assim, investir em infraestrutura de saneamento, alargamento de vias públicas, além de preservar mananciais e rios, antes de ser um fator de desenvolvimento humano era uma necessidade premente, tendo em vista a garantia da vida dos que aqui habitavam, além de condição fundamental para o avanço pretendido, no que se refere à economia nacional. Com a República e a virada do século, além da busca pelo distanciamento das ideias colonialistas, no que se refere ao modelo de saúde que se pretendia implementar, surge a necessidade de criar uma verdadeira tropa para combater vetores de doenças que assolaram o Brasil, em particular quando se refere a atuação do Estado em áreas periféricas que abasteciam as metrópoles, tomando como exemplo a Capital da República onde, através do Decreto-lei N. 3.987/20, do Departamento Nacional de Saúde Pública, agentes sanitários assumem um papel de verdadeiras tropas da saúde em várias frentes, contingente esse denominado à época de “polícia sanitária”, munida de autoridade que esbarrava nas diversidades de um país continental (ROZENFELD, 2000). No entanto, as condições de trabalho, bem como as garantias no que se refere a manutenção do emprego eram muito

precárias, exatamente pela constante condição de urgência em que se percebia esse aspecto particular das ações de governo, em relação às endemias (idem).

Os anos 80 trazem consigo um conjunto de contradições, possíveis de serem compreendidos, se observarmos esse período como o período que fecha o ciclo desenvolvimentista do Estado brasileiro (BOITO, 2012). Discutir Saúde e a organização da classe trabalhadora no Brasil passa então por uma discussão prévia sobre o modelo de país que a classe dominante buscou estabelecer durante o século XX. Como forma de estabelecer um referencial teórico para compreender as contradições existentes tanto no âmbito da saúde quanto no movimento sindical brasileiro, será feita uma abordagem a partir do conceito de desenvolvimentismo.

Marcado pelo rompimento do Estado com as grandes oligarquias rurais, o desenvolvimentismo tinha como um de seus traços marcantes a passagem do modelo rural para o industrial, ainda que tal mudança fosse gradual, em um modelo de gestão pública inserido na força populista do chamado Estado Novo. Com a intervenção de Vargas no movimento sindical a mudança no modelo econômico do Estado ganha força, por conta da unificação da produção industrial interna e a proximidade do governo junto às representações de trabalhadores (BOITO, 2012, p.2). Cabe acrescentar que a importância da aproximação entre governo e trabalhadores torna-se fundamental para dar o lastro que garantiria a característica popular desse desenvolvimentismo, como forma de geração de riqueza e de postos de trabalho, como apresenta o autor citado:

durante todo o período populista, diante dos compromissos e hesitações da burguesia industrial, foram os trabalhadores urbanos que se constituíram no recurso político fundamental para levar de vencida ou para contornar as resistências persistentes – e negligenciadas na maior parte da historiografia – da velha burguesia do café e do capital estadunidense à política de industrialização capitalista (...) crises políticas do período 1930-1964 mostram o cruzamento de duas contradições: sucessivas tentativas restauradoras da burguesia cafeeira – em 1932, em 1945 e em 1954 – se combinam, de maneira diferente em cada caso, com a pressão da luta reivindicativa do movimento operário e popular. Os governos populistas defendiam-se da ação política restauradora da burguesia cafeeira apoiando-se no movimento operário e popular (BOITO, 2012, p.2)

O desenvolvimentismo então, tem forte lastro nos mecanismos de controle, no sentido de criar, a partir do Estado, mecanismos de aproximação entre a base da sociedade e o governo, ao passo que esse último, busca desenvolver de forma ampla a industrialização, sob regência estatal, além de fomento ao desenvolvimento do mercado interno, o que gera resistências das tradicionais forças políticas e econômicas.

No pós-Vargas, no entanto, a dinâmica da economia dá nova direção aos princípios desenvolvimentistas.

No Brasil, o projeto de desenvolvimento partia de temas nacionais que já vinham sendo analisados desde a década de 1930, envolvendo questões voltadas para uma política de autonomia nacional e para uma política de industrialização. Porém, nos anos de 1950, a retomada de antigas questões relacionadas ao desenvolvimento do país acabaria resultando na formulação de um conjunto de princípios que se materializariam em um amplo projeto nacional de desenvolvimento capitalista, definitivamente assumido e adotado como uma estratégia política de governo do então presidente Juscelino Kubitschek (MENDONÇA et al., 2006, p.96)

As correntes teóricas que buscavam consolidar um modelo nacional desenvolvimentista tinham um ponto de convergência, focado no total distanciamento entre o Estado e o modelo anterior à revolução de 30, tendo em vista que “não se tratava apenas da formulação de um sistema de ideias puro, mas da construção de um ideário que vislumbrava a passagem de um Brasil agrário, arcaico e dependente, para um Brasil industrial, moderno e desenvolvido” (MENDONÇA et al., 2006, p.111).

Além das constantes tentativas das oligarquias rurais em barrar a marcha desenvolvimentista do Estado brasileiro, lidar com a saúde nunca foi tarefa fácil. Enquanto eram realizadas grandes obras de saneamento, visando possibilitar uma distância equânime entre moradia e local de trabalho, no que se refere aos trabalhadores, o Estado brasileiro se valia de sua proximidade com os movimentos sindicais para estabelecer programas de saúde centrados na relação médico/paciente (LUZ, 1991). No que diz respeito ao Estado desenvolvimentista na saúde, Luz destaca o seguinte, referindo-se ao período que compreende as décadas de 50 e 60:

Esse período ficou conhecido pela tentativa de implantar-se um projeto nacional de desenvolvimento econômico 'moderno', integrado à ordem capitalista industrial, e pela crise do regime populista e nacionalista dos anos 60. As políticas de saúde da época exprimiam essa dupla realidade, através de uma dicotomia institucional progressivamente acentuada. Opunha-se ao modelo campanhista, que chegara a um estágio burocrático rotineiro, ainda predominava largamente nos órgãos de saúde pública do então Ministério da Educação e Saúde. Opunha-se ao modelo curativista dominante nos serviços previdenciários de atenção médica, também burocratizados e ineficazes face aos crescentes problemas de saúde das populações urbana e rural (LUZ, 1991, p.80)

O que a autora chama de “modelo campanhista”, acompanharia de forma conflituosa e bem de perto todo o período desenvolvimentista que, a partir da década de 80, daria lugar ao modelo neoliberal de gestão pública denominado por BOITO (2012) como *neodesenvolvimentista*, que posteriormente abordaremos.

Mesmo com a erradicação do *Aedes Aegypti* em 1955, o vetor reaparece no território brasileiro cerca de dez anos depois, alastrando-se nas décadas seguintes por todo território nacional, fazendo com que a Dengue, um dos agravos decorrentes da picada do mosquito, seja vista de forma preocupante, inclusive no Estado do Rio de Janeiro, onde existiam em décadas anteriores casos de Febre Amarela, também transmitida pelo *Aedes*. Observando fatos ocorridos nos anos oitenta, tidos aqui como relevantes e considerando o período em que o mundo entra em mais um histórico momento de ebulição política, somos levados a ponderar um conjunto de questões trabalhistas e de saúde pública no Brasil, bem como a forma como os governos encaram a Dengue e os trabalhadores que lidam com esse agravo.

Se falamos nos dias de hoje em flexibilização de vínculos trabalhistas e precarização do trabalho como elementos que produzem estranhamento entre os trabalhadores, veremos que, no Brasil, os anos oitenta foram cobertos de contradições no que se refere inclusive a políticas estruturantes de saúde, graças à influência do modelo europeu de gestão pública, assimilado por países alinhados economicamente, nesse período. Boito afirma que tais contradições “advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal” (BOITO, 2012, p.6). A

realidade neodesenvolvimentista que vimos na Era PT, por exemplo, reflete então as permanências e rupturas de um mundo em efervescente mudança, tendo como fatores externos ao Brasil o avanço do neoliberalismo, que tem como fundamento o fomento à baixa ou inexistente regulação financeira por parte do Estado, sem estímulo à implementação de políticas de bem estar social, entre outras variantes sobre as quais não será possível aqui tecer maiores comentários.

Nesse sentido, as políticas neoliberais no Brasil então, são desdobramentos do avanço do capitalismo, mais uma vez tendo a Inglaterra como protagonista. Dessa vez, através da figura da chamada “Dama de Ferro” Margaret Thatcher, que comanda aquele país entre os anos de 1979 e 1990, mesmo período em que Ronald Reagan governa os EUA de 1981 a 1989. É um processo avassalador, no qual países até então neutros, se alinham ao que Perry Anderson chama de “direitização”:

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período (ANDERSON in SADER, 1995, p3).

Esse é agora o período em que os estados nacionais são levados a abandonar iniciativas de bem estar social e de controle da economia, de modo que sejam então priorizados os princípios pétreos do neoliberalismo, de controle das taxas de juros, autonomia de instituições financeiras privadas e, sobretudo, um amplo processo de privatizações. Em decorrência disso, os Estados economicamente alinhados a esse modelo de gestão do Estado, vivem uma elevação da taxa de desemprego e aumento da regulação e repressão sobre as instâncias de representações de classe. Existiam, no entanto, líderes europeus empenhados em

resistir à investida neoliberal, espremidos todavia, pela locomotiva capitalista de Thatcher e Reagan, como apresenta Anderson:

enquanto a maioria dos países no norte da Europa elegia governos de direita empenhados em várias versões do neoliberalismo, no sul do continente – território de De Gaulle, Franco, Salazar, Fanfani, Papadopoulos, etc. –, previamente uma região muito mais conservadora politicamente, chegavam ao poder, pela primeira vez, governos de esquerda, chamados de euro-socialistas: Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa. Não há dúvida, com efeito, de que pelo menos Mitterrand e Papandreou, na França e na Grécia, genuinamente se esforçaram para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social. Foi uma tentativa de criar um equivalente no sul da Europa do que havia sido a social-democracia do pós-guerra no norte do continente em seus anos de ouro (ANDERSON in SADER, 1995, p4).

No Brasil a busca por soluções de problemas crônicos na área da saúde pública possibilitou importantes avanços nesse sentido, a partir da influência de intelectuais e trabalhadores em diversas frentes. Um marco no que se refere a mudanças estruturantes a partir da abertura política foi a realização da 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada entre os dias 17 e 20 de março de 1986, cujo relatório final serviria de base para a construção do capítulo referente à Saúde, da Constituição, promulgada em outubro de 1988.

A chamada “Constituição Cidadã” de outubro de 1988 torna-se assim um ponto no processo de retomada da democracia, praticamente um ano antes da emblemática queda do Muro de Berlin em novembro de 1989. No mesmo continente que nós, Cuba mantém uma ideologia socialista, defendendo o ideal de uma saúde pública e gratuita, ainda que em meio a uma série de embargos econômicos impostos pelo governo capitalista dos EUA.

O que vemos em seguida, no entanto, é o quase imediato início de dismantelamento dos avanços garantidos na Constituição Federal de 1988. Já no início da década de 90 as influências do neoliberalismo não tardaram a ocupar o espaço deixado pela ditadura, ao mesmo tempo em que as forças políticas, bem como as mesmas estruturas de poder, nas diversas instâncias de influência na máquina pública, permaneciam. Agora, em conflito com uma base social mobilizada, que teve na criação um marco regulatório da Saúde uma bandeira de luta a ser defendida, a porto de tornar-se referência histórica para formação dos trabalhadores do SUS, quase vinte anos após:

O grande desafio colocado ao movimento passava a ser, então, a consolidação e a implementação do paradigma instituinte e formalmente instituído na Constituição Federal/88. A efetivação do controle social, num momento que se afigurava bastante diferenciado dos anos 1980 – a chamada década de conquistas, entra, a partir daí, num novo contexto político e econômico marcado pelo neoliberalismo. As forças sociais contrárias aos postulados do movimento passam a ter no jogo político perspectivas que lhes são favoráveis, decorrentes da conjuntura neoliberal radicalizada na década de 1990. A luta do movimento sanitário tomaria novos rumos (BRASIL, 2006, 101).

O Artigo 196 da Constituição, onde vemos a determinação de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, torna-se então um ponto nevrálgico, no que se refere à defesa de convicções e interesses, tanto por parte dos defensores de uma saúde pública universalizada, quanto dos detentores do poder econômico, em um Estado comprometido com a manutenção dos mesmos princípios que garantem o poder nas mãos dos mesmos privilegiados.

O neodesenvolvimentismo, que tem na regulação uma de suas maiores armas, mantém estruturas que possibilitam a manutenção do neoliberalismo, tendo em vista que “de fato, esse último modelo [neoliberalismo] pode ser definido, suscintamente, como resultado de uma dupla pressão: dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e da classe capitalista sobre os trabalhadores” (BOITO, 2012, p. 06).

A pressão dos organismos financeiros internacionais e a voracidade da classe política que vê o Estado como fonte de riqueza, demonstram que de fato o modelo desenvolvimentista dá lugar a um modo predatório desenvolvimento de políticas públicas, modo esse totalmente

avesso à mecanismos de proteção das diversas riquezas nacionais, como apresenta Araujo, ao afirmar que:

esse quadro referente a hegemonia do nacional-desenvolvimentismo e do relativo otimismo quanto às possibilidades de autodeterminação dos povos e nações da periferia desaparece nos anos 1980, com o neoliberalismo. Essa estratégia ideológica-política das classes dominantes, endereçada aos movimentos operários dos países centrais, ao comunismo do Leste Europeu e aos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, atingiu indiscriminadamente a todos, e o debate sobre o desenvolvimento econômico e social saiu de cena para dar lugar a agenda política neoconservadora na perspectiva da liberalização dos mercados, da estabilidade dos preços e da privatização dos bens públicos (ARAUJO, 2015, p.132).

Em particular, no que diz respeito à Saúde pública no Brasil, os anos 80 foram de maior abrangência quanto ao acesso ao direitos. No entanto, a estrutura do Estado ainda manteria as condições favoráveis a espoliação dos recursos público, além da manutenção de uma estrutura administrativa comprometida com o mercado financeiro, possibilitando que o setor saúde gradualmente se transforme em negócio, ao invés de serviço universalizado.

Entretanto, a partir dos anos 1980, com as recorrentes denúncias de fraude dos serviços de saúde da previdência social e o contexto do acirramento da anunciada crise financeira previdenciária em relação a intervenção estatal, que antes havia sido decisiva para imprimir uma acelerada privatização do sistema de saúde brasileiro, o Estado assumiu formalmente, naquele momento, a direção do fortalecimento do segmento público e filantrópico. (...) O processo de democratização, em tempos de retração econômica e ajuste fiscal, não favoreceu a redução das políticas de discriminação e privilégios na saúde; ao contrário, propiciou a inclusão seletiva de novos segmentos no consumo de bens e serviços, como os planos e seguros privados de saúde (ARAUJO, 2015, p.132).

No contexto do neoliberalismo, o desenvolvimentismo se caracteriza então por um conjunto de medidas que visam oferecer uma contrapartida mínima de bem estar à sociedade, diante dos avanços do capitalismo, como vemos no Brasil. Os efeitos lesivos de um modelo neodesenvolvimentista de gestão, passam na década de 80 a ser um grande desafio aos que pregam uma saúde pública horizontalizada, pública e gratuita. O que ocorre então nas décadas

seguintes no Brasil é visão do Estado como espaço de geração de riquezas a grupos privados. Por outro lado, grande manifestações de massa dão lugar ao que Boito (2012) chama de “movimentos de urgência”, atuantes a partir de motivações de categorias específicas de trabalhadores, como no caso dos Agentes de Combate a Endemias.

Entre esses movimentos de urgência, podemos citar o que ocorreu com os chamados “Mata Mosquitos”, que surgiram na passagem para o século XXI como uma das referências de movimento organizado de trabalhadores, a partir da eleição de Lula a presidente. No Estado do Rio de Janeiro esses trabalhadores contribuíram para colocar o movimento sindical no centro das discussões política, a partir da opção de fazer daquele, um espaço de formulação de ideias e socialização do acúmulo de suas lutas.

O movimento sindical no Brasil, no entanto, é cercado de contradições na Era PT, se considerarmos o esteio social que dá sustentação ao governo e as permanências, no que se refere a uma regulação que possibilita a precarização das relações entre capital e trabalho (BOITO, 2003).

No que se refere aos guardas de endemias, vemos uma peculiaridade no que se refere aos vínculos entre governo e sindicatos, vínculos esses cultivados desde o início da Era Lula, como apresenta Boito:

No campo das classes trabalhadoras, o primeiro ponto de apoio do qual dispõe o governo para manter o modelo neoliberal é o principal setor daquilo que foi chamado o novo sindicalismo. Trata-se de uma parte dos trabalhadores assalariados que usufrui condições de trabalho e de remuneração superiores aos da grande massa operária e popular e que dispõe de grande capacidade de organização e de luta sindical. Essa camada está representada pelos operários das montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, pelos petroleiros, bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores. Esses trabalhadores estão representados no cenário sindical pela corrente Articulação Sindical, que é a corrente hegemônica da CUT, e estão vinculados também à corrente política que controla o PT (BOITO, 2003, p. 282)

O que o autor chama de *novo corporativismo*, se caracteriza pela relação estreita não entre o trabalhador e o governo mas, como o próprio presidente Lula, através do vínculo partidário, que “produz efeitos políticos e ideológicos importantes junto aos trabalhadores”, a ponto de leva-los a acreditar na permanência de estruturas neoliberais como necessárias, a fim

de garantir avanços importantes aos trabalhadores de categorias específicas. Em relação a isso o autor recorre a Gramsci, quando se refere ao chamado *egoísmo de fração*, para descrever tal opção de vínculo corporativo sindical (BOITO, 2003, p. 282). O que buscamos elucidar então, é o nível de avanço dos ACEs, no que se refere a **uma** consciência de classe e que cultura do trabalho se desenvolve nessa trajetória e em que direções tal avanço se dá.

A trajetória de luta dos Agentes de Combate a Endemias pela garantia do emprego é rica e inspiradora, considerando a luta de classes que se percebe desde a década de 90 até os dias atuais, considerando os constantes embates entre o Estado e esses trabalhadores. As reivindicações dos mesmos, sob meu entendimento, tomariam vulto a partir de fatores que veremos mais adiante. Tais fatores apenas foram possíveis a partir da mobilização dos trabalhadores e o auxílio de uma articulação sindical já consolidada. A tônica da discussão nesse capítulo é o olhar sobre esse conjunto de fatores que garantiu concentração de lideranças, apoio jurídico e, sobretudo, expertise quanto aos mecanismos de articulação política, além do esteio necessário para a mobilização e elevação da consciência de classe desses trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro.

Há então um acúmulo, no que diz respeito a mobilização, ainda que precária, dos trabalhadores que atuam no combate à endemias no Estado do Rio de Janeiro, capaz de oferecer um importante histórico da relação precária desses trabalhadores junto ao Estado, que também contribuiu para dar o devido suporte jurídico quanto a posterior reivindicação de direitos dessa categoria.

Cabe de antemão observar que a contratação de trabalhadores para atuar no combate ao *Aedes Aegypti* se dá desde 1983, quando uma infestação do vetor no Rio de Janeiro se alastra, criando uma situação alarmante no que diz respeito à saúde pública. A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, quase dois anos após, em resposta à pressão popular e de mídia, lança então o Decreto 10.894 de 23 de dezembro de 1985, quando já não é possível encobrir a alarmante situação da Dengue no Estado do Rio de Janeiro. Através desse decreto é criada a “Comissão Especial de Combate à dengue e Prevenção da Reurbanização da Febre Amarela”, possibilitando assim firmar parcerias com instituições públicas e da Sociedade civil, no sentido de contratar trabalhadores para o combate ao vetor da Dengue. Por

intermédio de instituições como FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, FAFERJ - Federação das Favelas do Rio de Janeiro, Instituto Vital Brasil e Fiocruz, com recursos repassados pelo Ministério da Saúde, teve início o trabalho de enfrentamento ao surto de dengue que se alastrava no Estado do Rio de Janeiro, em um sistema de saúde formado por representantes dos governos Federal, Estadual e municipais. Prática essa que se transformaria em uma regra a ser seguida em âmbito nacional, a partir da criação do SUS.

Já em 30 de junho de 1999 expirou o contrato que, por imposição da MP 1.748/99, cancelava o vínculo dos “mata mosquitos”, com o Ministério da Saúde. Uma estratégia adotada pelas lideranças daqueles trabalhadores foi a de usar uma figura pública que caracterizasse o Estado neoliberal. José Serra, então Ministro da Saúde, passa à condição de figura pública que personificava o despotismo do governo FHC em relação ao SUS. Esses dois elementos se configuram como símbolos de luta contra um Estado despótico e anti-democrático, por parte das diversas representações da classe trabalhadora. Os 5.792 trabalhadores demitidos têm no SINDSPREV um esteio idelógico e logístico importante, no sentido de realizar as primeiras manifestações públicas, como o acampamento montado no bairro da Cinelândia, onde trabalhadores e suas famílias revezavam-se, em ocupar aquele espaço de grande circulação do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Na Edição de 03 de dezembro de 1999, o jornal Folha de São Paulo destaca que:

Ontem, eles completaram quatro meses acampados na Cinelândia, centro do Rio, pedindo a reintegração ao trabalho de 5.762 agentes de saúde que atuavam no combate à dengue, os "mata-mosquitos", e foram demitidos em junho. No acampamento, que ocupa uma área de 300 m², moram 35 "mata-mosquitos". O local é cercado com fios, cordas e faixas com mensagens de protesto, uma delas em inglês e destinada aos turistas estrangeiros ("Cuidado, turista! FHC interrompeu o controle da dengue. Você vai adoecer", diz essa faixa). O acampamento virou uma espécie de atração para os turistas, para quem são entregues folhetos sobre o protesto. "Todo dia tem gente nos visitando. Nos fins-de-semana, uma média de 30 a 40 turistas passam pelo acampamento", diz José Antônio Conceição, 47, o Saquinho, um dos líderes do grupo (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 03/12/1999).

O apoio do SINDSPREV ao “mata mosquitos” é naquele momento uma saída política favorável a ambas as partes. Fundado na década de 80, ainda sob a ditadura militar, o SINDSPREV representava os trabalhadores federais ligados ao SINPAS - Sistema Nacional de Previdência Social, o qual reunia o INAMPS, INPS, IAPAS, LBA, FUNABEM, DATAPREV e CEME. à época, o conceito de Previdência englobava seguridade social e assistência social, conceito esse mudado a partir da constituição de 1988. Além disso, o SINDSPREV relata, na edição de setembro de 2013 parte da trajetória que o leva a aproximar-se dos trabalhadores da Saúde:

a reforma administrativa promovida pelo Governo Collor, em 1990, o INAMPS foi extinto e seus servidores foram alocados no Ministério da Saúde. O Ministério do Trabalho foi fundido com o da Previdência Social e as Delegacias Regionais do Trabalho foram incorporadas ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, resultante dos extintos IAPAS e INPS. A LBA e a CEME também foram extintas e seus servidores redistribuídos para INSS e Ministério da Saúde, respectivamente. Posteriormente, o Ministério do Trabalho foi desvinculado do Ministério da Previdência Social e as Delegacias Regionais do Trabalho, desmembradas do INSS. A partir de 1991, a denominação do sindicato foi alterada de Sindicato dos Trabalhadores da Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro para Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro, sendo tal alteração levada a registro no MTE, em 1999 (SINDSPREV, 23 SET 2013).

A partir dessa parceria, que se dá em meio a uma crise que pressiona de um lado os trabalhadores em situação de desemprego, que buscavam apoio para estruturar suas lutas e um sindicato que, por outro lado, buscava se adaptar a uma nova conjuntura política e institucional, tem início uma luta árdua contra um inimigo comum que era o próprio Estado.

Foram quatro anos de lutas, desde a demissão em março de 1999 até a reintegração dos “mata mosquitos” em setembro de 2003 e, se existiu naquele momento uma figura que representava o despotismo do Estado Brasileiro sobre a Saúde a ser combatida, essa figura foi o ex-ministro e candidato a presidente José Serra. A reeleição de Fernando Henrique Cardoso, cuja gestão avança do ideário contido na ideia de controle da inflação e estabilidade econômica como seu elemento simbólico, endividava ainda mais o Estado brasileiro, que por

sua vez, buscava enxugar a máquina do Estado, por imposição do FMI, principal credor do país (COUTO & ABRUCIO, 2003).

As movimentações dessa nova tendência sindical no estado do Rio de Janeiro, onde agora os mata-mosquitos cumpriam papel fundamental, assume importante lugar na campanha eleitoral de Lula. Surge agora uma nova força do movimento sindical que chega ao poder, abrindo mão de medidas estruturantes no campo do trabalho, diante do conjunto de avanços históricos da luta dos trabalhadores, o que se tornaria lugar comum no discurso de aproximação de parte do movimento sindical junto ao Estado, durante a Era PT:

O novo sindicalismo imagina ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e espera do presidente sindicalista, não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego. Essa camada de trabalhadores tem aceitado parte do privatismo neoliberal e acredita que pode utilizar seu poder de organização e de pressão sindical para converter alguns aspectos do neoliberalismo em instrumentos de defesa e de melhoria de suas condições de vida. Os observadores que ignoram a existência dessa concepção e estratégia, que não nasceram agora e que foram construídas ao longo dos governos Collor e FHC, têm dificuldade de entender a virada do PT (BOITO, 2006, p. 283)

Exemplo da aproximação desse novo sindicalismo com o governo, através da pessoal do Presidente Lula, está demonstrado na publicação de nota do SINTSAUDERJ, em seu blog, sob o título “Lula determina reintegração dos demitidos do Governo Collor”. Na publicação do dia 11 de abril de 2007, o sindicato comemora da seguinte forma a reintegração dos trabalhadores a ele vinculados:

Foi publicado no D.O.U do dia de hoje, decreto do Presidente Lula determinando a reintegração dos trabalhadores demitidos pelo Governo Collor, com isso cerca de 6.000 trabalhadores terão o seu direito reconhecido após longos 17 anos, vale conferir no link abaixo, mais este gesto de grandeza do Presidente da República (SINTSAUDERJ, 11/04/2007).

Os Mata Mosquitos encontram então no governo Lula um fio de esperança, se considerarmos a precariedade de seus vínculos trabalhistas, assim como ocorre com a grande massa de trabalhadores no final do século XX. Desde o fim da ditadura a população vinha avançando no sentido de olhar para a política como uma possibilidade concreta de mudança, daí o fato de Lula ser tomado como uma real alternativa política ou como precursor de novos e melhores tempos, mesmo em meio a fortes pressões econômicas externas e internas, como já comentamos anteriormente.

Nesse sentido, Ruy Braga nos apresenta o conceito de “precariado”, no que se refere ao trabalhador contemporâneo, empregado e precarizado em relação a seus direitos trabalhistas. O autor nos mostra que, “Em síntese, o precariado é formado por este amálgama de trabalhadores, excluídos os trabalhadores profissionais e a população pauperizada” (BRAGA, 2012, p.54).

Esse precariado ou “proletariado precarizado” que Braga nos apresenta, se refere à uma massa de trabalhadores pauperizada que, mesmo com remuneração periódica, é contratado de forma precária, com o mínimo ou nenhuma garantia de estabilidade, no que se refere a ocupação de seus postos de trabalho. É uma massa de trabalhadores que se vê pressionada pelas condições sociais e econômicas que lhe são impostas. Por isso mesmo, “incapaz de resistir à globalização financeira, essa massa de “trabalhadores” encontraria um refúgio seguro nas políticas públicas do governo federal, referendando o projeto de governo representado pelo “profeta exemplar” – e sua herdeira política” (BRAGA, 2012, p.75). E é exatamente sob essa esteira de esperança que os mata mosquitos investem na aproximação entre o sindicato que os representa e o governo.

Os sindicatos assim, buscavam se adaptar a esse avanço neoliberal, ornamentado com estratégias neodesenvolvimentistas, buscando então dar, perante a sociedade, ares de eficiência empresarial à gestão do Estado, como descreve Paulani:

pode-se resumir o fenômeno do qual estamos tratando. A gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, mas o resultado é o inverso do que ocorre quando essa racionalidade é aplicada ao setor privado. Em vez do acúmulo de recursos e da reprodução ampliada do ‘capital público’, temos dilapidação dos

recursos do Estado, encolhimento de seu tamanho, atrofiamento do espaço econômico público, em uma palavra: espoliação. Isso não quer dizer, no entanto, como já se tornou lugar-comum, que o Estado hoje seja fraco. Ao contrário, ele tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os ‘negócios de Estado’ da forma mais adequada possível de modo a preservar e contemplar grupos de interesse específicos (PAULANI in LIMA, 2006, p.80).

É importante abrir aqui uma lacuna para retomar a ideia de que a década de 90 se configurou como exemplo dessa truculência, visando transformar a máquina do Estado em um negócio favorável aos grupos específicos citados acima.

Após a queda de Collor e com o objetivo de buscar amenizar o impacto daquela primeira grande investida neoliberal no Brasil, o Presidente Itamar Franco, vice que assume a presidência no pós-impeachment, publica a Lei 8.878, de 1994 que possibilita a gradual reintegração de servidores demitidos. No Art. 1º “É concedida anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992” tenham sido exonerados, despedidos ou dispensados, como descreve os números I, II e III do artigo citado. Nesse lampejo de esperança, com respaldo nessa primeira brecha legal, diversas ações judiciais se seguiram com base ainda na PEC 19/88, que determina o enquadramento de todo servidor público civil no RJU - regime Jurídico Único.

O período que compreende os dois mandatos presidenciais de FHC foi de enfrentamento ao servidor público. A proposta de A PEC 19/98 que trata da Reforma Administrativa, dá o tom do modelo de gestão neoliberal implementado no Brasil, através da qual é proposto um pacote de mudanças na administração pública. Questões como cerceamento de mandato sindical, limitação de despesas com pessoal e eliminação de horas extras, são algumas das barreiras a serem enfrentadas nas três esferas do serviço público, o que daria suporte ao enxugamento da máquina pública, medita amplamente propalada pelo então presidente Fernando Henrique.

Após o governo FHC, a luta pela reintegração traz então consigo um histórico que possibilitaria abrir portas no governo Lula, agora parceiro de primeira hora, em contrapartida

ao empenho desses trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro, durante a campanha eleitoral de 2002.

No entanto, A questão dos mata mosquitos ainda levaria uma década para ser efetivamente resolvida, considerando que a reintegração desses trabalhadores não garantia vencer o medo de um novo fim de contrato. Mesmo a incorporação de benefícios como auxílio transporte, adicional de insalubridade entre outros, após a retomada dos postos de trabalho, não atendiam a principal demanda dos trabalhadores, que era a garantia de estabilidade no emprego. No período em que o SINTSAUDERJ se articulava em prol da garantia da manutenção dos postos de trabalho daqueles mais de cinco mil trabalhadores. Sobretudo no período em que a prioridade do governo lula focava na estabilidade do real e não do emprego, os trabalhadores se depararam com a necessidade de convencimento de parlamentares e a ampliação do número de congressistas que apoiavam o movimento. Os avanços alcançados pelos ACEs eram então comemorados como vitórias, considerando as constantes incursões de diversas forças contrárias aos direitos adquiridos pelos trabalhadores, em consonância com o que defende Boito, ao afirmar que:

A hegemonia neoliberal apoia-se, como se vê, em novas e variadas divisões produzidas no seio das classes trabalhadoras. Não apenas divisões provocadas no plano econômico, como ocorre com desemprego e a terceirização, mas, também, divisões políticas e ideológicas introduzidas pela burguesia. Até 1964, o trabalhador do setor privado via as vantagens existentes no serviço público, como a estabilidade no emprego, uma conquista que deveria ser estendida a todos. E o trabalhador do setor privado conquistou, de fato, a estabilidade, ainda que condicionada - estabilidade para o trabalhador com dez anos de casa. Após a ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, a mesma diferença de condições de trabalho passou a ser pensada de uma outra perspectiva. Aquilo que era uma conquista a ser estendida a todos passou a ser visto como um privilégio a ser eliminado. Esse exemplo, além de indicar os equívocos das análises economicistas que sugerem ser impossível unificar trabalhadores que usufruem de condições de trabalho e de vida diferenciadas, evidencia de modo instrutivo os mecanismos sutis da hegemonia neoliberal (BOITO, 2006, p. 22)

O autor lança luz sobre conflitos que têm similaridade com o que vemos entre SINDSPREV e SINTSAUDERJ, no sentido que o primeiro defendia ampla atuação do Estado no que se refere a atender demandas históricas, como reajustes salariais e melhores condições de trabalho, ao passo que, o segundo, abria mão de uma discussão mais ampla, em favor de uma necessidade urgente, que diz respeito a uma única categoria de trabalhadores da saúde que busca estabilidade no emprego.

Ciente de sua dívida de campanha com os mata mosquitos e diante da possibilidade de sanar um problema pontual de uma categoria que já havia provado seu poder de mobilização, o presidente Lula segue oferecendo sua quota de apoio pessoal à cada reivindicação apresentada, atitude tida como virtude das articulações sindicais em prol de um determinado segmento privilegiado³.

Por outro lado, no sentido do conjunto das lutas dos trabalhadores, tal vínculo pode ser visto como algo negativo, no sentido do que Boito chama de “populismo regressivo”:

pois apenas agita o povo contra um inimigo fictício, de modo a encobrir o seu inimigo real, em outro aspecto que poderíamos denominar positivo, pois oferece algo ao povo, uma sobra do banquete organizado pelos banqueiros e pelos grandes capitalistas: as famosas políticas compensatórias. Fernando Collor enfatizou o aspecto negativo do populismo neoliberal. A sua propaganda destacou a “caça aos marajás”. Grande parte da população pobre votou nele, iludida, imaginando que ele fosse combater os inimigos do povo, e apesar daquele aventureiro não ter indicado as medidas que tomaria a favor dos “descamisados” (BOITO, 2006, p. 22).

A opção dos mata mosquitos pelo lulismo, ainda que contribuísse com a fragmentação da mobilização do conjunto da classe trabalhadora, mostrou-se uma estratégia assertiva aos “mata-mosquitos”, a ponto de possibilitar avanços bastante significativos em relação a outras categorias ligadas ao Ministério da saúde, por exemplo, conforme se evidencia a seguir.

Entre 2004 e 2010 os dois sindicatos trilham caminhos distintos no que se refere a estratégias de ação, na busca por uma regulação que estabelecesse condições favoráveis aos trabalhadores filiados aos mesmos. Vemos nesse período que o SINDSPREV articulou a

³ Discurso de Lula, reconhecendo seu compromisso com os “mata mosquitos”, por conta da atuação daqueles trabalhadores durante as eleições de 2002: <https://www.youtube.com/watch?v=KEfoqL4KTS0>

realização de reuniões e audiências públicas junto ao Congresso Nacional, que culminaram na promulgação da Lei 11.350, de outubro de 2006, o que lhes foi bastante favorável. Com essa lei é ampliado seu raio de ação, com a vinculação de ACSs e ACEs à Coordenação de Vigilância Ambiental em Saúde – CVAS de cada município, possibilitando assim aumentar a amplitude da ação daquele sindicato, para além dos servidores federais aos quais vinha representando anteriormente. No texto da lei citada, que “dispõe sobre as atribuições das profissões de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias”, vemos, um incentivo à educação continuada, como forma de criar vínculos e fortalecer o engajamento dos trabalhadores ao ideário da saúde pública brasileira, o que se aproximava do discurso histórico do SINDSPREV.

Por outro lado, mesmo com o estreitamento das relações institucionais entre SINTSAUDERJ e o Governo Lula, essa “categoria em extinção”, como caracteriza o Art. 18 da Lei 11.350/2006, ainda não estaria satisfeita em tornarem-se empregados públicos regidos pela CLT, cujo efetivo de trabalhadores foi direcionado aos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, com vínculo empregatício ligado à FUNASA, mesmo sob o princípio constitucional da descentralização da atenção à Saúde. Ou seja, agora os ACEs estariam proporcionalmente distribuídos entre os municípios do Estado, de modo a realizar suas ações, sob o acompanhamento das secretarias de saúde de cada prefeitura, as quais repassariam a partir de então à FUNASA o registro da frequência dos mesmo, periodicamente.

As lutas do SINTSAUDERJ continuavam, no sentido de avançar quanto o acesso a direitos da categoria mesmo naquele momento, quando os trabalhadores passaram a compor, sob o benefício da Lei 11.350/2006, o quadro funcional da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS do Ministério da Saúde. Ainda assim, os 5.365 cargos criados a partir da Lei 11.350/2006, com duração prevista até serem “extintos, quando vagos”, foram de fato comemorados como vitória por parte da categoria, naquele que seria um ano de campanha à reeleição do presidente Lula.

O que vemos posteriormente, a partir da reeleição de Lula, é o estreitamento ainda maior das relações do SINTSAUDERJ com o Palácio do Planalto. Aparentemente, os dirigentes sindicais tinha fácil acesso aos ministérios, como vemos em matéria publicada no

blog da sindicato em 10 de julho de 2010, último ano do segundo mandato de Lula, no qual é apresentado informe quanto às articulações junto ao Ministério de Relações Institucionais, relacionadas à condição de empregados públicos, com vistas a luta pelo enquadramento da categoria no RJU - Regime Jurídico Único:

Ao abrir a audiência o representante do Governo nos disse que é posição do Presidente da República que o governo trate do assunto e encontre uma solução para a questão, uma vez que tem compromisso com a categoria. Em seguida foi dito que ontem (20/07) o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais Alexandre Padilha esteve em audiência com a Central Única dos Trabalhadores(CUT) discutindo a matéria e se comprometeu buscar uma saída para o assunto de acordo com a orientação do Presidente Lula. (...) A próxima audiência ficou marcada para dia 11 de agosto de 2010, mas no decorrer deste período ficou acertado que o nosso sindicato vai manter a articulação política com diversos atores do Governo para acelerar o processo de negociação e que manteríamos contato telefônicos com vista a ir discutindo o tema. O que mudou de fato, foi que agora está instalado um processo de negociação com vista a solucionar a questão de acordo com a orientação presidencial, inclusive, disseram que devemos fechar o compromisso do que fazer antes do processo eleitoral (SINTSAUDERJ, 10/06/2010).

O SINTSAUDERJ, através de sua diretoria, deixava claro, como já citado anteriormente, que o apoio à candidatura de Dilma Rousseff à sucessão de Lula seria a última aposta da categoria, visando enquadramento dos ACEs no RJU, considerando que no último encontro pessoal de dirigentes do SINTSAUDERJ com Lula em 09 de dezembro de 2010, conforme publicado no blog do sindicato no mesmo dia, pouco poderia ser feito, considerando a exiguidade do tempo.

Em seguidas os nossos dirigentes conversaram com o Presidente Lula que imediatamente chamou o Ministro Alexandre Padilha e pediu para que o mesmo entregasse o quanto antes a proposta para a ele, uma vez que só teria mais 20 dias de governo e que o assunto tem urgência. A conversa terminou com o Ministro dizendo que iria apresentar a proposta com urgência ao Presidente da República (SINTSAUDERJ, 09/12/2010).

A estratégia sindical, a partir da gestão de Dilma Rousseff à frente das decisões no Planalto, não mais está firmada na possibilidade de vínculo direto do SINTSAUDERJ com a pessoa da então presidente Dilma. Agora, parlamentares do Estado do Rio de Janeiro, cientes

do potencial de mobilização dessa categoria, passam a oferecer apoio, ocupando a lacuna deixada pela ausência de Lula, com quem o sindicato construiu boa relação e proximidade, como vemos na matéria publicada no blog da entidade:

O nosso sindicato encaminhou proposta de emenda a Medida Provisória 568/2012 através do Senador Lindbergh Farias(PT/RJ) visando transformar os empregos públicos de agentes de combate as endemias em cargos públicos de igual denominação e dos Quadros da Carreira da Previdência, Saúde e do Trabalho-PST regidos pelo Regime Jurídico previsto na Lei 8112/90 (RJU). Esta é uma estratégia do nosso sindicato para pressionar o Governo a aprovar a proposta da mudança dos nosso regime jurídico único(RJU).Vamos continuar a pressionar o Poder Executivo, mas em função de que a Medida Provisória tem tramitação mais rápida, resolvemos investir na aprovação da nossa emenda (SINTSAUDERJ, 23/05/2012).

Ainda assim, um conjunto de avanços foram alcançados, agora tendo a ação parlamentar como elemento facilitador, por onde importantes projetos de lei foram discutidos e apresentados para sanção de Dilma. Benefícios como indenização por fim de contrato de trabalho (Lei Federal n.º12.523/11) e reajuste salarial e adequação de tabela de vencimentos (Despacho Presidencial n.º 81/2015) foram alguns dos benefícios direcionados especialmente à categoria. Com uma articulação no Congresso Nacional capitaneada pelo Senador Lindberg Farias, foram apresentadas propostas de emenda à Medida Provisória 568/2012, que altera por sua vez a Lei 8112/90, que regula o RJU, possibilitando assim a mudança de enquadramento de “empregados públicos” para “cargos públicos”. Tal articulação junto ao legislativo possibilitou então que o objetivo maior desses trabalhadores, fosse alcançado. Agora, aqueles mata mosquitos que tanto lutaram por uma causa tida por muitos como impossível, através da Lei 13.026/14, alcançaram a tão sonhada estabilidade no emprego, através do enquadramento dos mesmo no RJU.

Foi publicado no DOU do dia em 04 de dezembro de 2014 a Lei que “cria o Quadro em Extinção de Combate às Endemias; e autoriza a transformação dos empregos criados pelo art. 15 da Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias”. Essa categoria “em extinção” de trabalhadores se refere aos contratados via FUNASA, vinculados ao Governo Federal através de contratos temporários, o que levou o Congresso Nacional a alterar a Constituição no ano de 2006, visando regulamentar a função

desses empregados públicos, de modo que os novos trabalhadores fossem regidos pelo princípio da descentralização. Assim, Estados e Municípios, além do Distrito Federal, ficariam responsáveis pela seleção e atuação de ACEs e ACS, através da Emenda Constitucional 51, de 13 de fevereiro de 2006. Torna-se clara então a saída criada pelo Estado brasileiro para equacionar um impasse jurídico resultante da mobilização de uma categoria e trabalhadores da saúde que não abriu mão da luta pela garantia de seus direitos, em uma conjuntura política desfavorável, em um período em que, inclusive, alguns trabalhadores perderam a vida, devido o longo período de contato com substâncias nocivas à saúde do trabalhador.

Esse caso incomum de trabalhadores precarizados que superam etapas distintas até a condição citada acima, mostra a forma como passam a ditar o direcionamento da luta sindical, como a “nova pedagogia” que Gramsci aborda, no sentido que, em relação aos chamados *conselhos de fábrica* os trabalhadores da década de 20 direcionaram ações, visando a proteção do trabalho, criando assim uma nova definição de política, que se sobrepunha aos interesses tanto de partidos quanto a de sindicatos (GLUCKSMANN, 1980, p. 208), fato que, no caso dos ACEs, transforma-se na verdade no início de algo que pode se tornar uma importante referência na história da luta democrática dos trabalhadores.

3.2 A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E O ACE NO MUNICÍPIO DE MESQUITA-RJ

A descentralização é um dispositivo previsto na Constituição Federal, que visa otimizar ações governamentais, através de recursos financeiros e de logística, que possibilitem aumentar o nível de resolutividade na gestão de estados e municípios, com participação popular no acompanhamento de gastos públicos, através de mecanismos de controle social (TEIXEIRA, 2007, p. 155). O processo de descentralização efetivamente deflagrado na década de 90, permanece na condição de desafio a ser superado ainda hoje, como já previa a Portaria 545/93 do Ministério da Saúde – MS em suas considerações iniciais:

considerando ainda que a efetiva implementação do SUS vem assumindo dimensões complexas, cujo adequado equacionamento e domínio exige o estabelecimento de pressupostos essenciais na condução do processo, definição clara de responsabilidade das três esferas de governo e fixação de procedimentos e normas operacionais (BRASIL, p. 01, 1993).

A necessidade de uma atuação do MS para garantir o piso mínimo dos ACEs nos municípios com recursos financeiros limitados, além da adoção de contratos temporários via cooperativas em secretarias municipais de saúde, nos mostram como o processo de descentralização do SUS de fato é complexo.

A partir do final da década de 80 surgiram entidades da sociedade civil, com a finalidade de cumprir o papel tanto de facilitador de ações na área social quanto no que se refere ao acompanhamento da gestão do Estado, em diversas frentes. Com a justificativa de cumprir o papel de entidade fiscalizadora no conjunto de organizações não governamentais respaldadas na Constituição de 1988, a Contas Abertas, entidade da sociedade civil criada em 2005 durante o primeiro governo Lula, que tem como um de seus objetivos “Fomentar a transparência, o acesso à informação e o controle social”, publicou em seu site, no dia 14 de maio de 2007, um parecer do TCU - Tribunal de contas da União, relacionado à gestão de verbas públicas para o combate ao *Aedes Aegypti*. O relatório dá conta de que recursos destinados a estados e municípios para o controle da Dengue não estariam sendo devidamente aplicados, na comparação entre aporte de recursos financeiros e os resultados esperados. Segundo Mariana Braga, responsável pela matéria:

Enquanto que no ano passado [2006] o governo federal repassou R\$ 772,8 milhões para governos estaduais e prefeituras, por meio do Teto, a expectativa é de que R\$ 821,5 milhões sejam aplicados nas ações locais voltadas para a saúde em 2007. O Ministério da Saúde estima que 70% desse dinheiro seja destinado exclusivamente a ações de prevenção e controle da dengue. No entanto, tudo depende do empenho e da boa vontade política de cada localidade em erradicar a doença (CONTAS ABERTAS, 14 de maio de 2007)

Segundo a matéria produzida pela entidade, o TCU dá parecer, recomendando uma melhor integração entre os entes federados, de modo a criar um sistema de indicadores que otimize o fluxo de informações, possibilitando maior clareza quanto a estratégias por parte do Ministério da Saúde, além de possibilitar melhor aproveitamento das ações de campo, por parte dos trabalhadores.

No que diz respeito ao SUS, Nos anos 90 e início dos anos 2000 a descentralização ainda era tida por governo e sociedade civil como uma novidade. Gestores nas três esferas de poder desenvolviam ações de descentralização em um processo de adaptação que envolveu governos, academia e trabalhadores, na busca por uma regulação que garantisse fidelidade ao ideário de uma Saúde horizontalizada e mais atenta às particularidades socioculturais, em um país de dimensões continentais como o Brasil, como apresenta Cohen:

Várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas na busca de transformar o arcabouço jurídico-legal do SUS em realidade, sendo o seu processo de regulamentação conduzido, principalmente, por instrumentos legais: as Normas Operacionais que tratam especialmente dos aspectos da divisão de responsabilidades, das relações entre gestores e dos critérios de transferências de recursos federais para Estados e municípios, ou seja, da descentralização (...) Como instrumento de Regulação do processo de descentralização, ao longo dos 15 anos do Sistema Único de Saúde, foram editadas quatro Normas Operacionais: 1991/ 1992; 1993; 1996 e 2001/2002. Estas abordam especificamente alguns aspectos do desenvolvimento das políticas de saúde e não de todo o sistema, e apresentam diferenças fundamentais que refletem o momento político em que foram elaboradas e a intensidade do processo de pactuação entre gestores para sua formulação (COHEN, 2004, p.293)

No ponto de vista da autora, a efetivação da descentralização carecia naquele momento de constante adaptação à conjuntura política, sobretudo considerando a necessidade

de consolidação da adesão efetiva dos entes federados que, segundo a mesma, privilegiaram maior atenção à uma regulação voltada aos serviços ambulatoriais (idem)

Segundo Neto (2010), a discussão da descentralização está contida na ideia de ter o território como centro da discussão de saúde pública, ao passo que o poder central se ocupa da macro política do país. Ideário que, segundo a autora, teve início na década de 70 na Europa, levando em consideração o esvaziamento das políticas de bem estar social e a centralidade das ações de Estado no fortalecimento da economia:

O debate na Europa centrou-se muito na polaridade entre centralização e descentralização e de como o processo de centralização na condução da acumulação capitalista exigiu formas específicas de relação entre a sociedade política e a civil e a divisão de trabalho entre as instituições centrais e as administrações locais. O poder central reserva-se o direito de decidir sobre as grandes questões econômicas e financeiras do modelo de desenvolvimento enquanto ao governo local estão destinadas as consequências sociais dessas decisões (NETO, 2010, p.84)

Um dos fatores que geraram críticas dos movimentos sociais europeus em relação ao modelo centralizado de gestão pública, foi o caráter impopular e anti-democrático das ações de governo, a partir do abandono das políticas de bem estar social. Ou seja,

A centralização questiona e põe em crise as assembleias representativas, incapazes de seguir a ação dos órgãos executivos. O processo de tecnificação e burocratização da política e o enorme poder da comunicação de massa facilitam a influência sobre os centros de decisão, por vias não públicas, das minorias que detém o poder econômico. Essa leitura encontra respaldo em muitos autores contemporâneos preocupados com o formalismo do modelo democrático-liberal (NETO, 2010, p.85)

No Brasil, um fator fundamental para a inserção dos municípios no contexto das decisões de políticas de Estado, é a Constituição de 1988, que coloca cada município como parte integrante da estrutura federativa. No entanto, a década de 90 se configura também como um período de conflitos ideológicos, no que se refere à disputa de um modelo de descentralização em duas frentes bem delineadas e distintas:

a descentralização da ação estatal no Brasil na década dos 1990 foi decorrência dos conflitos e divergências entre dois projetos distintos para a reforma do Estado: um projeto econômico transnacional, de

origem liberalizante, de modernização e diminuição do papel regulador do Estado e um projeto nacional, socialmente construído, de ampliação e universalização de direitos de cidadania e redemocratização do Estado (...) a implementação dos direitos universais contidos na Constituição de 1988 teve que enfrentar a herança deixada pelos governos militares de um Estado centralizado econômica, política e administrativamente e que excluía do processo decisório tanto os governos estaduais e municipais quanto a sociedade civil organizada (NETO, 2010, p.97-98)

Nesse momento cercado por contradições, os avanços democráticos garantidos na Constituição de 1988 foram quase que imediatamente ameaçados pelo próprio Estado, considerando o avanço do neoliberalismo no ocidente. O período em que Fernando Henrique Cardoso exerceu seus dois mandatos presidenciais foi então fundamental, no sentido de consolidar no Brasil um modelo de Estado mínimo. Ainda que os defensores dessa reestruturação do Estado não assumissem diretamente a necessidade de medidas austeras para consolidação de um modelo nacional de gestão, o governo FHC busca retomar, após as tentativas mal sucedidas de Fernando Collor, estabelecer o neoliberalismo em solo brasileiro. Agora, de uma forma didática e menos açodada, como descreve o ex-Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira, que esteve à frente da pasta entre os anos 1995 e 1998:

A grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado. Entre os anos 30 e 60 deste século [XX], o Estado foi um fator de desenvolvimento econômico. Nesse período, e particularmente depois da Segunda guerra Mundial, assistimos a um período de prosperidade econômica e de aumento dos padrões de vida sem precedentes na história da humanidade. A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa de redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo mundo. A onda neoconservadora e as reformas econômicas orientadas para o mercado foram a resposta a esta crise – reformas que os neoliberais em um certo momento imaginaram que teriam como resultado o Estado mínimo. Entretanto, quando, nos anos 90, se verificou a inviabilidade da proposta conservadora de estado Mínimo, estas reformas revelaram sua verdadeira natureza: uma condição necessária de reconstrução do Estado – para que este

pudesse realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e do contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de motor da competitividade dos seu respectivo país (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 49).

O que o ex-ministro Bresser Pereira propõe então é criar outro olhar para o Estado, considerando seu tamanho e abrangência, sob o princípio da governabilidade, alegando, por outro lado, ampla defesa de democracia. Porém, defendendo princípios neoliberais de enxugamento da máquina pública com profundas reformas do Estado (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 50), mesmo em um momento em que os movimentos sociais oriundos da base da sociedade estão voltados à consolidação dos marcos legais previstos na Carta Magna.

No entanto, os movimentos sociais travam uma árdua luta em prol do pleno cumprimento do que preconiza a Constituição, no sentido que:

a descentralização na sua dimensão participativa – portanto, política – não se direciona apenas para a participação da sociedade civil na execução das políticas. Os poderes públicos, porém, têm que conviver com as conquistas dos movimentos pela democratização do Estado e da sociedade que exigem a participação das diversas organizações civis nos espaços de deliberações das diretrizes políticas. Participação nas decisões, no planejamento, no controle e na supervisão de planos, programas e projetos que materializam a política, constituindo a dimensão moderna, as mudanças (numa dialética de continuidades e mudanças) nas formas de enfrentar a questão social (TEIXEIRA, 2007, p. 159).

O que vemos então, em um Estado garantidor do desenvolvimento financeiro dos tradicionais detentores do poder econômico, é constante enfrentamento à sociedade civil organizada, no contexto de uma superestrutura respaldada pelo capital. É a transformação do Estado brasileiro em um negócio gerador de riqueza, através da diminuição de seu tamanho, com forte pressão sobre seus entes federados, dando um significado próprio ao que a Constituição propõe ser a descentralização, como escreve Luz (2009):

Em aparente paradoxo, o Estado neoliberal tende a favorecer a descentralização. Digo aparente porque, no plano financeiro, os governos neoliberais tendem a centralizar os recursos da União, que passam a ser controlados por sua equipe econômica, através da concentração dos mesmos nos ministérios ligados à economia, e a exercer sobre as unidades da federação (estados e municípios) um

controle férreo, estabelecendo um conjunto de regras contábeis para o repasse dos recursos provenientes dos impostos a essas unidades. No desenvolvimento desta lógica de “repasses”, a partir de um certo ponto, o poder central passa a agir como um agente financeiro em relação a essas unidades, “emprestando-lhes” os recursos necessários para obras de investimento, custeio, folha de salários etc. Como consequência, os estados e municípios não apenas passam a depender do poder central para desempenhar a contento suas atividades, como tendem a endividar-se para além do que permitiriam as receitas provenientes de suas unidades, criando um círculo vicioso semelhante ao que enfrenta o próprio Estado nacional face aos organismos financeiros internacionais. Deste ponto de vista, o Estado neoliberal é o mais centralista de todos os que a República brasileira pôde conhecer (LUZ, 2009, p.24)

Temos então, nesse período de consolidação do neoliberalismo no Brasil, uma pseudodescentralização, que se utiliza da regulação estatal como fonte de lucro máximo com o mínimo de investimento. Se observarmos então o grande negócio que é o Estado brasileiro diante das grandes corporações financeiras nacionais e estrangeiras, poderemos entender que alguns investimentos no campo da saúde pública, como o combate a endemias, podem ser considerados inviáveis ou desnecessários em governos comprometidos com o neoliberalismo e seus financiadores.

Conforme foi mencionamos acima, a descentralização ainda é tida pelos teóricos da Saúde como fator fundamental para consolidação das ações do SUS nas diversas e mais distantes regiões.

Podemos observar, no entanto, que as ações efetivas de combate à Dengue sofrem perdas, graças a uma série de particularidades existentes em diversos estados e municípios do Brasil. Há críticas quanto a gestão de recursos, tanto humanos quanto financeiros destinados aos municípios, sob alegações distintas, como apresenta Tauil, ao afirmar que:

Em função da situação político-institucional do Brasil, particularmente do setor saúde, não se admite mais uma estratégia de combate ao mosquito nos moldes da realizada no passado, por meio de uma campanha centralizada, verticalizada e hierarquizada. Porém, não há experiência no mundo de eliminação de um vetor de doença realizada de forma descentralizada, com direção única em cada nível de governo, a exemplo do preconizado pelo Sistema Único de Saúde

brasileiro. Muito ainda precisa ser feito para a aquisição de uma estratégia efetiva de combate ao vetor do dengue de forma descentralizada (TAUIL, 2002, p.870).

Essa é então uma discussão levantada tanto entre trabalhadores da Saúde quanto na academia, na virada do século XXI. No momento em que o autor faz suas ponderações, o processo de descentralização na atenção à saúde coincide com a demissão de mais de cinco mil trabalhadores contratados para o combate ao *Aedes Aegypti*, através da MP 1.554-25, de fevereiro de 1998.

A partir daí, o terreno estaria livre para contratações sob os critérios dos gestores da Saúde nos municípios. Em decorrência disso, o autor relata que:

Como é uma atividade intensiva de mão-de-obra, a inspeção de domicílios para levantamento dos índices de infestação e eliminação de focos, exige contratação, treinamento e supervisão de pessoal de campo, em quantidade suficiente para dar cobertura abrangente dos domicílios. Em virtude de limitações legais para contratação de pessoal, muitos municípios têm utilizado a terceirização como meio de superar as dificuldades legais. Os contratos, em geral, são temporários e às vezes sem garantias trabalhistas. Ora, como os servidores não permanecem muito tempo em empregos tão instáveis, mesmo que sejam bem treinados, não chegam a adquirir experiência suficiente para um trabalho de boa qualidade (TAUIL, 2002, p.869).

Nesse contexto e no que diz respeito à gestão de José Serra à frente do ministério da Saúde (1998-2002), consolidou-se o processo de descentralização das ações de atenção básica à saúde, cabendo o repasse de recursos aos municípios, para desenvolvimento de ações sob plena gestão local, sem a devida fiscalização da aplicação de tais recursos, possibilitando assim o mau uso dos recursos públicos voltados ao controle da Dengue, conforme mencionado por Tauil.

Com a derrota de Serra na campanha presidencial de 2002, no entanto, o processo de descentralização da atenção à saúde toma novos rumos, sobretudo com a readmissão em 2004 dos trabalhadores demitidos, empoderados pela aproximação com o governo do presidente Lula, conforme discutido anteriormente. Agora, ligados à SVS/MS, mas, direcionados aos diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, através da Lei 11.350/2006, que versa sobre as atribuições de ACEs e ACSs. nesse contexto, vemos uma categoria específica de

trabalhadores da Saúde, consciente de sua força política, a partir de então com seus integrantes distribuídos pelo Estado do Rio de Janeiro, o que produziu reações distintas entre os gestores municipais.

Um fator importante, no que se refere às relações de classe entre ACEs contratados nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em especial dos que atuam na Região da Baixada Fluminense, é exatamente o convívio desses trabalhadores com os antigos Guardas de Endemias, agora chamados “efetivos”. No processo que culminou com o retorno desses trabalhadores ao serviço, foi desenvolvido um discurso com base no acúmulo advindo das lutas trabalhistas e políticas, acúmulo esse partilhado agora com trabalhadores contratados nos municípios, em particular na região da Baixada Fluminense.

No município de Mesquita, por exemplo, as ações de campo a partir de 2007 foram integradas com estratégias de IEC, integrando arte-educadores, biólogos, músicos, entre outros profissionais, visando diminuir o número de pendências, ou seja, no tratamento das residências. Ou seja, através de uma escala aos fins de semana, foram realizadas visitas domiciliares e atividades lúdicas em áreas públicas, visando diminuir o número de casas não tratadas, por estarem fechadas durante a semana, nos municípios periféricos à cidade do Rio de Janeiro. Uma realidade muito comum na Baixada Fluminense, onde os trabalhadores vivem nas chamadas “cidades-dormitório”, por conta do tempo desperdiçado durante os longos deslocamentos entre seu local de moradia e o trabalho, consumindo grande parte de seu tempo livre (LAGO, 2007, p.9). O conceito de periferia contém então, além das precárias condições de moradia, segurança e os diversos aspectos desfavoráveis da infraestrutura urbana regional, também aquele que subtrai do trabalhador seu direito como usufrutuário pleno de seu lugar de moradia, do qual o trabalhador faz uso para o descanso, preparatório para um novo e longo dia de trabalho.

A principal virtude da criação de um colegiado para traçar as linhas gerais do problema da Dengue no município de Mesquita, foi, como no exemplo citado, garantir uma diversidade do olhar sobre o município, que possibilitou a criação de um plano de contingência, que ampliou significativamente o alcance das ações de campo, bem como as estratégias de mobilização no município.

3.3 IEC E OS DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE

Mobilizar a sociedade é um desafio perseguido desde sempre, entre militantes da saúde pública no Brasil. A chamada “Constituição cidadã” pode ser considerada um marco no conjunto das lutas sociais. No entanto, a atual conjuntura política demonstra que em quase trinta anos de Carta Magna, estamos na verdade cada vez mais distantes do entendimento do que sejam conquistas sociais. O fato de não notarmos um amplo movimento popular em defesa do SUS como um patrimônio nacional a ser resguardado, sobretudo pelas camadas menos favorecidas da sociedade, denota o baixo índice de assimilação da ideia de acesso saúde pública e gratuita como direito, haja vista que:

A participação popular na gestão da saúde é prevista pela Constituição Federal de 1998, em seu artigo 198, que trata das diretrizes do SUS: descentralização, integralidade e a participação da comunidade. Essas diretrizes orientam a organização e o funcionamento do sistema, com o intuito de torná-lo mais adequado a atender às necessidades da população brasileira (BRASIL 2006, p40)

É importante considerar também o fato desse modelo de saúde não se configurar de fato como patrimônio público a ser defendido pela sociedade. Ou seja, quando trabalhadores têm noção do montante de recursos financeiros destinados à saúde pública, recursos esses oriundos de boa parte de seu esforço, entendemos que não está claro para a maioria desses trabalhadores a relevância de motivar-se a integrar algo maior e coletivo, como apresenta Toro:

Participar de um processo de mobilização é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças (TORO, 2007, p.13).

E ainda,

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo predefinido, um propósito comum. Por isso, é um ato de razão. Para que ela seja útil a uma sociedade, ela tem que estar orientada para um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro,

converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente (TORO, 2007, p.14).

Se considerarmos o trabalho como espaço de exercício dessa mobilização, vamos observar que sociedade na qual vivemos hoje é levada a criar uma série de comportamentos imediatistas, em busca de resultados também imediatos. E isso ocorre de forma orquestrada pelo Estado, que absorve demandas tanto do mercado interno quanto de mecanismos internacionais de dominação hegemônica, que arrefece as eventuais ebulições sociais com políticas pontuais de assistência, sempre que há alguma ameaça ao projeto de perpetuação hegemônica (MATTOS, 2016, p.64).

Essa construção hegemônica, pensada e mantida, visando a fragmentação e desmobilização da sociedade, tem sido uma grande preocupação tanto dos intelectuais quanto de organizações de representação de classe no Brasil. Se observarmos a produção intelectual das universidades públicas, bem como os relatórios de entidades de representação de classe como o DIEESE, veremos denúncias de um número elevado de estratégias que acarretam mudanças na legislação social e trabalhista, inclusive na própria Constituição, visando a manutenção da hegemonia de forças sociais e econômicas, que se unem a um Estado fundamentalmente patronal e elitista. O trabalhador mobilizado cumpre então um papel fundamental para a mudança de olhar dessa sociedade sobre si, o que é possível através da construção de estratégias direcionadas de comunicação com a sociedade:

Como falamos de interpretações e sentidos também compartilhados, reconhecemos a mobilização social como um ato de comunicação. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação quotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmo propósitos e sentidos (TORO, 2007, p.14).

Ao atuar diretamente na vida do usuário do SUS, o trabalhador da saúde vive uma clara oportunidade de contribuir com a democratização desse importante mecanismo de

horizontalização da saúde no Brasil. E, exatamente por isso, torna-se fundamental criar mecanismos de informação, educação e de comunicação, de modo a contribuir para diminuir as distâncias entre a população e o acesso pleno à saúde.

O SUS, oriundo de uma série de avanços sistematizados na Constituição de 1988, após décadas de lutas, traz em si um novo conceito de saúde, onde o cidadão está no centro das decisões não sendo, portanto, um receptor dos serviços de assistência e onde a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado (BRASIL, 1996). Logo nos anos seguintes à implementação do Sistema Único de saúde no País, tanto entidades ligadas à saúde como profissionais da área e pesquisadores entendem a necessidade de pensar estratégias no sentido de avançar, não apenas no que se refere aos marcos regulatórios, buscando também trazer os cidadãos para o centro das decisões. Durante a 10ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília, foi proposta a unificação das estratégias de Informação, Educação e Comunicação. Mesmo com a Constituição de 1988 consolidando o que representou décadas de lutas em prol de uma saúde acessível e todos os brasileiros, ficou notória a necessidade de trazer a população para o centro das discussões da saúde:

Há aproximadamente 15 anos, em setembro de 1996, ocorria a 10ª Conferência Nacional de Saúde. As conquistas do SUS ainda não tinham alcançado os níveis desejados de participação dos diversos segmentos da sociedade. Dessa maneira, os delegados presentes discutiram a proposta que contemplasse ações de informação, educação e comunicação (IEC), voltadas para as exigências inerentes a um novo paradigma na atenção à saúde. Nascia nesse momento, por parte do poder público a reflexão sobre a importância de ações relacionadas a informação, educação e comunicação em saúde. (DORNELAS et alli, 2014, p.275)

Anteriormente, a informação se restringia a compilação e armazenamento de dados empíricos, levantados a partir de números fornecidos pelos entes federados. Fatores relevantes como o conjunto de metodologias, bom como o perfil do educador e da instituição de ensino ou espaço de formação - fatores esses que entendemos ser de fundamental importância nesse capítulo - deram características de assistência privada à saúde, por conta do perfil fundamentalmente mercantil das instituições de ensino.

A mudança de prioridade proposta pela 10ª CNS, quanto ao público alvo da atenção à Saúde tinha como objetivo contribuir para um novo direcionamento, tanto tipo de informação coletada quanto para mudança nas estratégias de ação focal, ainda que a idéia da estratégia central de IEC propõe que “A educação deve contribuir para formar cidadãos e despertar responsabilidades, devendo ser entendida não apenas como um meio de adquirir conhecimentos, mas também de transformar a realidade do sujeito que é educado” (DORNELAS et al., 2014, p.276). Ou seja, o que se propõe ao SUS a partir da 10ª CNS é desenvolver, em estados e municípios, canais eficientes de escuta, visando dar ao poder público maior clareza quanto às necessidades locais e conseqüentemente, diminuição de equívocos no que se refere a políticas públicas de saúde, além de oportunizar reflexão e aprendizado consciente à população (IDEM).

Dentre as propostas contidas no Tema 3 - Modelo de Gestão em Saúde, do texto final da 10ª CNS podemos destacar dois pontos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à importância da formação do profissional de IEC, fundamental para consecução das estratégias de mobilização da sociedade no que diz respeito ao SUS:

Os Gestores do SUS devem garantir recursos financeiros específicos e implementar ações de Educação em Saúde, definidas e acompanhadas pelos Conselhos de Saúde, para capacitação e informação dos Trabalhadores em Saúde, dos Movimentos Sociais e da população como um todo, baseados em propostas que visem ao fortalecimento do SUS, ao exercício da cidadania e à compreensão da saúde ligada à qualidade de vida. Para isso as ações de Educação em Saúde não devem restringir-se às variáveis biológicas, mas incluir também as questões sociais, como a posse e uso da terra, acesso à habitação, alimentação, saneamento básico, trabalho justo, lazer, transporte e participação no processo de governo. (BRASIL, 1996)

O item citado lança uma importante responsabilidade sobre o trabalhador do SUS, no sentido que esse deve ser possuidor de um considerável nível de conhecimento sobre em que contexto devem ser exercidas suas práticas, o que vai ainda hoje na direção contrária ao que deseja a camada hegemônica da sociedade, se pensarmos, por exemplo, que o objetivo governamental da última década foi investir em uma formação fora do SUS (VIEIRA, 2013).

Ao longo das duas últimas décadas vem sendo consolidada no Brasil uma política de desmantelamento das estruturas governamentais de formação profissional. E no campo da saúde vemos essa realidade ainda mais evidente.

Não é demais sublinhar que essa diminuição das matrículas públicas e o aumento das matrículas privadas no início da primeira década dos anos 2000 é produto de uma política de desresponsabilização da instância pública pelo desenvolvimento da educação profissional. Esse movimento é induzido pelas reformas educacionais do final dos anos 90, no governo Fernando Henrique Cardoso (VIEIRA, 2013, 124).

A autora apresenta pesquisa realizada pela EPSJV com objetivo de atualizar dados sobre a formação dos técnicos em saúde na primeira década do século XXI, através da qual pesquisadores se debruçaram sobre bases de dados referentes à ocupação de postos de trabalho e formação profissional no Brasil. Nesse momento vemos um investimento maciço, tanto interno quanto externo, na mudança de perspectiva governamental quanto na implementação de um novo paradigma no que se refere à formação profissional.

Na conjuntura apresentada pela autora, o fator que fundamenta o papel do Estado é sua característica de ratificar através da legalidade toda e qualquer imposição do mercado, seja na gestão de sua infraestrutura, seja em relação às condições de vida e de produção da sociedade. Tal ideia está contida em uma série de leis e decretos postos em vigor entre os anos de 1999 e 2005, que descrevem os trilhos por onde passam os marcos legais referentes à formação profissional entre o fim do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique e o início do mandato de seu sucessor, como apresenta Vieira:

É nítido e bastante elucidativo o movimento de diminuição da oferta do setor público, claramente vinculado à reforma da educação profissional do final dos anos 90. Esse movimento descendente do número de matriculados em escolas públicas permanece até 2004, segundo ano do governo Lula e ano de promulgação do decreto n. 5.154/2004, que revoga o decreto n. 2.208/1997 e modifica a política de educação profissional instituída no governo FHC. A partir de 2005, começa a haver uma recuperação desses números, passando a matrícula no setor público a crescer. (VIEIRA, 2013, p.124).

Ou seja, com as instituições de ensino privado atendendo a uma demanda do próprio segmento, é oferecido um cardápio pré-definido de carreiras, aos quais se submetem todos

aqueles que pleiteiam ocupar um espaço no disputado mercado de trabalho. Fato esse que contribui para a consolidação de uma cultura do trabalho benéfica ao capital, tendo o Estado como facilitador de um processo de concentração de riqueza nas camadas abastadas da sociedade, tanto no mercado de trabalho quanto no processo de tomada de decisão dos trabalhadores.

Cabe deixar claro que o que ocorre nos espaços de formação profissional não difere do que se vê em relação aos investimentos internacionais em solo brasileiro, quando se refere a intervenções junto a população de baixa renda. Através de recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, foram desenvolvidas estratégias para garantir um nível maior de influência no que se refere a tomada de decisão por parte da população. Nesse sentido o IEC, que tem seu raio de ação ampliado a partir do aporte de recursos oriundos daquela instituição financeira no ano de 1993, passa ter na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA - instituição pública que tem os ACEs em seu quadro funcional - seu polo de irradiação de ações.

A partir de março de 1993, o IEC passou por uma reformulação nos seus recursos humanos com o objetivo de redirecionar o programa. Durante aquele ano, três propostas foram apresentadas ao Banco, sendo que a última foi aprovada por este organismo, constituindo-se na espinha dorsal de todo o trabalho que se seguiu. Resultado de discussões entre técnicos do MS, da FNS e do BIRD, a proposta foi elaborada com base nas observações e orientações decorrentes da avaliação conjunta do IEC/MS e da Missão do BIRD de junho de 1993, além da reunião de trabalho realizada em Washington, no período de 14 a 23 de julho daquele ano, sobre a situação das ações de IEC então desenvolvidas nos estados e no nível central. Estas orientações indicaram a necessidade dos planos de IEC enfocarem as prioridades da política de saúde do MS e a integração com a Fundação Nacional de Saúde, que também desenvolvia ações de informação, educação e comunicação financiadas com recursos do BIRD. (BRASIL, 1996, p.15).

As estratégias de IEC são então uma convergência de interesses de parte à parte, se considerarmos os objetivos distintos entre BIRD e Ministério da Saúde. Porém, fica claro que a intervenção financeira não se restringe apenas a imposição de mecanismos claros de controle dos recursos, mas, como reafirmação de uma hegemonia que se pretende manter,

inclusive interferindo nos critérios de formação dos trabalhadores, como consta do Acordo de Empréstimo 3135/BR:

Ao final de 1991, o Acordo de Empréstimo referente ao PNE II, após revisão, acrescentou mais um objetivo na matéria que versa sobre o Desenvolvimento Institucional - DI: 'iniciar a assistência técnica junto aos estados, orientando a execução e acompanhamento físico-financeiro dos componentes estratégicos do plano de ação, quanto à Informação, Educação e Comunicação, fortalecimento do SUS e desenvolvimento de Recursos Humanos' (BRASIL, 1996, p.14)

Ainda que existissem antecedentes no que se refere ao aporte de recursos, já liberados na primeira fase do Projeto Nordeste (1985-1990), por exigência do banco financiador os recursos somente foram liberados para a segunda etapa (1992) após cumprimento de cláusulas que garantissem intervenções diretas sobre a população e os trabalhadores, inclusive o que se refere “às ações de interesse comportamental” (Brasil, 1996, p.14). Em relação aos técnicos e demais pensadores do setor saúde pública a visão era distinta no que se refere à capacitação dos trabalhadores. Entre outros fatores, existiam orientações quanto a:

definição de parâmetros e critérios nacionais para as políticas de pessoal, de maneira que não haja as disparidades que, em muitos estados tornaram os trabalhadores da saúde verdadeiros subempregados, inviabilizando o serviço público e o SUS; ainda que se respeite a autonomia de gestão de pessoal nos níveis estadual, municipal e local (BRASIL, 1994, p. 16).

Ou “Da mesma forma que é essencial um novo pacto entre os trabalhadores de saúde e a população, no sentido de estabelecerem objetivos comuns, sem que os seus interesses imediatos se sobreponham àqueles dos usuários dos serviços de saúde.” (BRASIL, 1994, p. 17)

O que ocorre então a partir da 10ª. CNS é a proposta de assunção das funções e ações de IEC pelos municípios, orientando a observância do princípio da descentralização, preconizada pela Constituição Federal e regulamentada pelas Leis 8.080/90, que se configura como Lei Orgânica da Saúde e a 8.142/90, que garante autonomia na gestão de pessoal, bem como de recursos para custeio de suas funções, dentro dos critérios locais e regionais. Cabe

então observar até que ponto o princípio da descentralização de fato cumpre sua função, a partir das características políticas e culturais de cada município e se a destinação de recursos financeiros atendem as necessidades de infraestrutura logísticas e técnicas dos trabalhadores, além de contribuir para a efetiva mobilização social em saúde.

4 AS ARTES E O NOVO OLHAR SOBRE O “TRABALHO DE CAMPO”

Nesse capítulo será apresentado meu relato de experiência à frente de equipe de Mobilização Social em Saúde, bem como o processo que me possibilitou, na condição músico e arte-educador, coordenar uma equipe estratégica de agentes de combate à endemias no município de Mesquita-RJ. O uso de linguagens artísticas como método de sensibilização de grupos sociais, em apoio ao “trabalho de campo”, ou casa-a-casa, como também é conhecido, não é algo novo. No entanto, serão apresentados elementos que reafirmam a importância da multidisciplinaridade como fator fundamental para a superação de problemas estruturantes em uma gestão municipal no campo da Saúde. Esse relato tem relação direta com o título dessa dissertação, considerando que uma nova cultura do trabalho foi vivenciada de forma mútua, entre trabalhadores de vínculos empregatícios distintos. Cabe também observar que no período da gestão municipal que compreende os anos entre 2006 e 2016, existiam condições favoráveis para tal experiência, o que será devidamente relatado à seguir.

Este capítulo será dividido em três partes, de modo que seja possível contextualizar o processo que possibilitou aliar as ações de campo às atividades artísticas de sensibilização e mobilização, tanto dos trabalhadores quanto das comunidades envolvidas. A primeira parte diz respeito à minha contratação, inicialmente em caráter temporário, no ano de 2006, com a finalidade de produzir de material gráfico, voltado à sensibilização dos moradores no município de Mesquita. Será descrito os critérios adotados para produção desse material, além da descrição do material de áudio, contendo spots e músicas alusivas ao conteúdo Dengue, além da articulação com rádios comunitárias do município. A segunda parte diz respeito à criação do Comitê Municipal Permanente de Mobilização, Assessoramento e Acompanhamento das Ações de Controle da Dengue, no ano de 2008, quando diversas secretarias municipais, além de entidades da sociedade civil se articularam, visando realizar ações integradas, com o objetivo de diminuir o índice de infestação em bairros com indicadores elevados de proliferação do *Aedes Aegypti*. Por último, serão apresenta das algumas atividades de cunho artístico, realizadas no âmbito do município, através da parceria entre os ACEs, gestores dos próprios municipais, como diretores de escolas da Rede Municipal, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Unidades de Saúde do município de Mesquita-RJ.

Esse relato de experiência reafirma também o papel educativo e formador do trabalho, capaz de possibilitar que uma nova cultura do trabalho seja vivenciada, o que ocorre em paralelo com uma estrutura de precarização estabelecida, que transcende a esfera municipal de gestão da coisa pública. Nesse contexto, será possível compreender também o nível de influência que a experiência de lutas dos ACEs exerce sobre trabalhadores de outras categorias à sua volta, considerando a capacidade de articulação política daqueles trabalhadores.

4.1 DO MOVIMENTO CULTURAL ÀS PRÁTICAS DA SAÚDE PÚBLICA

No ano de 2006, dois acontecimentos podem ser considerados simbólicos para a atuação profissional dos arte-educadores na Baixada Fluminense. Em primeiro lugar, as expectativas quanto a possibilidade de mais visibilidade à artistas diretamente envolvidos com a Educação, na região. A vinda do Ministro Gilberto Gil, no dia 08 de agosto daquele ano, à uma ONG no bairro Miguel Couto - Nova Iguaçu, representava a criação de novas perspectivas, após décadas de lutas pela mudança no olhar das esferas mais elevadas do poder público, sobre a Baixada. Na ocasião o ministro lança uma ação de governo emblemática, com a proposta de possibilitar que o artista efetivamente se torne agente de transformação da realidade de seu meio. Em matéria publicada no site da Agência Brasil - AB, publicada no site da AB, no mesmo dia da visita, a visita do Ministro é assim descrita:

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, inaugura às 18 horas o Centro Cultural pela Paz, que funcionará na Casa do Menor São Miguel Arcanjo, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A instituição está comemorando 20 anos de fundação. O Centro Cultural pela Paz é um espaço onde as crianças, adolescentes, e jovens poderão manifestar suas potencialidades artísticas, culturais e esportivas. Possui um anfiteatro com palco, arquibancadas, camarins, vestiários e uma quadra poliesportiva. Na área há também piscina, salas de aula para percussão, teatro, dança, biblioteca. Funcionará ainda no local uma Escola de Circo, em parceria com o Ministério da Cultura (AGÊNCIA EBC, 09/08/2006).

A razão da retomada do ânimo entre agentes culturais na região da Baixada Fluminense se deu pelo fato de que essa não era uma iniciativa nova. O Estado do Rio de Janeiro viveu experiência significativa, com a atuação dos Animadores Culturais durante os

dois governos de Leonel Brizola. A proposta naquele momento era ter um profissional que avançasse do tradicional olhar sobre a arte enquanto materialização de valores estéticos. Segundo Stigger (2009), o animador cultural surgiu com a missão de articular lazer, cultura e educação, sob uma perspectiva diferenciada. Para o autor, o Animador Cultural é:

um indivíduo capaz de estimular novas experiências, que educa sem catequização, mas incomodando os padrões estabelecidos, via oferecimento de novos olhares e representações sobre a realidade. Isso ocorreria a partir de uma perspectiva política, na busca da superação do status quo (STIGGER, 2009, p.75).

Para muitos artistas, a vinda do Ministro Gilberto Gil à Baixada Fluminense representa um lampejo de mudança ou minimamente a retomada de acesso a espaços de formação humana, como os CIEPSs. Protagonismo esse que gradualmente perde forças a partir do fim do segundo governo Brizola em 1994, considerando também que o posicionamento político da grande maioria desses trabalhadores, não era compatível com o modelo tradicional de ensino, adotado pela Secretaria de Estado de Educação.

A segunda questão importante para minha efetiva permanência e atuação na região se desenvolve a partir do convite da então Subsecretária de Saúde do Município de Mesquita, Fátima Saieg, para contribuir com a elaboração de um plano de mídia, visando preparar a população para o Dia “D” de Combate a Dengue, que ocorreria em novembro de 2006. Minha contratação coincide à época com a integração de Agentes de Combate à Endemias ao contingente de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, onde o planejamento de ações era discutido em um colegiado, que se reunia semanalmente. Entre esses trabalhadores existia um núcleo de Informação, Educação e Comunicação - IEC. Essa equipe tinha a atribuição de realizar palestras, distribuir material educativo e auxiliar na organização do Dia “D”, evento anual, que tinha como finalidade alertar a população ao verão, que trazia consigo uma elevação no número de casos de Dengue. Minha atuação, que teve de início um caráter estritamente de produção, passa a ter uma característica também consultiva, no sentido de contribuir com a análise do perfil de cada bairro ou comunidade específica, no sentido de aprimorar ações de sensibilização. Tal atribuição se deu por conta de

meu histórico no que se refere à participação em entidades e movimentos sociais no município.

Outro fator relevante a meu engajamento em ações de saúde pública diz respeito ao acesso a recursos materiais e financeiro por parte da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, tendo em vista uma mudança de conjuntura, no que se refere à gestão local da Saúde. Através da Lei 11.350/2006 então, as ações de combate à endemias passavam da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA para a Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS do Ministério da Saúde - MS. A partir dessa mudança em seu organograma as ações de combate à Dengue passariam a ser de responsabilidade direta do MS, o que possibilitou aporte de recursos Fundo à Fundo. Ou seja, os recursos financeiros destinados ao combate ao *Aedes Aegypti* passariam efetivamente a ser geridos pela gestão da Saúde nos municípios. O que ocorre é que nesse momento, por intermédio da mesma legislação, o Município de Mesquita, assim como os outros onze município da Baixada Fluminense, tiveram ACEs integrados à cada gestão local. Em decorrência disso, o governo municipal opta pela destinação desse contingente à ocupação das diversas funções do setor de Vigilância em Saúde Ambiental, anteriormente ligados à FUNASA, considerando a especificidade das ações e a necessidade de profissionais capacitados para tal.

Alguns relatos de experiência daqueles trabalhadores foram fundamentais, no sentido de me fazer sentir incluído em um ambiente onde os trabalhadores executam ações específicas. Tomo como exemplo o fato que, entre 1999 e 2003, anos que dizem respeito ao período do fim dos contratos de trabalho e a reintegração ao quadro funcional da FUNASA, esse contingente de ACEs viveu experiências diversas, no que se refere à geração de renda e formação intelectual. Sob meu juízo, tal condição contribuiu significativamente com as práticas desses profissionais. Práticas essas que considero solidárias, no sentido que, a partir da reintegração ao quadro funcional do MS, o critério de ocupação de funções tinha como prioridade as experiências trazidas também desse período externo ao universo da saúde pública. Eram mecânicos, garis, biólogos, professores, motoristas, entre outras experiências adquiridas naqueles quatro anos, práticas essas agregadas ao cotidiano dos ACEs em seu trabalho de campo. Na condição de artista e professor, me vi à vontade para somar com minhas vivências, para o bem do trabalho de campo.

Em 2007 minha atuação junto aos ACEs se intensifica. Agora, a equipe passa a equipe passa a ser denominada de Equipe de Mobilização Social em Saúde, ainda que entre os trabalhadores, mantinha-se a nomenclatura IEC continuasse vigorando. IEC foi uma estratégia pensada a partir da 10ª Conferência Nacional de Saúde para facilitar o acesso da população, ao SUS. Foi uma estratégia voltada à levantamento e sistematização de Indicadores (informação), fomento à socialização de meios de formação e capacitação dos trabalhadores (educação), além de uma rotina de divulgação de campanhas e dicas com cuidados para evitar a Dengue (comunicação) (DORNELAS et alli, 2014). No entanto, era inviável, por questões estruturais, que uma equipe de ACEs pudesse dar conta de atividades além das ações de comunicação social. Logo, foi tido conveniente optar pelo conceito de Mobilização Social em Saúde.

4.2 AS ARTES, ALIADAS ÀS PRÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE

No ano de 2006 ganham maior vulto as discussões relacionadas à maior participação da base da sociedade, no que se refere à gestão pública. O início de meu vínculo com a SEMUS coincide então com o momento em que o conceito de Mobilização Social está em voga no âmbito do SUS. O setor de Vigilância de Saúde Ambiental do município de Mesquita, por sua vez, adota o princípio da descentralização, criando uma estrutura básica de atuação, já no ano de 2007. Após me apropriar minimamente do ideário contido no discurso da saúde pública, compreendi que o conceito de mobilização seria o que justificaria em definitivo meu lugar na Saúde, haja vista que:

a mobilização social é, em si, um processo comunicativo. E corresponde a um esforço estratégico, não apenas para gerar e manter os vínculos entre as pessoas e instituições que se mobilizam – um vínculo ideal de co-responsabilidade em relação a uma causa –, mas também para que o grupo mobilizado, revestido de uma determinada identidade de projeto, consiga posicionar-se publicamente. Esse posicionamento depende da publicidade da existência do grupo (do projeto) e de suas ações, ou seja, depende da visibilidade pública que logra alcançar (HENRIQUES & MAFRA, 2006, p103).

Seguindo esse mesmo princípio e compreensão, levo ao colegiado uma discussão quanto à quais ações de mobilização possibilitariam maior visibilidade às ações de controle da Dengue. Ficou definido então que as escolas da rede municipal de ensino, por seu potencial

de irradiação de informações, reuniriam as condições ideais para difusão de informações, de forma sistemática. Após reuniões de planejamento com o setor de Projetos Especiais da Secretara Municipal de Educação, são então realizadas, a partir do segundo semestre letivo de 2007, atividades de apoio pedagógico às escolas municipais, em parceria com os professores de ciências biológicas. Como forma de iniciar uma aproximação com os docentes, foram priorizadas atividades de desenho e pintura com material das próprias escolas, considerando a dificuldade inicial de justificar o aporte de recursos da saúde para esse fim. O uso das artes visuais, sobretudo quando aplicadas em atividades entre alunos dos anos iniciais, mostrou-se mais eficiente dentre outras linguagens artísticas utilizadas naquele primeiro momento. No que se refere sensibilização das famílias envolvidas, observamos que, em 100% dos casos, os trabalhos feitos em sala de aula eram levados para casa. Esse tipo de atividade garantia tanto um registro imagético das palestras ministradas junto às famílias, quanto possibilitava um discurso das crianças diante dos pais ou responsáveis legais, quanto ao conteúdo dado. Ou seja, as atividades de desenho e pintura eram como panfletos feitos pelos próprios alunos que, por sua vez, relatavam aos responsáveis algo como uma síntese do conteúdo dado.

O final do ano de 2007, após o Dia “D” de Combate a Dengue, realizado no mês de novembro simultaneamente em todos os bairros, foi voltado a um balanço das atividades realizadas no segundo semestre daquele ano. Foi observado por exemplo o impacto positivo da utilização de uniforme pelos cerca de duzentos e cinquenta ACEs espalhados pelo município. O uso de uniforme característico àqueles trabalhadores mostrou-se importante sob o ponto de vista imagético. Observando que, anteriormente, os trabalhadores utilizavam os antigos uniformes da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, FUNASA e até mesmo da Secretaria de Estado de Saúde, faltava-lhes uma identidade visual junto à população local, o que foi possível com o uso de uniforme padrão. O passo seguinte foi reafirmar como estratégia a importância do “Mata Mosquitos”, como elemento fundamental para transmitir as informações precisas às famílias quanto ao controle da Dengue. Com o fim do ano letivo e sem o polo irradiador de informações que a escola representava naquele momento, optamos por investir em vinhetas de áudio e músicas aludindo o tema Dengue, em rádios comunitárias e carros de som, instando com a população quanto a receber bem os Mata Mosquitos.

As escolas municipais e posteriormente os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, tornaram-se espaços permanentes de comunicação com as comunidades. No entanto, uma atitude que se mostrou difícil de mudar, foi a prática de confeccionar reproduções do *Aedes Aegypti* com características agradáveis às crianças. No que diz respeito aos profissionais de ensino e oficinairos dos espaços públicos citados, era comum dar suporte e, posteriormente, visitar atividades auto gerenciadas, visando difundir o conteúdo Dengue. Não raro, professores e recreadores pintavam rostos ou confeccionavam máscaras, caracterizando as crianças com a imagem do mosquito vetor da doença. Prática questionável porém, compreensível, quando comparado com atividades comemorativas do calendário escolar, como Dia do Índio ou dia do Folclore.

As atividades cujo envolvimento era maior tanto entre adolescentes da rede pública em defasagem na relação idade/série, quanto aqueles atendidos nos CRAS eram aquelas que envolviam o funk como linguagem. Por outro lado, cabe observar que no ambiente escolar o nível de liberdade de expressão dos alunos era significativamente mais restrito que em relação aos assistidos pela Assistência Social do município. Com atividades que tinham como objetivo produzir paródias alusivas ao conteúdo Dengue, o monitoramento das atividades práticas era muito comum. Cabe, no entanto, observar que sempre houve preocupação em apresentar uma base rítmica sem letra, buscando evitar melindres no ambiente escolar.

A opção pelo público infantil e adolescente como alvo inicial das ações de mobilização se deu também por dois motivos. No que diz respeito à criança, as atividades seguiam uma viés de atividade recreativa, o que levava tais atividades a ter um caráter de brincadeira, produzindo um envolvimento mais efetivo nas atividades. Já em relação aos adolescentes na escola, criar versos em forma de paródia, por exemplo, possibilitava a esses improvisar argumentos através de uma forma de expressão sobre a qual têm domínio. Em ambas situações, tais atividades possibilitavam avaliar tanto a que nível de clareza de os conteúdos eram ministrados, quanto perceber o que representava a Dengue no círculo social em que viviam os alunos. O que se buscava adquirir era um nível de confiança, tanto por parte dos alunos quanto por parte do corpo docente, ambos preocupados com o nível de liberdade de expressão oferecido em sala de aula. Ou seja, em relação aos alunos, se de fato seria aceitável usar o funk como forma para produzir um conteúdo, quanto em relação aos

professores, preocupados com os possíveis excessos dos alunos. Nesse sentido, Alice Alencar, traz importante reflexão, no que se refere a propiciar fala e ouvidos à esse público em especial, ao citar Schiff:

Quem não ouviu centenas de vezes: Não toque nisso! Venha imediatamente! Que teimosia! A cada instante de sua existência, a criança é confrontada a proibições, recomendações, reprovações, que tentam lhe fazer crer que ela seria incapaz de fazer algo por si só. Quando se torna adulta, esta velha criança tenderá a agir com os jovens, do mesmo modo que agiram com ela (ALENCAR, 2009, p.11).

Em bairros onde a maioria da população convive há gerações com estruturas precárias de sobrevivência, capazes de amortecer o potencial de questionamento de sua realidade, entendemos que seria importante possibilitar o acesso à informação à mesquitenses em início de sua formação intelectual.

4.3 O “COMITÊ DA DENGUE”: UM EXERCÍCIO AMPLIADO DE MOBILIZAÇÃO

Ainda que um efetivo de ACEs estivesse conduzindo a contento suas demandas no município de Mesquita, antigos integrantes da equipe de Informação, Educação e Comunicação - IEC propuseram mudanças para o ano de 2008. A ideia era ampliar o conceito de mobilização para além da estrutura da SEMUS, de modo que fosse possível criar maior impacto nos locais de maior índice de infestação do Aedes.

Levar eficiência àquilo que os ACEs chamam de trabalho de campo, era um desafio para a equipe da CVAS, mesmo na vigência de um modelo de gestão descentralizada tanto de pessoal recursos financeiros para a Saúde. Uma das razões para adoção e consequente aceitação da descentralização na gestão de recursos no âmbito do SUS é exatamente a possibilidade de que estratégias locais, inclusive no combate à endemias, sejam desenvolvidas com maior autonomia. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Saúde em consonância com o MS publica então a Portaria 545/1993, que regula o processo de descentralização da gestão das ações do SUS,

considerando que a construção do Sistema Único de Saúde – SUS é um processo de responsabilidade do Poder Público, orienta-se pelas diretrizes da descentralização político-administrativa dos serviços e ações de saúde e deve estar submetido ao controle da sociedade (BRASIL, 1993, p.3).

O objetivo era possibilitar que as decisões quanto ao uso dos recursos do SUS sofressem interferência direta do público alvo. O fato é que mesmo com uma série de mecanismos de regulação, pensados com a finalidade de viabilizar o desenvolvimento de uma cultura, no que se refere à participação popular nas decisões referentes ao direito à saúde, pouco se avançou nesse sentido, ao menos no que era possível perceber, em Mesquita, o que não era diferente em outros município. Nos meios urbanos uma série de fatores contribuiu para que a prevenção à Dengue não se transformasse em prioridade. Dentre eles, o rápido adensamento populacional sem a devida infraestrutura urbana, aliada ao crescente acúmulo de resíduos, além da ineficiência das estratégias de mídia, são alguns elementos fundamentais nesse sentido (MENDONÇA, 2009, p.258).

Quase uma década após a formalização e regulação referente à descentralização da execução de ações de saúde no Brasil, o Ministério da Saúde percebe que há necessidade de criar novas metodologias de aproximação, não apenas com os governos locais mas, com a população. Desde 2002, quando foi publicado o Plano Nacional de Controle a Dengue - PNCD, o Ministério da Saúde passa a incentivar a adoção de estratégias alternativas locais de Mobilização Social em Saúde em apoio às ações de combate ao *Aedes Aegypti*.

Criado através da Portaria 1347/2002, o PNCD propõe maior aproximação entre as instâncias de discussões quanto ao combate a endemias e o usuário do SUS. O N° 1 do ART. 1, propõe:

I - desenvolvimento de campanhas de informação e de mobilização das pessoas, de maneira a criar-se uma maior responsabilização de cada família na manutenção de seu ambiente doméstico livre de potenciais criadouros do vetor;

O desafio que Mesquita se propõe encarar em 2008 está na busca por mecanismos de sensibilização, em paralelo a estratégias de mobilização. Opção respaldada na peculiaridade de cada bairro, distintos por fatores como acidentes geográficos, índice de saneamento básico,

renda média e escolaridade. O fator em comum entre todos os bairros no entanto, estava na constatação de que cerca de 90% dos criadouros do *Aedes* foram encontrados nas residências. O coletivo da CVAS no município entende então que há necessidade de criar um mecanismo que possibilite uma atuação em várias frentes, considerando à época que fatores como moradias precárias, piscinas em desuso, além do grave problema de abastecimento nos bairros mais populosos, estavam além da competência daquele setor da SEMUS. Na compreensão dos trabalhadores lotados em setores responsáveis pela tabulação e lançamento de dados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, tal limitação tornou-se, além de um fator de frustração, também um entrave no processo de descentralização e autonomia de gestão local.

Após uma série de reuniões com a Procuradoria Municipal, em acordo com o Gabinete do Prefeito, foi elaborado uma minuta de Portaria, através da qual a CVAS encabeçaria um comitê Inter setorial contra a Dengue, através do qual os entraves burocráticos seriam flexibilizados, visando atender a celeridade das demandas, oriundas dos trabalhos de campo. Assim, no dia 20 de novembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial do Município de Mesquita a criação do Comitê Municipal Permanente de Mobilização, Assessoramento e acompanhamento das Ações de Controle da Dengue, através da Portaria 373/2008.

A proposta seria não mais investir nas tradicionais campanhas de massa, evitando que o Dia “D” de Combate à Dengue fosse visto no município como uma atividade isolada, como no período pré descentralização. Dentre suas finalidades, o comitê deveria amplificar a visibilidade das ações de campo, através de material de comunicação diversificado, além de firmar parceria com a sociedade civil, incluindo a classe artística, visando realizar atividades de mobilização em locais diversos, como igrejas, clubes, além das atividades já inseridas na grade curricular das escolas da Rede Municipal de Ensino. Enquanto evento de culminância, o Dia “D” seria então um momento, onde a integração das atividades realizadas durante o verão, poderiam ser um ponto de referência, no que diz respeito à mobilização da cidade em torno do tema Dengue.

As atividades do chamado “Comitê da Dengue” foram ininterruptas desde sua instauração até o ano de 2012. Ainda assim, importantes parcerias foram estabelecidas,

possibilitando a eficácia das ações preventivas. Além da já consolidada parceria com a Secretaria Municipal de Educação foi realizadas atividades de formação de crianças e adolescentes em parceria com a Secretaria Municipal de Defesa Civil que, por sua vez, já desenvolvia o projeto “Agentes Mirins de Defesa Civil”. Realizando atividades semanais com crianças moradoras em áreas de risco no município de Mesquita, o conteúdo Dengue voltado à esse público era tido pela SEMUS como prioritário. Uma contribuição significativa da Equipe de Mobilização em relação às atividade com a Defesa Civil foi abolir a prática do “dever de aula” e “dever de casa”. Com atividades teatrais que simulavam problemas reais decorrentes da proliferação do Aedes, passamos a ter atividades divididas em dois momentos. Na primeira etapa eram exibidos vídeos produzidos pela Fiocruz, mostrando a história da Dengue, sendo realizada posteriormente uma pesquisa de campo, onde os meninos e meninas, acompanhadas do biólogo da identificavam criadouros. Por último, como forma de avaliação e culminância das atividades, era escrita por todas as mãos uma esquete teatral, em alusão ao conteúdo dado.

Conforme foi dito anteriormente, um dos motivos para instalação do Comitê da Dengue foi o número alarmante de focos do Aedes Aegypti em residências, o que transcendia barreiras sociais e econômicas no município. Nas áreas onde as residências apresentavam melhor infraestrutura, era possível verificar piscinas que não eram completamente esvaziadas, além de jardins com plantas inadequadas, por acumular água, além de bandejas de ar condicionado. Em relação às moradias de baixa renda, era comum o uso de reservatórios alternativos, onde a água potável na maioria dos casos era mal acondicionada. Nesse caso, o olhar desses meninos e meninas era tido como fundamental, por conta do longos e constantes períodos de desabastecimentos de água.

As atividades mais incisivas de controle da Dengue que envolviam a atuação direta da população mesquitense adulta, careciam, em primeiro lugar, de um respaldo Legal para serem executadas. Algumas ações esbarravam diretamente no direito de propriedade dos munícipes, haja vista a necessidade garantir acesso dos agentes aos imóveis fechados, bem como a terrenos baldios, murados ou cercados. Naquele momento não existia, segundo parecer jurídico municipal, legislação vigente capaz dar o respaldo devido ao acesso àquelas residências, a fim de eliminar criadouros inacessíveis à abordagem porta-a-porta. Como

alternativa, foram tiradas duas iniciativas. A primeira, propor multa adicionada ao IPTU e outra, que ficava a cargo do ACE, que consistia basicamente em fixar um *emoticom* - tipo de imagem arredondada, utilizada em mídias sociais para expressar emoções -, logo após a visita domiciliar. A casa tratada recebia o adesivo com expressão alegre, enquanto a casa fechada recebia a expressão triste, em reprodução em analogia às imagens que simbolizam o teatro. Mais à diante, em 2018, após ampla discussão a nível nacional, o Governo Federal sancionou a Lei 13301/2016, que autoriza o acesso à residências, em caso extremo de risco à Saúde Pública.

Uma ação inusitada porém, educativa iniciada em 2013 foi a capacitação dada aos trabalhadores dos dois cemitérios na cidade. Focada no dia 02 de novembro quando é celebrado o Dia de Finados, os trabalhadores receberam orientações quanto as características dos recipientes utilizados pelos que foram à esses locais em visita a seus entes queridos. Já as ações mais incisivas, que contavam com a atuação da Defesa Civil Municipal e as Secretarias e Urbanismo e Obras, ocorriam sempre com aviso prévio e durante o Dia “D”, de modo a absorver o respaldo popular. Nesse dia, atividades simultâneas ocorriam em todo município, de modo a dar respaldo às ações executadas posteriormente durante o verão, período mais crítico.

Para concluir, cabe observar que os três governos que se sucederam no período que compreende esse relato, oscilaram em relação à necessidade de estratégias governamentais de combate à Dengue no município de Mesquita. Sob minha análise, o fator preponderante para a continuidade das ações de combate ao *Aedes Aegypti* no município de Mesquita foi e ainda é a existência de trabalhadores qualificados e em continuidade de atuação. É fundamental que existam trabalhadores ocupando seu lugar na estrutura do Estado, de modo que a gestão pública seja também educativa, garantindo acesso a direitos garantidos pela Constituição de 1988. Ao ocupar de forma participativa os espaços de gestão o trabalhador contribui para a legitimação do SUS como direito, diante da população nas diversas comunidades e bairros onde atuam, haja vista que o sucesso de suas ações dependem diretamente do nível de mobilização da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se debruçou sobre o tema cultura do trabalho, tendo como referência o histórico de lutas de um grupo de ACEs, atuantes no Município de Mesquita-RJ. O objetivo foi apontar e discutir as questões políticas, econômicas e sociais que possibilitaram ter esses trabalhadores como centro dessa discussão, em relação a outras categorias, apontando para a possibilidade de desenvolvimento de uma nova cultura do trabalho.

Por conta do leque de conceitos envolvidos no tema, foram encontradas dificuldades em centralizar a discussão, exatamente pelo fato do tema escolhido ser pouco explorado, o que agregou valor ao texto. Por outro lado, a discussão sobre cultura e trabalho demandou escolhas, que se mostraram ricas, ainda que difíceis, tendo em vista o fato de ambos serem conceitos históricos. Esta dissertação, sob o ponto de vista de meu histórico de militante, possibilitou olhar a Cultura de forma desapassionada, o que vai, sem dúvidas, contribuir com minhas práticas doravante.

Outro fator relevante foi perceber na prática a distância existente entre oralidade e escrita. Foi inegável perceber a relevância de um texto bem orientado, não apenas no que se refere às exigências da instituição de ensino, mas, sobretudo, no que diz respeito ao aprendizado quanto a objetividade e clareza da escrita. Foi então através de um exercício cotidiano de superação que me foi possível passar para um processo de efetiva produção textual acadêmica.

No processo de produção textual foi possível então sistematizar o que foram esses dez anos de vínculo com a CVAS, em especial com os ACEs que passaram por um processo de precarização, sem abrir mão das lutas pelo direito ao trabalho. Nesse sentido foi apresentado o contexto histórico que levou a contratação desses trabalhadores na década de 90, passando pelo período de fim dos contratos e os quatro anos de luta pela retomada dos postos de trabalho. Foram também apresentadas as contradições e avanços vividos pelas ACEs junto ao movimento sindical, o que careceu de aprofundamento, tendo em vista relevância do movimento organizado dos trabalhadores para os avanços vindouros.

Outro ponto abordado nesta dissertação foi a importância do engajamento político-partidário daqueles trabalhadores, no processo de reintegração. O texto, nesse sentido,

contribui significativamente para analisar a forma como o governo Lula estabelecia vínculos com o movimento sindical, bem como em questões dizem respeito à camada média dos trabalhadores. Este texto deixa claro que aqueles cerca de cinco mil trabalhadores perceberam na campanha de Lula à presidência um nicho de oportunidade, através da qual seria possível o retorno aos postos de trabalho, o que de fato ocorreu. Por outro lado, procurei demonstrar que o esforço de Lula com a reintegração daqueles trabalhadores seria consequência do engajamento dos mesmos em um projeto coletivo. Projeto esse que levou aquela categoria a investir, como estratégia no conjunto de suas lutas, tanto em uma campanha presidencial, posteriormente vitoriosa, quanto em barrar o avanço de José Serra no mesmo pleito eleitoral, que representava o despotismo a ser enfrentado.

No que diz respeito à minha atuação junto aos ACEs no Município de Mesquita, fiz um relato que buscou justificar a ideia de que é possível desenvolver uma nova cultura do trabalho. Nesse sentido o texto apresenta a trajetória de trabalhadores que buscam desenvolver uma consciência de classe, inclusive entre os que estão à sua volta.

Durante boa parte dessa dissertação, foram apresentados argumentos que reafirmam a importância dessa nova cultura do trabalho. Tal afirmativa se justifica, considerando que o histórico dessa categoria de trabalhadores é de um enfrentamento consciente ao modelo neoliberal e capitalista imposto pela classe dominante brasileira, o que carece de visibilidade à outras categorias precarizadas, enquanto exemplo de lutas.

Ao apresentar a criação do Comitê Municipal de “Mobilização, Assessoramento e Acompanhamento do Controle da Dengue” (Portaria 373/2008), expus mais uma vez o caráter protagonista dessa categoria. Protagonismo esse que se expressa tanto na elaboração e coordenação de uma grande ação de mobilização no município, quanto na capacidade de articulação política com o governo municipal, visando cumprir a atribuição que lhe compete. O texto traz argumentações quanto ao chamado “Comitê da Dengue”, a partir da construção de um canal permanente de diálogo as comunidades, pode substituir o tradicional modelo campanhista, que horizontaliza os meios de comunicação com a sociedade.

Nessa dissertação também foi apresentado um relato relacionado às práticas artísticas como mecanismo de sensibilização das comunidades e bairros do município. De igual modo o

texto relatou os motivos que levaram a equipe Mobilização Social em Saúde a adotar ações de IEC nas escolas da rede municipal de ensino, como prioridade, ampliando para os CRAS e, posteriormente, ampliando para outros espaços governamentais e não governamentais, como a Secretaria de Defesa Civil e igrejas. Nesse contexto é feito um relato em relação ao perfil da equipe, que foi composta de forma multidisciplinar, dando espaço à experiências trazidas de outros vínculos trabalhistas ou de capacitações fora do âmbito do SUS, o que, segundo meu entendimento, agregava valor ao grupo.

Nesta dissertação foi destacada a importância das instâncias de controle social, tanto no que se refere ao papel de entidades como os conselhos nas três instâncias de poder, tanto nas decisões dos governos, quanto em relação a seu caráter educativo e político. Nesse sentido, apresento também a importância das Conferências, tanto municipais, estaduais ou nacional, enquanto espaço de observação e discussão das tendências e demandas da sociedade. Soma-se a isso a possibilidade de nortear as políticas públicas, a partir do olhar tanto da sociedade quanto das diversas categorias profissionais envolvidas. Nesse contexto evidenciou-se o papel dos sindicatos, tanto no que se refere a seu caráter aglutinador da classe trabalhadora, como também no que se refere à possibilidade de formar intelectuais orgânicos.

É feita no texto também uma abordagem sobre as atuais formas de precarização do trabalho, bem como se desenvolve a relação utilitária entre capital e Estado. Apresento uma abordagem sobre as novas profissões, que surgem sob o atual modelo despótico-hegemônico. O texto também apresentou algumas ações de Estado voltadas ao investimento no individualismo, bem como no esvaziamento das entidades de representação de classe. Como exemplo, foram apresentadas as cooperativas e a forma como são estabelecidos os vínculos precarizados de trabalho no Município de Mesquita e o *pejotismo*, iniciativa do Governo Federal, votada à difusão do empreendedorismo. Em relação a esse modelo de vínculo, mostrei que o trabalhador é incentivado a se tornar Pessoa Jurídica, o que leva os novos trabalhadores a se capacitar para o mundo do trabalho, já sob a lógica do individualismo e da livre negociação por direitos.

Essa dissertação buscou mostrar as possibilidades concretas de mudança na visão de mundo por parte da classe trabalhadora, quando o trabalho é visto por esses trabalhadores

como espaço solidário de formação. O texto pondera que, ainda que a conjuntura política, econômica e social seja adversa no aspecto global, é possível construir estruturas a nível local que deem respaldo aos avanços propostos por pequenos grupos, possibilitando o desenvolvimento e a manutenção de uma cultura. O desafio proposto por essa dissertação é exatamente a irradiação dessas iniciativas, de modo que outros agrupamentos de trabalhadores se vejam como categoria profissional e, conseqüentemente, busquem parcerias capazes de viabilizar avanços em direção à uma consciência de classe.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. O Cooperativismo segundo O direito e a sociologia do trabalho. **Revista O&S**. Salvador, v. 21, n. 68, p. 181-200, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/9970/8349>. Acesso em: em 25/06/2117
- ALENCAR E.M.L.S. A repressão ao potencial criador. **Psicol. Cienc. Prof.** Brasília, v.9, n. 3, 1989.
- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias/RJ: APPH, CLIO, 2003.
- ARAUJO, Isabelle Maria Mendes. Direito à saúde e o neodesenvolvimentismo brasileiro. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 16, n.2, p. 62-79, jan./jun. 2014.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1944.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educ. Soc.** Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.
- BARROS, Josiane Fonseca de, **Rede Universitária de Incubadora Tecnológicas de Cooperativas Populares: projeto societário e projeto educativo**. Niterói, 2003.
- BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Edusp, 2005.
- BOAS, Franz, **Antropologia Cultural**. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Celso Lafer. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOITO JR., Armando. A Hegemonia Neoliberal do Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**. Rio de Janeiro, n.17, 2003.

_____. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

_____. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado no Fórum Econômico da FGV/São Paulo, 2012.

BRAGA, Ruy. Por uma sociologia da inquietação operária. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 17, n. 27, p. 53-85, 2012.

BRASIL. M S. Coordenação de Informação, Educação e Comunicação. Núcleo de Estudos em Saúde Pública – NESP. **Incentivo à Participação Popular e Controle Social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde**. Brasília: IEC, 1994.

_____. Ministério da Saúde. **Informação, Educação e Comunicação: uma estratégia para o SUS**. 1996.

_____. Câmara dos Deputados, **PEC 306/2000**. disponível em:
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07DEZ2000VOLI.pdf#page=85>.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do SUS**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. p.40.

_____. Agência Brasil. **Visita do ministro Gilberto Gil à Baixada Fluminense**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-08-09/gilberto-gil-inaugura-no-rio-centro-cultural-pela-paz>. Acesso em: 2 jan. 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova [online]**, n. 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil: a época republicana**. v. 3. São Paulo: Martins Fontes: 2002. p. 175-180.

CANDIDO, Antonio, **A revolução de 1930 e a cultura**, Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abril 84.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>.

COHEN, M.M. et al. Descentralização das ações de Vigilância Sanitária nos municípios em Gestão Plena. **Rev. Bras. Epidemiol.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2004.

CONTAS ABERTAS. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/3099>. Acesso em : 1 dez. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTO, Cláudio G; ABRUCIO, Fernando. **O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições**, novembro 2003, extraído em 16/10/2017, de: Tempo soc. vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200011>.

CUCHE, Denys, **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro, EDUSC, 1999.

DEECCA, Claudio Salvadori. In: GUIMARÃES, Nade Araújo. **Flexibilização e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 123-141, 2009.

DUAYER, M. & MEDEIROS, J. L. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 151-161, 2008. Editora UFPR.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GIL, Gilberto; Ferreira, Juca. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010**. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GIL, Gilberto, **Discurso proferido na solenidade de transmissão de cargo**, em 02 de janeiro de 2003. Disponível em:
http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883. Acesso em: 11/09/2017.

GOLDSCHMIDT, Irene Leonore. **Augusto Boal: teatro para a transformação**. Uberlândia v. 7 n. 1 p. 34-45 jan./jun. 2011. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/download/17185/9427>.

GRAMSCI, Antonio, **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HENRIQUES, Márcio Simeone; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social em saúde: o papel da comunicação estratégica. **Caderno Mídia e Saúde Pública**, 2006.

Disponível em: <http://colecciona-sus.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=402>.

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-08-09/gilberto-gil-inaugura-no-rio-centro-cultural-pela-paz>

KAWA, H. & SABROZA, P. C. Espacialização da leishmaniose tegumentar na cidade do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(3):853-865, mai-jun, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 73-88, jan. 2009.

HOBBSAWN, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IPEA , **A Economia Solidária no Governo Federal** - Mercado de Trabalho, n. 24, ago 2004.

_____. **Políticas públicas para formalização das empresas: lei geral das micro e pequenas empresas e iniciativas para a desburocratização** - mercado de trabalho, n. 54, fev. 2013.

LAGO, Luciana Corrêa do. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 2, 2007, p. 9-28.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo : Instituto Lukács, 2012. – 3.ed. rev. cor. 254.

LUZ, Madel Therezinha. Notes sur les politiques sanitaires bresiliennes de ia "transition democratique": des années 80. **Physis [online]**, 1991, v.1, n.1, p. 77-96.

_____. **Políticas de Descentralização e Cidadania: novas práticas em saúde no Brasil atual.** Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC, 2009.

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** In: Temas de Ciências Humanas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti, **A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de estado.** IX Congresso nacional de Educação - EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - 26 a 29 de outubro de 2009 PUCPR.

MARIANO, Data de Julgamento: 27/10/2014, OE - Secretaria do Tribunal Pleno e Orgão Especial, data de Publicação: 03/11/2014 18:58.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. et al. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006.

Mendonça FA, Souza AV, Dutra DA. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 21 (3): 257-269, dez. 2009.

MENESES, Jades Reis. Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 675-699, out./dez. 2013.

MOURA, Aline Beltrame. O Discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna. **Revista Jurivox**, v. 10. Patos de Minas: 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

NERVO CORDATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, nov. 2005, p. 83-106, Universidade Federal do Paraná Curitiba, Brasil.

OLIVEIRA, R.A. A Concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas. **Kínesis**, v. 2, n. 3, abr. 2010, p. 72-88.

LIMA, Júlio César França; Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006. 320 p.

PEDROSO, Sandra Helena. O produtor cultural e a formalização de sua atividade. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, 2014, Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br>.

PONTE, CF, Falleiros I. **O Brasil no microscópio**. In: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro, EPSJV, 2010. P. 49-72.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura, direitos humanos e poder: mais além do império e dos humanos direitos**: por um universalismo heteroglóssico. Série Antropologia, Brasília, v. 340, p.1-16, 2003.

ROZENFELD, Suely. **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. 301 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma visão multicultural de direitos humanos. **Rev. Crítica em Ciências Sociais**, n. 48, jul. 1997. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF. Acesso em: 5 set. 2017.

SEBRAE, **Relatório de Gestão Nacional**, Exercício 2014.

SAVIANI, D. Introdução. In: SANTOS, B. S. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**, São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SILVA, Almir Miranda da. **Reestruturação do Portal do Curso de Produção Cultural**, Niterói, ago. 2010.

SILVA, Augusto César Pinheiro, **Geografia política geopolítica e gestão de território: racionalidade e práticas em múltiplas escalas**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMÕES, Manoel Ricardo, **A Cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense UFF**, Niterói, 2006.

SINTSAUDERJ, <http://sintsauderj.blogspot.com.br/search?q=audi%C3%Aancia+lula> Blog do SINTSAUDERJ, acessado em 11 de novembro de 2017.

SCHWARZ, Roberto, **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SOUTO, Adriana Branco Correia. **Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e Saneamento nos anos 10**, XXVII Simpósio Nacional de história, Florianópolis, julho de 2015. Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399304_ARQUIVO_AdrianaBranco.pdf.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, Cultura e Educação: possíveis articulações. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 73-88, jan. 2009.

Müller Neto, Júlio Strubing. **A relação entre democracia, descentralização e políticas de saúde no Brasil: atualização do debate e estudo de caso em uma perspectiva comunicativa**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**, vol. 30, nº 60, 2010.

TAUIL, Pedro Luiz. Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(3):867-871, mai-jun, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 154-163 jul./dez. 2007.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIEIRA, Monica et. al. **Dinâmica da formação técnica e da ocupação de postos de trabalho em saúde, Brasil anos 2000**. In: Morosini, M. V. G. C. Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave: um vocabulário da cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unep, 2011.

_____. **Recursos da esperança: cultura, democracia e socialismo**. São Paulo: UNESP, 2015.